

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 24 de Março de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1058 • Director: Carlos Brito

Trabalhadores AVISAM Governo e patronato

Hoje: plenários, greves, concentrações e acções de rua por todo o País.

Um protesto que o Governo e o patronato não podem ignorar Pág. 9

NOVO RUMO NOVA POLÍTICA

Intervenção de
Carlos Carvalhas

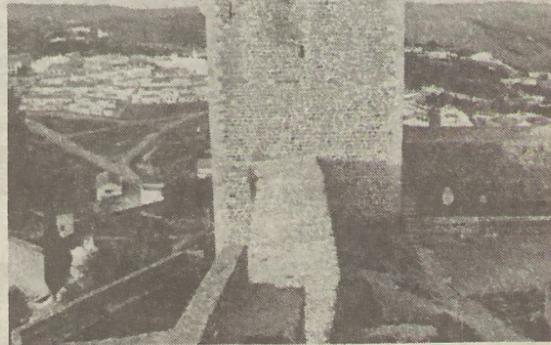
no Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino



Págs. 20, 21 e 22



Álvaro
Cunhal Pág. 5
em Faro
e no
Baixo
Alentejo



Guadiana Reportagem

por Henrique Custódio Centrais

A geração de Abril

• Artigo de Francisco Lopes Pág. 18



Em defesa do vinho português

Pág. 10



25 de ²⁰ anos Abril VIVA em debate

Pág. 19



O PCP realiza, em Lisboa, o Encontro Nacional sobre Educação e Ensino

RESUMO

16
Quarta-feira

Autarcas do PS e do PSD chegam a um acordo na Associação Nacional dos Municípios, através do qual os representantes daquele último partido vêem aumentar o número de cargos na estrutura ■ O PR assina o diploma legal que marca as eleições para o Parlamento Europeu a 12 de Junho ■ São retomadas em Lusaca as negociações entre o Governo angolano e a Unita ■ Terminam, em Bruxelas, as negociações para a adesão da Noruega à União Europeia ■ Sete pessoas, entre as quais duas crianças, morrem em Estugarda em consequência de um incêndio que se suspeita ter sido desencadeado por forças da extrema-direita ■ Benfica e Porto ultrapassam com êxito as respectivas eliminatórias nas competições europeias de futebol, tendo o Boavista ficado pelo caminho.

17
Quinta-feira

É noticiado o novo envio ao Tribunal Constitucional, pelo Presidente da República, da lei de combate à corrupção ■ A Associação Portuguesa de Hemofílicos exige um inquérito exaustivo e rigoroso aos serviços de imunoterapia do Hospital de S. João, no Porto ■ Responsáveis oficiais muçulmanos e sérvios assinam, em Sarajevo, um acordo patrocinado pelas Nações Unidas ■ O dirigente do Partido Inkhata, Buthelezi, profere ameaças sobre o possível eclodir de uma «guerra de libertação» caso as eleições sul-africanas continuem marcadas para os dias 26 a 28 de Abril ■ O Tribunal de Segurança do Estado turco determina a prisão de seis deputados curdos, cuja imunidade parlamentar fora levantada no início do mês.

18
Sexta-feira

Como uma das soluções possíveis para resolver o problema da sobrelocação das prisões portuguesas, a Associação Sindical dos Trabalhadores dos Serviços Prisionais preconiza publicamente, entre outras medidas, uma amnistia para 4000 presos ■ Realiza-se o 4º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal ■ Ocorre na auto-estrada Porto-Braga um choque em cadeia envolvendo mais de quatro dezenas de viaturas ■ Num ambiente de grandes tensões e contradições internas, tem início, em Madrid, o 33º Congresso do Partido Socialista Operário Espanhol ■ O rei zulu, Goodwill Zwelithini, apoiado pelo partido Inkhata, anuncia a criação de um Estado zulu na África do Sul ■ Os chefes das diplomacias croata e muçulmana assinam um acordo, em Washington, que prevê a criação de uma federação para a república.

19
Sábado

Inicia-se em Lisboa o Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino ■ Eleva-se a 103 o número de

presos em greve da fome em protesto contra a sobrelocação e as condições prisionais ■ O exército cambojano ocupa a cidade de Pailin, último bastião dos khmer vermelhos ■ Entra na última semana a campanha eleitoral para as eleições legislativas em Itália ■ A resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando o massacre de Hebron é acolhida positivamente pela OLP e por Israel ■ O ANC exige o saneamento de todos os membros da polícia implicados no fornecimento de armas ao partido Inkhata.

20
Domingo

Com a decisão de criar uma federação de âmbito nacional, que se constitua como interlocutor para negociar questões importantes, como apoios do Governo, termina na Marinha Grande o 4º Congresso Nacional das Rádios Locais ■ Pela primeira vez, reúnem-se num encontro nacional, na Figueira da Foz, as associações de estudantes do Ensino Particular e Cooperativo ■ De acordo com um inquérito sobre prostituição infantil, foi descoberta em São Paulo, no Brasil, uma rede de prostituição de raparigas e de tráfico de droga ■ Numa tentativa para retomar as negociações de paz, funcionários israelitas encontram-se em Tunes com responsáveis da OLP.

21
Segunda-feira

À saída de uma reunião com o primeiro-ministro, no início de uma semana nacional de luta, Carvalho da Silva e Torres Couto manifestam a sua insatisfação pela falta de diálogo do Governo e admitem o endurecimento da luta ■ Numa conferência de imprensa, os vereadores da CDU na CM de Setúbal criticam o Plano Director Municipal por não traçar grandes opções de desenvolvimento para o concelho ■ Os principais órgãos de comunicação social noticiam um caso de corrupção na morgue do Hospital de Beja, no qual estaria alegadamente envolvido o único deputado do PSD por aquele círculo ■ Numa entrevista concedida ao «New York Times», Yasser Arafat manifesta-se esperançado em que, na próxima semana, seja concluído um acordo sobre a retirada israelita dos territórios de Gaza e Jericó.

22
Terça-feira

A Comissão Nacional de Eleições manifesta-se preocupada com a possibilidade de crescimento da abstenção nas eleições de 12 de Junho ■ Os ministros dos Estrangeiros dos doze mantêm divergências quanto ao número de votos necessário para bloquear a tomada de decisões ■ Entram em greve os trabalhadores da filial andaluza da Suzuki, numa das várias acções de protesto pelos despedimentos anunciados nos últimos dias por várias empresas ■ Ao fim de 20 anos de carreira, Steven Spielberg ganha os primeiros *oscares* da Academia de Hollywood, pelos filmes «A Lista de Schindler» e «Parque Jurássico».

O Aviso e o palavreado

Estamos em plena “semana de luta” e hoje mesmo terão lugar as manifestações, greves, paralisações e outras acções que constituem o “Aviso dos trabalhadores” portugueses ao Governo e ao patronato.

Também acabamos de sair de um fim-de-semana em que o país foi assaltado por pesadas doses de oratória dos dois partidos do “bloco de Maastricht”: o PS, em Convenção Nacional, e o PSD, em Jornadas Parlamentares, fazendo ambos o impossível para se diferenciarem aos olhos do eleitorado, agora que vêm aí as eleições para o Parlamento Europeu.

A ideia com que se fica é que são dois mundos completamente distintos: o mundo da dura realidade social e das lutas dos trabalhadores e o mundo do palavreado sonoro mas oco dos conchaves laranja e cor-de-rosa.

Não espanta, naturalmente, que a reunião dos parlamentares do Governo e por mais forte razão o Primeiro Ministro, principal responsável pela crescente degradação da situação social, tenham sido surdos às reivindicações dos trabalhadores tão vivamente colocadas na opinião pública.

Mas já surpreende que o Secretário Geral do PS, que se serviu do agravamento da situação social para atacar Cavaco Silva e o Governo do PSD, não tenha tido, nos longos períodos de oratória que produziu no fim-de-semana, uma palavra de apreço e apoio às lutas reivindicativas em curso, especialmente à “semana de luta” e ao “Aviso dos trabalhadores”.

Não nos venha António Guterres com a desculpa de que não quer interferir na área dos sindicatos. O que se lhe exigia era tão-só um gesto de solidariedade e apoio político, nada mais, para lutas que têm um carácter e uma envergadura nacional.

Isto obrigá-lo-ia, é certo, a fazer uma opção no conflito que opõe os trabalhadores, não só ao Governo, mas também ao grande patronato. Ora essa opção é que o PS não quer fazer, convencido que pode correr a dois carrinhos, assumindo vagas posições críticas em relação à política de emprego e à contenção salarial para a função pública, mas fazendo silêncio sobre o miserável aumento do salário mínimo nacional e os planos do Governo de nova revisão da legislação laboral.

Muito mais que discutir a dura realidade económico-social em que o país se debate e proceder a um sério balanço das consequências da política de integração que tem sido seguida, o PSD e PS, os

dois partidos do bloco que impôs a aprovação do Tratado de Maastricht, preferem aplicar-se em definir as suas propagandas para as próximas “europeias”.

Importa sublinhar que, confirmando o que já dissemos na semana passada, estas propagandas não têm que ver com as responsabilidades assumidas no processo de integração, nem com as verdadeiras políticas que tencionam seguir.

Não hesitando em disfarçar as verdadeiras intenções, procuram antes privilegiar o que pode cair melhor nos ouvidos e agradar à vista dum país onde crescem os desiludidos com a integração europeia, os que a consideram como uma das causas da crise em que estamos mergulhados, os que relacionam cada vez mais as cedências de soberania nacional com a invasão avassaladora das mercadorias que aniquilam a produção nacional e de capitais que se substituem aos portugueses nas actividades rentáveis.

É isto que explica as piruetas dos líderes dos dois partidos à volta das pala-

A ideia com que se fica é que são dois mundos completamente distintos: o mundo da dura realidade social e das lutas dos trabalhadores e o mundo do palavreado sonoro mas oco dos conchaves laranja e cor-de-rosa.

avras federalismo, europeísmo, confederalismo, nacionalismo e patriotismo e até da velha triologia salazarista “Deus, Pátria e Família.”

Não se trata tanto de adoptar conceitos, mas sobretudo de definir linhas de propaganda, pois ambos, PSD e PS, são fervorosos defensores de Maastricht e das suas concepções federalistas, como no fundo não podem deixar de revelar.

Guterres acusou justamente Cavaco Silva de, em três dias, ter passado de europeísta, a nacionalista e de se ter quedado finalmente em “europês”.

O próprio Guterres não se mostrou, no entanto, menos versátil, em encontrar uma síntese para agradar a todas as bocas, ao declarar que o PS é simultaneamente federalista e confederalista, ou, por outra, federalista e não federalista, ou, ainda melhor, federalista numas coisas e antifederalista noutras coisas.

É a real confirmação do consenso europeu entre os dois partidos.

Noutros aspectos, também se verificou o consenso.

Cavaco Silva advertiu: “Um PS sensato, moderado e responsável faz falta ao país.”

António Guterres respondeu, magoado (e não só com o Primeiro-Ministro): “Se de alguma coisa o PS e eu próprio temos sido acusados é de excessiva sensatez e responsabilidade.” Veja-se...

É evidente que estes jogos de florite oratório não conduzem a lado nenhum no que respeita aos problemas nacionais...

A “semana de luta” e o “Aviso dos trabalhadores”, esses sim, são um acontecimento marcante na presente situação do país.

Constituem um grito de alerta em relação à grave deterioração da situação, que o número recorde de 400 mil desempregados simboliza de uma forma extremamente preocupante.

Representam uma nova arrancada na luta contra o desemprego, por aumentos de salários, pela defesa dos direitos, pela manutenção e melhoria da Segurança Social e contra a revisão da legislação laboral.

A “semana de luta” e o “Aviso dos trabalhadores” são, além de tudo isto, uma importante contribuição à luta por uma nova política.

A este propósito, é o apelo da CGTP que salienta:

“O nosso aviso é inequívoco: não cruzaremos os braços nem fecharemos os olhos à destruição do aparelho produtivo, ao aumento acelerado do desemprego, à redução dos salários, ao esvaziamento da Segurança Social e à violação dos nossos direitos. Exigimos uma nova política.”

O Governo não pode continuar a responder com um «não» aos anseios de justiça e às justas reivindicações e preocupações dos trabalhadores.

O Governo não pode continuar a descarregar sobre os trabalhadores o fardo da crise que a sua política em grande medida engendrou.

A insensibilidade do Governo, mais uma vez posta em evidência por Cavaco Silva, no encontro conjunto com a CGTP e UGT, tornam-no especialmente responsável por todas as consequências decorrentes da intensificação da luta e da agudização da conflitualidade social.

O conflito que opõe o Governo ao movimento sindical transformou-se numa questão central da vida do país perante a qual nenhuma força política, e ainda mais se se reclama da defesa dos interesses dos trabalhadores, pode ficar indiferente.

O PCP correspondeu a esta exigência apoiando desde a primeira hora os objectivos e as acções decididas pelas apropriadas instâncias sindicais e apelando à ampla mobilização dos trabalhadores em torno delas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7º-A,
1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Sectarismo indecoroso

Foi apresentada na semana passada, com a pompa própria de um acto comemorativo do vigésimo aniversário do 25 de Abril, a obra a propósito editada pelo "Círculo de Leitores" com o título "Portugal 20 anos de democracia."

Desta vez, e pelas razões que veremos, os editores não estão de parabéns.

O coordenador do volume, António Reis, como que a sangrar-se em saúde, chamou-lhe "um inventário", "um dossier", mas também "um grande fresco panorâmico."

É caso para dizer que é realmente fresco o panorama trazido a público.

Um primeiro contacto com o livro não deixa dúvida que estamos perante uma narração à maneira do PS deste período tão importante da vida nacional.

António Reis não conseguiu superar nos textos de responsabilidade directa a implicação pessoal-partidária nos acontecimentos, nem sequer foi capaz de fazê-lo em relação à equipa de que se rodeou, constituída predominantemente por outras pessoas vinculadas à visão e às orientações do PS, incluindo três deputados em efectividade de funções.

Assim sendo, não são, naturalmente, as questões teóricas ou ideológicas que causam

espanto, mesmo as mais inesperadas, por virem de quem vêm, como aquela de designar a ditadura fascista de "ditadura conservadora". Isso é matéria para outras polémicas.

O que indigna especialmente é o facciosismo com que se falseia deliberadamente a verdade do processo e os propósitos das forças em presença, em particular no que respeita ao PCP. Exemplo disto, é a permanente atribuição, expressa ou insinuadamente, de propósitos golpistas ao PCP, ao longo de todo o primeiro capítulo intitulado "A política", com frases do género "os comunistas, não deixando de participar no VI Governo, tudo fazem para o paralisar". Mas o veso anti-PCP aparece, noutros capítulos do livro, por exemplo, no que trata dos partidos políticos e onde se repete a calúnia, mil vezes desmentida, de que o PCP "chega a manifestar, pela

boca de alguns dos seus dirigentes, reservas quanto ao modelo da democracia representativa e pluralista, que viria a ser consagrada na Constituição."

Este sectarismo torna-se verdadeiramente indecoroso quando António Reis anota logo na segunda página do livro: "O Partido Comunista (PCP), única força política dotada de um apare-

lho clandestino suficientemente estruturado, não se mostrava capaz de encetar sólidas acções ofensivas, sobretudo depois de sofrer, em 1971, as consequências da delação de um dos seus principais dirigentes".

São evidentes os maldosos efeitos que se pretende atingir com a referência. Apesar disso, esclarece-se que o delator que Reis foi descobrir, em 1971, nada tinha a ver, como se sabe, com "os principais dirigentes", pois era dos mais recentes e menos principais. Além disso, os estragos que tinha provocado na área limitada da sua actividade já tinham sido no essencial superados em 1974.

Não se pode deixar de registar, no entanto, a tentativa enviesada de denegrir uma direcção partidária, como a do PCP, que se distingue entre outros méritos, precisamente pela firmeza e a valentia com que os seus membros enfrentaram a prisão e a tortura, nisso residindo uma das condições de existência do tal "aparelho clandestino estruturado".

São estas e muitas outras manifestações político-partidárias do texto coordenado por António Reis que agravam o pecado dos editores, que pretenderam dignificá-lo com uma encadernação em tudo semelhante à da prestigiada e bem sucedida comercialmente História de Portugal, dirigida pelo Prof. José Mattoso.

Tentativa vã. Muito pior do que passar gato por lebre. Pois entre fazer história e reescrevê-la sectariamente há um abismo...

■ Carlos Brito

Entre fazer história e reescrevê-la sectariamente há um abismo...

A maré das ayatolices

Numa daquelas coincidências que ilustram a maldosa insinuação corrente de que naquele matutino se exercita valentemente a suprema liberdade de cada um poder escrever o que o director pensa, o «Público» do passado domingo oferecia mais dois eloquentes testemunhos do modo rasteiro, desonesto e terrorista como estão intervindo publicamente alguns dos que, dia sim dia não, reclamam elevação e profundidade para o debate das questões europeias.

Em editorial, Vicente Jorge Silva, dispensando por uma vez o recurso a qualificações do PCP como «arqueológico», «jurássico», «anacrónico», «bolorento» mas subindo a parada da agressão e calúnia, proclamava que «o actual ambiente de depressão económica e europessimismo» está a ser «explorado demagogicamente pelos dois pólos nacionalistas e reacçãoários da política portuguesa: o CDS e o PCP».

Duas páginas à frente, António Barreto - sim, prezado leitor, é o mesmo que o Ruben de Carvalho colocou K.O. num «Terça à Noite» da SIC sobre Lisboa/94 -, depois de lamentar que o PSD e o PS tivessem deixado que «o PCP e o CDS monopolizassem o tema da democraticidade (...) nas questões europeias», logo sentenciava «Bonito serviço! Um, o CDS é pouco europeu. Outro, o PC, é muito antieuropeu e pouco democrático».

Podíamos recomendar a estes dois bonzos do papel impresso que deixassem de ser preguiçosos e se pusessem a estudar a as posições e orientações do PCP sem se deixarem intimidar pelo facto de, se quisessem, poderem estudar não apenas dois ou vinte anos mas setenta e três anos de reflexão, de actividade e de luta. Podíamos sugerir a António Barreto que dobrasse a língua e fosse antes espingardear contra a suprema democraticidade de

um partido como o PS em que o Secretário-Geral, imitando Cavaco Silva, pede e obtém mandato para ser ele a escolher sozinho o cabeça de lista para as próximas eleições e em que os vinte e seis membros do seu Secretariado Nacional aceitam aparecer publicamente como meros «ajudantes» do líder. E podíamos praticar ainda muitos mais actos de caridade.

Só que não vale a pena.

Lendo-se interminavelmente uns aos outros, os bonzos do papel impresso navegam inchados, felizes e contentes num universo mental tão doente de esquematismo quanto distraído da vida, tão afogado no dogmatismo quanto alérgico à controvérsia, tão prisioneiro dos clichés e caricaturas quanto de relações cortadas com a verdade, tão estruturalmente arrogante e intolerante quanto desprovido de seriedade intelectual.

Não apuram factos, apenas debitam sentenças irrevogáveis. Não rebatem argumentos alheios, apenas procuram antecipadamente desqualificar quem os adianta. Não pensam, apenas mastigam as suas convenientes e cómodas certezas. Não discutem ideias, apenas colam rótulos e etiquetas.

São os novos ayatollahs do pensamento único, das ideias normalizadas, da gelatina encefálica e da coluna vertebral de borracha. São os donos da verdade, os proprietários da Europa, os patrões da modernidade, os capatazes da democracia, os campeões do futuro. São os novos inquisidores sempre fulminando herejes e sempre decretando excomunhões e expulsões dos seus latifúndios conceptuais.

Mas não nos metem medo. E não vencerão.

■ Vítor Dias

Eis a esquerda ex

O «Público» de 19.3 deu, naturalmente, grande destaque ao lançamento, no Rio de Janeiro, do livro "Sombras do Paraíso", da autoria de um tal António Rangel Bandeira (ARB), prefaciado por Mário Soares e com edições previstas em Portugal, Espanha e, naturalmente, Estados Unidos. Os dois "naturalmente" decorrem do facto de se tratar de um livro contra Cuba escrito por um ex-comunista.

ARB é um ex-comunista, brasileiro e, pela amostra, irmão gémeo de outros ex-comunistas da praça lusitana: arrependidos do comunismo por opção (de qualidade de) vida, por isso anticomunistas; todos ou quase todos, sentados ou em trânsito para lugares às mesas do PS, do PSD e do mais que se verá; cumprindo servilmente o papel que lhes está distribuído de se apresentarem como Esquerda (de que também são ex) para assim melhor e mais eficazmente poderem combater a Esquerda.

Segundo o prestimoso "Público", ARB produz no dito livro "a mais abrangente crítica de esquerda ao regime cubano".

O conteúdo de "esquerda" da dita crítica é visível, desde logo, na caracterização que o autor faz do regime cubano: "regime mais repressivo e sofisticado do que as piores ditaduras militares de direita", "fascismo de esquerda". E é ainda numa clamorosa e "abrangente" perspectiva de "esquerda" que ARB conclui e divulga, primeiro, que "35 anos de revolução foram insuficientes para eliminar a escassez crónica de alimentos" e, depois, que a alusão às responsabilidades do bloqueio norte-americano na situação difícil que se vive em Cuba não passa de um artifício de Fidel que usa o dito bloqueio para "justificar o seu fiasco". Por isso o objectivo essencial do livro de ARB é o de acabar com tal regime. "A hora

é esta. Por isso saiu o livro", exclama ele com grandiloquente coragem.

Como todos os ARBs do Mundo, este ARB brasileiro está altamente preocupado com as violações dos direitos humanos. E, por hábito de imitação, canaliza a sua louvável preocupação exclusivamente para Cuba. Possivelmente, o ex-comunista brasileiro desconhece o que se passa no seu próprio país (para não ir mais longe) no que toca a violação de direitos humanos: milhões de crianças e jovens vivendo ao abandono, a miséria, a fome, o desemprego, as execuções sumárias nas ruas. Ou então conhece mas considera que tais situações nada têm a ver com violações dos direitos humanos. Ou então, ainda, conhece mas considera que a denúncia dessa violação não seria êxito de livraria, não teria prefácio de Mário Soares, não teria direito a uma

página do "Público", não seria editado em Portugal, nem em Espanha e muito menos nos EUA.

ARB é, além de ex-comunista, ex-exilado. Seguindo o seu percurso de exilado muita coisa se fica a perceber. Obrigado a fugir do Brasil em consequência do golpe militar fascista (golpe que, como se sabe, foi preparado e organizado na embaixada dos EUA), exilou-se no Chile de Allende, donde viria a ter que fugir a seguir ao golpe fascista de Pinochet (golpe que, como se sabe, foi organizado e preparado na embaixada dos EUA).

E foi assim, de golpe em golpe, que ARB, dando provas de invulgar lucidez e notável pragmatismo escolheu, como lugar de exílio, os EUA.

Que é, como se sabe, o único país do Mundo onde não é possível haver um golpe de Estado. Pela simples razão de que nos EUA não há embaixada dos EUA.

■ José Casanova

G7 EM DETROIT

1.

O Norte e o Sul: 1/6 da população do mundo dispõe de 3/4 do rendimento mundial, enquanto 3/4 dispõem apenas de 1/6. Em 1989, os rendimentos dos "20% mais ricos" da população mundial (por países) eram 59 vezes superiores aos dos "20% mais pobres". 1/5 da população mundial recebe apenas 2% do rendimento mundial, i.e., cada um de 1000 milhões de seres humanos sobrevivem com menos de 170\$00 por dia. Os que sobrevivem: só crianças, de fome e doenças facilmente hoje evitáveis, morrem mais de 40 mil por dia.

2.

O Sul no Norte: O último relatório da OIT sobre o trabalho no mundo indica, só para os 24 países mais industrializados, 32,3 milhões de desempregados, em aumento constante. Na Europa dos 12, os últimos dados publicados acusam 54 milhões de pobres, também em aumento crescente. Nos EU, já são mais de 30 milhões os pobres oficiais.

3.

O Norte do Norte: Há as PME no mundo - inúmeras. Há grandes empresas nacionais em todos os países, muitas. E depois há as ETN (empresas transnacionais): são 37 000 no globo. E dentro destas ETN, há as "super": as 200 maiores, só por si com vendas de 5900 milhares de milhões de dólares em 1992, equivalendo a 26,8% do PNB mundial! Das 200 "super" ETN, os cinco maiores países capitalistas (EU, Japão, França, Alemanha e Reino Unido) partilham entre si 172. E dentre estas "super" emergem as "hiper": as 10 maiores apoderaram-se de 34, 8 mil milhões de dólares de lucros, tanto como os 38,6 mil milhões das outras 190 "super" seguintes!

4.

Um "norteno" exemplar: Àqueles cálculos escaparam ainda alguns tubarões, como é o caso da Goldman, Sachs & Co. Conhecida firma corretora de Wall Street, conta apenas 161 sócios: conseguiram obter em 1993 mais de 2,6 mil milhões de dólares de lucros brutos. Enormidade que leva o *The Guardian* de 10/12/93 a perguntar: "Qual é a diferença entre a Tanzania e Goldmans Sachs? Um é um país africano que ganha 2,2 mil milhões de dólares e os partilha entre os seus 25 milhões de habitantes. Outro é um banco de investimento que ganha 2,6 mil milhões de dólares e distribui o grosso por 161 pessoas".

5.

O desnorte? Este mês em Detroit reuniram os ministros do trabalho dos "7 Grandes" do mundo capitalista, devidamente vigiados pelos respectivos ministros dos cifrões, para discutirem pela primeira vez na sua história a magna questão do emprego; ou do desemprego; ou as duas em crescente simbiose. O desemprego é muito alto, continua a crescer, pode tornar-se explosivo... O emprego é muito "caro", pesado de mais para conseguir ainda mais lucros... Assim, os mercados mingam... Um caso bicudo a que não souberam dar a volta, ou não puderam, ou não quiseram. Até porque cada um puxa a brasa à sua sardinha. "Em Detroit não se encontrou a solução", diz-nos o *Semanário Económico* do dia 18. Nem encontrarão em Nápoles, na próxima cimeira. Porque a solução terá que ser imposta pela luta dos trabalhadores e dos povos. Afinal, mais do que partilhar o emprego, impõe-se é partilhar os lucros!... Haja solidariedade!

C.A.I.

A campanha de divulgação e aumento de assinaturas do «Avante!» foi tema de um debate realizado, no passado sábado, na Baixa da Banheira, em que participou o nosso camarada de redacção **Domingos Mealha**, e juntou meia centena de pessoas.

Na sessão, que decorreu nas instalações da Sociedade Recreativa «Os Alentejanos», foi recordado o importante papel do «Avante!», quer na resistência ao regime fascista, quer, hoje, como forte instrumento de luta dos comunistas, dos trabalhadores e de todos os democratas.

Na iniciativa, que encerrou um ciclo de debates sobre a imprensa do Partido nas três freguesias da Moita, foi revelado que o número de assinaturas do «Avante!» angariadas já ultrapassa a meta definida para o concelho.

Na emigração, as comemorações do 73º aniversário do PCP não passaram despercebidas. As organizações do Partido na Emigração promoveram várias iniciativas, nomeadamente em Bruxelas, (na foto), nas cidades alemãs de Hamburgo e Minden, e em Neuchâtel, na Suíça.

Estavam ainda previstas sessões em Wiesbaden, Colónia e Estugarda e em Amesterdão, São Paulo, Luanda, Toronto e Montreal.



Em silêncio, foi como se processaram os recentes aumentos das ligações aéreas entre a Madeira e o Continente, cujo preço, fixado por Portaria no passado dia 16 de Março em 25 900 escudos, teve um agravamento de 6,15 por cento.

A DORAM do PCP condenando este aumento «bastante superior à inflação anunciada pelo Governo» sublinha que é «escandaloso» que o Governo Regional tenha mantido em segredo a decisão, demonstrando que «os discursos aparentemente reivindicativos de Alberto João Jardim não representam mais do que manobras demagógicas destinadas a esconder o seu inteiro acordo com a política de Cavaco Silva».

A Comunidade e a soberania nacional foram algumas das questões abordadas num debate, realizado na passada sexta-feira em Bragança, com a participação do eurodeputado comunista, **Joaquim Miranda**. A iniciativa decorreu na Escola Superior de Educação e juntou meia centena de pessoas que debateram com interesse as posições do PCP sobre a Europa.

No sábado, Joaquim Miranda, que preside à Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, manteve encontros com as direcções do Fórum Nordeste e da Cooperativa Agrícola de Vila Flor.

Na troca de impressões, salientaram-se os problemas da defesa do património, nomeadamente as polémicas obras no Museu Abade Baçal, e as dificuldades da agricultura, em particular da produção de azeite. À noite o deputado comunista participou num jantar comemorativo do 73º aniversário do PCP, realizado em Mirandela.

«**Aviso** geral do mundo do trabalho» à política do PSD foi como Sérgio Teixeira considerou as inúmeras manifestações de descontentamento convocadas para hoje pelos sindicatos.

Aquele membro da Comissão Política do PCP, que falava num almoço comemorativo do 73º aniversário do Partido, promovido no domingo em Soure, analisou ainda o comportamento pré-eleitoral dos principais partidos, sugerindo que o PSD explique o desmantelamento do sector produtivo, a baixa dos salários reais e o aumento dos despedimento e das falências, em vez de «lavar as mãos como Pilatos como parece agora fazer o seu cabeça de lista às próximas eleições europeias».

Sobre o PS afirmou que «não pode agora arvorar-se em campeão da luta pelo emprego», uma vez que «aprovou Maastricht e as suas políticas de convergência nominal».

«**Bem-vindos** ao nosso 8º passatempo» foi o lema de um convívio organizado pela JCP na passada sexta-feira, no salão de reformados da freguesia da Moita. A iniciativa contou com a participação de numerosos jovens que confraternizaram num ambiente de alegria e boa disposição, havendo mesmo quem arriscasse cantar para o público presente.

Para dinamizar os trabalhos preparatórios da sua 6ª Assembleia Concelhia, os comunistas do Seixal realizaram no passado sábado um Plenário Concelhio de Eleitos, e anunciaram para o próximo dia 9 de Abril, uma iniciativa de «Reflexão sobre o Movimento Associativo no Concelho». A situação internacional será igualmente tema de um debate a ter lugar no próximo dia 15 de Abril.

PCP/Açores marca Congresso para Outubro

Definir orientações políticas, enriquecer o programa do Partido, rever a estrutura de direcção e eleger os órgãos de direcção são os principais objectivos do PCP/Açores a atingir no seu próximo congresso

O 5º Congresso Regional dos Açores do PCP vai realizar-se nos dias 29 e 30 de Outubro próximo, em Ponta Delgada, conforme indica uma resolução da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores, reunida em 12 e 13 do corrente mês.

A reunião, que decorreu na cidade da Horta, decidiu criar uma comissão organizadora do Congresso e definiu três objectivos fundamentais da realização: «definir, por resolução, as orientações políticas específicas adequadas à realidade regional e as orientações necessárias ao reforço e alargamento da influência do partido nos Açores; actualizar e enriquecer o Programa Regional do PCP; definir a estrutura de direcção regional e eleger os órgãos de direcção».

Paralelamente, a DORAA aprovou uma resolução sobre as eleições para o Parlamento Europeu, em que sublinha que «o próximo acto eleitoral assume também um interesse específico para os Açores».

O documento considera que a Comunidade Europeia não reconhece como uma «realidade permanente» a insularidade distan-

te que caracteriza a Região, o que leva também a «não reconhecer plenamente o direito inalienável da economia regional produzir de acordo com as suas potencialidades naturais e humanas».

Mais à frente, o texto critica o quadro comunitário de apoio e os programas específicos, nomeadamente o POSEIMA, salientando que estes deveriam estar orientados no sentido de minorar os custos acrescidos que os transportes impõem à economia regional.

A DORAA entende, por outro lado, que «os deputados do PCP no PE sempre defenderam, coerentemente, os interesses específicos da Região Autónoma dos Açores», concluindo que «está hoje cabalmente demonstrado que só o empenho dos deputados nacionais em cada grupo político pode levar a que o PE analise em profundidade questões que nos sejam específicas».

«A acção isolada de deputados residentes nos Açores a nada leva como a prática desenvolvida nos últimos cinco anos pelo deputados do PSD e do PS, que foram apresentados como



deputados dos Açores, demonstra», afirma a resolução.

Neste sentido os comunistas açorianos estabelecem como «prioridade a assunção pela lista nacional de candidatos da CDU ao PE de um compromisso claro e pormenorizado de defesa dos interesses específicos, no quadro da defesa dos interesses nacionais».

De assinalar, por último, que a DORAA aprovou ainda uma resolução denominada «Por uma política económica e social adequada à realidade regional», que faz o balanço da actual situação nos Açores, «os comportamentos políticos dos diversos intervenientes e a acção das forças sociais».

Governo Regional foge às perguntas

Em resposta a um requerimento apresentado pelo PCP/Açores sobre a questão da linha da TAP Lisboa-Horta-Lisboa, o Governo regional limitou-se a

afirmar que os atrasos das obras de ampliação da aerogare do Aeroporto da Horta serão finalmente superados no decorrer deste ano.

Contudo, sem resposta ficaram duas outras importantes questões formuladas pelos comunistas que pretendiam saber «qual a posição do Governo regional quanto à existência actual e futura da linha Lisboa-Horta-Lisboa assegurada pela TAP», já que o PCP tem «informações» de que «haverá entidades nacionais e regionais que entendem dever ser extinta» aquela ligação.

O PCP/Açores aguarda igualmente que o presidente do Governo Regional explique «qual o modelo que defende para as ligações entre o Continente e os Açores e vice-versa?» e se «considera ou não importante a existência de três linhas Continente-Açores?», interroga o texto de novo requerimento entregue, na semana passada, na Mesa da Assembleia Legislativa Regional.

25 anos após a sua morte Mário Sacramento é homenageado em Aveiro

A memória do militante comunista, médico e escritor Mário Sacramento será homenageada no próximo domingo com uma romagem à sua campa, que terá lugar pelas 10 da manhã, e, pelas 15 horas, com uma sessão evocativa que na Biblioteca Municipal de Aveiro, em que participarão diversas personalidades políticas e literárias do País.

A iniciativa partiu da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP que considera que «evocar Mário Sacramento, a cerca de um mês de festejarmos o 20º aniversário do 25 de Abril, significa lembrar através do exemplo que constituiu a sua vida, a luta do Partido em que militou, juntamente com muitos outros antifascistas, para que, em 25 de Abril de 1974, o fascismo viesse a ser derrubado e se desse início a um processo de profundas transformações económicas, sociais, políticas e culturais que apontavam para a construção em Portugal de uma sociedade socialista.

Mário Sacramento faleceu há 25 anos sem que tivesse visto o acontecimento em relação ao qual dedicou a sua vida: o 25 de



Abril, dia da Liberdade. Não viveu essas horas mas teve a certeza de que iria acontecer: «derrubem o fascismo, se nós não o pudermos fazer antes!», apelou na Carta-testamento.

Este escrito contém ainda outros apelos que se mantêm plenamente actuais: «Insturem uma sociedade humana! Promovam o socialismo, mas promovam-no cientificamente, sem dogmatismos sectários, sem radicalismos pequeno-burgueses! Aprendam com os erros do passado. E lembrem-se de que nós, mortos, iremos, nisto, ao vosso lado!», escreveu Mário Sacramento.

Hospital de Beja Somam-se escândalos

À falta de transparência nos processos de concurso para concessão da exploração dos serviços de hemodiálise que obrigou à sua repetição, junta-se agora o escândalo da atribuição, em exclusivo, do serviço da Casa Mortuária que se traduziu num aumento especulativo dos custos inacessíveis à maior parte dos utilizadores. Como se não bastasse, levantam-se também dúvidas sobre a privatização de outros serviços, tais como a limpeza e a cozinha.

Como afirma em comunicado a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, «está criado um clima de desconfiança que envolve responsáveis pela Administração do Hospital e outras figuras públicas, nomeadamente o deputado do PSD do distrito de Beja que, apesar das justificações e desmentidos, não deixa de trazer alarmada a generalidade da opinião pública».

Para a DORBE, as irregularidades vindas a público, nos últimos dias, no Hospital de Beja, «vêm confirmar a nossa razão em relação às posições de desacordo que temos tomado quanto à privatização dos serviços públicos de Saúde».

Neste sentido, os comunistas alertam que a «privatização destes serviços, para além dos exemplos citados, pressupõe que outras negociatas estarão em curso, não só aqui como no resto do território», apelando ao desenvolvimento de um movimento de opinião para «inverter a actual situação de forma a que o direito à saúde corresponda ao que a Constituição da República consagra».

Álvaro Cunhal em Faro e no Baixo Alentejo

«O ideal comunista é a juventude do mundo»

O papel insubstituível do PCP na sociedade portuguesa, a intervenção do Partido no quadro da revolução de Abril e das lutas que se seguiram em defesa da democracia, a actual grande ofensiva no branqueamento da ditadura fascista e a política capitulacionista do Governo PSD face à União Europeia, foram os temas dominantes das intervenções de Álvaro Cunhal durante a jornada de dois dias que o levou, na sexta-feira, a Faro e, no sábado, a Ourique, Aljustrel, Canhestros e Ferreira do Alentejo, no âmbito das comemorações do 73º aniversário do PCP e dos vinte anos passados sobre do 25 de Abril.

A associação das comemorações do 73º aniversário do PCP com os vinte anos do 25 de Abril explica-se, no entender do presidente do Conselho Nacional do PCP, «porque é difícil falar do que foi toda a nossa luta se nos referirmos ao nosso papel no 25 de Abril e na revolução democrática que se seguiu».

«Há hoje - salientou Álvaro Cunhal - uma pretensão de apresentar o 25 de Abril como uma só data, e não como um processo, como uma alteração da vida portuguesa através de toda uma luta complexa e cheia de contradições mas que levou à instauração e institucionalização do regime democrático», esquecendo «o levantamento popular que interveio na luta política e deu uma nova dinâmica à vida nacional, levando a transformações profundas na sociedade portuguesa».

Para o presidente do Conselho Nacional, «o PCP distingue-se de todos os outros partidos ao apreciar o acto heróico dos capitães de Abril e o facto de o levantamento militar ter dado o golpe de misericórdia na ditadura. Ninguém como nós, comunistas, presta esta justiça aos capitães de Abril, ao seu heroísmo e ao que deram ao nosso povo».

Numa perspectiva pedagógica sobre os tempos de Abril, Álvaro Cunhal lembrou:

«Quando se fala nessa intervenção do movimento popular - salientou - é bom ter em conta que algumas das primeiras vitórias da instauração da democracia foram obtidas em contradição até com o programa do MFA. Por exemplo, não havia o reconhecimento da legitimidade dos partidos políticos».

Álvaro Cunhal recordou, a propósito, um encontro que uma delegação do PCP teve com o então General Spínola, em que este «pedia» para o PCP «esquecer a foice e o martelo e a bandeira vermelha», em suma, que o PCP desistisse da sua identidade.

«É justo recordar porque neste momento há uma grande operação de falsificação histórica, que não se limita ao 25 de Abril, vai mais longe, ao branqueamento da ditadura fascista. Esta expressão já desaparece dos comentários, dos artigos, de escritos históricos e, até, de volumes sobre o 25 de Abril que estão a ser editados».

«Outra vertente desta ofensiva - prosseguiu Álvaro Cunhal - é em relação ao salazarismo e ao marcelismo, procura-se branquear o tempo de Salazar e, no que respeita a Marcelo Caetano, pretende-se

fazê-lo passar como um homem voltado para a democracia e que se tratava já de um período de transição, que podia conduzir pacificamente à instauração de um regime democrático».

Um outro argumento muito utilizado pelos remanejadores do processo histórico português, é o da tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Neste ponto, o presidente do Conselho Nacional do PCP separou as águas:

«A história está aí e pretendem reescrevê-la. Quem procurou, de facto, tomar o poder, é necessário dizê-lo face à grande ofensiva de deturpação e falsificação histórica, quem centralizou a grande ofensiva contra o curso democrático que estava a tomar a revolução, foi concretamente o presidente da Junta de Salvação Nacional, o então General Spínola».



A Jornada no Baixo Alentejo terminou, no sábado, com uma sessão realizada na Casa do Povo de Ferreira do Alentejo, onde após os «Parabéns» cantados ao PCP, usaram da palavra Lurdes Hespanhol e Álvaro Cunhal

«É a partir dele - prosseguiu - que partem sucessivas tentativas de tomar o poder. É o golpe Palma Carlos e o 28 de Setembro, que previa prisões, castigos, o afastamento dos comunistas e de outras forças democráticas, a tomada da comunicação social e do Governo. Foi a grande movimentação popular que impediu a célebre marcha da maioria silenciosa, foi o povo que a fez fracassar, estabelecendo barreiras, apreendendo armas, na salvaguarda da democracia».

Prosseguindo na análise, Álvaro Cunhal lembrou a seguir o golpe do 11 de Março, «outra tentativa de Spínola, que fugiu do país depois do fracasso», e que alguns ainda têm a «audácia de dizer que foi uma tentativa de tomada do poder pelos comunistas».

«Da nossa parte - salientou - houve sim a defesa das conquistas de Abril. Nós, os comunistas, tomamos a responsabilidade daquilo que dizemos e fazemos e é entre este dizer e o fazer que se

diferenciam os partidos». Partindo desta ideia, o presidente do Conselho Nacional do PCP analisou o quadro em que vai ter lugar a próxima eleição de deputados ao Parlamento Europeu, salientando as contradições de Cavaco Silva e dos socialistas a respeito da integração na União Europeia.

«Hoje já não querem tomar a responsabilidade das consequências negativas da capitulação nacional na União Europeia nos termos em que foi e continua a ser feita, tomando as suas distâncias em relação à política que anteriormente defendiam. Já dizem que há coisas a rectificar, consequências prejudiciais no Tratado de Maastricht».

«Pelo contrário - frisou Álvaro Cunhal - o PCP toma a responsa-



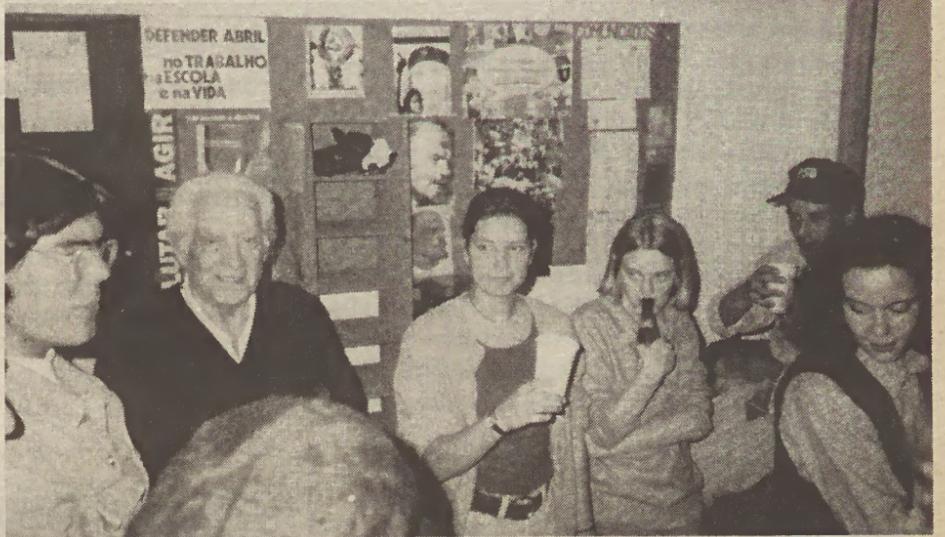
Mais de uma centena de pessoas no almoço em Ourique, em que entrevistaram Álvaro Cunhal e José Filipe, membro da Comissão Concelhia de Ourique do PCP

bilidade de apresentar as dificuldades, as contradições e até os aspectos nocivos da integração, alertando o país contra a perda de aspectos fundamentais que são característicos da soberania e independência nacional».

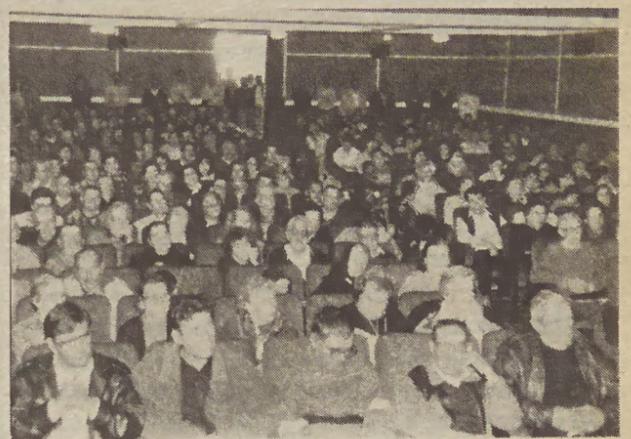
Definindo a política do actual governo como de «capitalização nacional» face aos interesses das grandes potências europeias, Álvaro Cunhal salientou:

«Nós não colocamos a saída da União Europeia mas, a necessidade de o Governo português defender o interesse nacional com brio, coragem, assegurando que os nossos interesses não são atingidos de forma dramática, como está a acontecer com a destruição do aparelho produtivo».

Álvaro Cunhal referiu-se ao Partido e ao programa para uma democracia avançada para o século XXI, que contempla os aspectos da democracia em quatro vertentes fundamentais: económica, política, social e cultu-



Os jovens marcavam presença, entre as muitas centenas de pessoas que assistiram, na sexta-feira, à conferência no auditório do Instituto da Juventude, em Faro



Completamente cheia esteve a sala do Cine Oriental em Aljustrel, onde «a comunidade está suspensa, aguardando a promessa da reabertura das minas», segundo afirmou José Godinho, presidente da Câmara, que antecedeu o discurso de Álvaro Cunhal



Canhestros conserva com orgulho a maioria CDU nos órgãos da Freguesia, liderada por Joaquim Hilário. Foi nas instalações da JF que o presidente do Conselho Nacional do PCP esteve num encontro com a população, em que participou igualmente Lurdes Hespanhol, da Comissão Concelhia de Ferreira do Alentejo

ral. Perante as mutações da sociedade na sua evolução, «as respostas têm de ser novas, obrigando a novas reflexões e a intervenções que conduzam a soluções criativas».

«Temos um projecto e um programa e, sem o PCP, não existe uma alternativa democrática ao Governo de direita», salientou.

O presidente do Conselho Nacional do PCP reflectiu ainda sobre a conhecida frase «o comunismo é a juventude do mundo».

«O nosso ideal de construção tem também o seu progresso e a sua evolução. No século em que vivemos o ideal de construção desta sociedade é novo, mas podemos reflectir sobre as grandes realizações da história da Humanidade. O velho Egipto, a

civilização chinesa, a democracia grega, o estado de direito romano - grandes civilizações, mas nelas havia igualdade dos homens? Eram civilizações de escravos, os exércitos invadiam outros povos que sob o chicote e a tortura fizeram essas maravilhas da civilização humana. Houve revoltas por não suportarem mais, mas sem a esperança de constituir uma sociedade nova. Depois apareceram os sonhos - a utopia. É no século XIX que aparece um projecto revolucionário, baseado numa análise da sociedade diferente, sem a exploração e opressão, como foram civilizações através de milénios».

«É no século XX que esse projecto se transforma numa acção revolucionária, na tentativa de criação de uma sociedade nova -

concretamente com a Revolução Russa de 1917, marcando este século».

«Mas a definição dessa sociedade nova tem em conta a experiência, modifica-se, transforma-se e, nós, comunistas portugueses, já hoje o nosso projecto tem em conta muitos ensinamentos que não continha há anos atrás, é diferente mas, o fundamental aí está: é um ideal de libertação, que representa um grande valor político e moral da nossa acção».

«O ideal comunista é a juventude do mundo, pensamos que sim, mas é necessário que para ser essa juventude do mundo, a juventude de cada geração esteja com o nosso ideal. Pensamos que estamos a ganhar terrenos, a situação está a mudar», concluiu Álvaro Cunhal.

«Grave ingerência» e «tentativa de partidização» é como qualifica a DORBE do PCP o recente comunicado emitido quinta-feira da passada semana pela Federação Regional do Baixo Alentejo do Partido Socialista, sobre a Associação de Municípios do Distrito de Beja.

O referido comunicado dá nota da decisão dos eleitos socialistas em autarquias do distrito de não participar na Assembleia InterMunicipal e recusar a respectiva eleição para os órgãos da Associação de Municípios do Distrito de Beja.

Comentando este facto, os comunistas de Beja consideram que «o PS esquece que está a pôr em causa não a presença dos eleitos socialistas na Assembleia InterMunicipal mas a presença de órgãos do Poder Local de que o PS não é exclusivo representante, contribuindo desta forma para o desprestígio dos mesmos».

Quanto aos argumentos avançados pela Federação do PS, «não passam de mais uma lamentável manobra de diversão assente num há muito estafado anticomunismo», afirma o Secretariado da DORBE que refuta ainda «as considerações insultuosas e acusações ofensivas» feitas pelo PS sobre o «Diário do Alentejo». «Pretender o afastamento de cidadãos por critérios estritamente partidários é algo que pensávamos definitivamente enterrado no Estado de direito democrático que caracteriza Portugal de Abril em que vivemos», sublinha a DORBE do PCP.

«É incompreensível» que tenham sido gastos, nos últimos anos, várias dezenas de milhar de contos no reapetrechamento do Matadouro e este seja agora encerrado», considera o texto de uma moção aprovada pela 6ª Assembleia Concelhia de Braga do PCP, que decorreu na passada sexta-feira.

A moção manifesta solidariedade com os cerca de 100 trabalhadores daquela instalação municipal bracarense e censura a Câmara Municipal por concordar com a medida que «vem no seguimento de atitudes anteriores do Governo de retirar de Braga cada vez mais serviços públicos ou suas competências».

A Assembleia adoptou por unanimidade e aclamação relatório de actividades e linhas de trabalho e elegeu a nova Comissão Concelhia.

Alegre convívio foi o que as organizações de Azeitão (S. Lourenço e S. Simão) do PCP promoveram, no passado domingo, em Vila Fresca para mais de 50 pessoas. O almoço decorreu no âmbito das comemorações de aniversário do PCP e contou com a participação do camarada José Neto, do Comité Central do Partido.

Durante a iniciativa foram distribuídos 30 cartões de militante para o biénio/94/95 e foram abordadas questões organizativas, com destaque para a compra e divulgação do «Avante!».

Diamantino Estanislau, presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço (CDU), e Joaquim Marcelino, presidente da Assembleia de Freguesia de São Simão (de maioria PS), usaram da palavra para fazer o ponto da situação quanto à actividade autárquica de um concelho onde o PS detém a maioria na generalidade dos órgãos.

Foi denunciada a má gestão na Freguesia de São Simão, onde a CDU se prepara para intervir com a distribuição de comunicados à população. Quanto a S. Lourenço, foi valorizada a unanimidade obtida recentemente pela CDU na Assembleia de Freguesia, onde o PS e o PSD aprovaram resoluções no sentido da defesa da qualidade de vida e melhoria do ensino público, apresentadas pelos eleitos da CDU.

Concretamente, a CDU colocou à apreciação da Assembleia de Freguesia de São Lourenço uma recomendação para que a Junta «promova análises à qualidade da água de rede pública», tendo em conta as «muitas queixas que as populações vêm fazendo sobre o seu mau gosto».

O texto denunciava os dejectos que correm a céu aberto numa vala que passa junto de um furo de captação, a qual recebe os efluentes industriais da Fábrica Refrige Coca-Cola, situada na zona limítrofe do concelho de Palmela.

A unanimidade obtida teve particular significado, uma vez que no ano passado a maioria PS na Câmara de Setúbal recusou a proposta da CDU no sentido de divulgação dos resultados das análises da água.

A outra proposta da CDU aprovada por unanimidade, «manifesta total apoio ao Conselho Directivo da Escola C+S de Azeitão, aos professores e à Associação de Pais, na sua reivindicação de implementar o ensino secundário na região».

Teatro, canto, baladas, poesia e pintura constituíram as actividades de um sarau que se prolongou noite dentro, envolvendo 70 jovens de Gaia, Ermesinde, Porto e Matosinhos.

Na iniciativa, promovida pela JCP de Matosinhos, pontuaram flautas, violas e belas e irreverentes vozes que recordaram, entre outros, Zeca Afonso, Adriano, Sérgio Godinho, trazendo à memória o 25 de Abril.

O canto e a poesia serviu ainda para evocar o Dia Internacional da Mulher, enquanto o humor surgiu na representação de um pequena peça intitulada «Na cama com... Narciso Miranda», que fez a denúncia da realidade socioeconómica e cultural do concelho de Matosinhos.

Elogioso reparo mereceram também os quadros, expostos no local, da autoria de um jovem pintor.

DOREV faz balanço do PDR Milhões da comunidade distribuídos às clientelas

Apesar de um investimento de duas centenas de milhões de contos no período de quatro anos acentuaram-se todos os indicadores económicos e sociais do distrito de Évora devido à «política de distribuição e gestão clientelar dos fundos estruturais»

Cerca de 203 milhões de contos foram disponibilizados pelo PDR no primeiro Quadro Comunitário de Apoio, entre 1989 e 1993, no distrito de Évora, não obstante, «os indi-

cadores dependentes da intervenção do Governo central sofreram um considerável agravamento», concluiu a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, que esteve reu-

nida no passado sábado para analisar o Plano de Desenvolvimento Regional para o distrito e para a região.

Constatando que «no que dependeu do esforço e capacidade do Poder Local houve uma clara melhoria dos indicadores de desenvolvimento, particularmente na satisfação dos serviços básicos às populações», os comunistas lamentam a má utilização dos dinheiros, resultante das políticas do PSD para o interior do País.

As consequências estão há vista e têm números: o Valor Acrescentado Bruto (VAB) para o distrito de Évora diminuiu de 92 por cento da média nacional para 90 por cento; acentuou-se o despovoamento e a emigração durante a última década; aumentou o desemprego contendo a região com a maior taxa de desempregados, 15 por cento.

Para a DOREV estes indicadores «atestam o claro processo das políticas do PSD para o interior do País e em particular para o Alentejo. O PSD privilegiou uma política de distribuição e gestão clientelar dos fundos estruturais em vez de promover uma política de desenvolvimento de uma base produtiva regional. Com esta política o distrito e a região ficaram mais distantes das regiões mais desenvolvidas do País e da Europa».

«Por muito que seja e tem sido o esforço do Poder Local e de muitos sectores da actividade económica, social e cultural regional» - afirmam os comunistas de Évora -, «o Alentejo corre o risco de se transformar numa região cada vez mais deprimida», caso não se verifique «uma urgente modificação da política central e dos governos».

2º PDR sem soluções

A situação é tanto mais preocupante quanto o segundo PDR para 1994/99 «não apresenta perspectivas de modificação deste panorama».

A DOREV, considerando que é «positivo e representa uma vitória do Alentejo a inclusão no PDR do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva», indica que este está «amputado no que diz respeito ao distrito e nesse sentido é necessário con-

tinuar a lutar pela sua execução integral».

Por outro lado, as conclusões da reunião salientam que «com as políticas definidas e aplicadas pelos sucessivos governos e com os valores previstos no PDR 94/99 (544,7 milhões de contos, cerca de 8,6 por cento do total nacional)», considerados insuficientes, não será possível levar o Alentejo para a via do desenvolvimento.

Os comunistas acusam ainda o Governo de «mentir» quando afirma que o Alentejo «é a região do continente com maior capitação no montante dos fundos comunitários, criando a ideia falsa de que irá ser travado o seu despovoamento e o seu nível de desenvolvimento aproximam-se-á das outras regiões do País e da Europa».

Na verdade, trata-se de uma ilusão «escandalosa» já que «o próprio Governo prevê a continuação da redução da população até ao ano 2000, para menos 15 mil habitantes, e a CCRA escreve que se agravarão os indicadores socioeconómicos não se perspectivando como viável qualquer evolução positiva para a grande maioria dos concelhos alentejanos».

A DOREV alerta ainda as autarquias, os sindicatos e os agentes sociais para que contrariem as tentativas do Governo centralizar «em gente da sua confiança» o acompanhamento e avaliação do Quadro Comunitário de Apoio, excluindo os representantes do Poder Local, as organizações sindicais e sociais».

Na sua reunião, a DOREV salientou ainda que «a recente transacção da Rodoviária do Alentejo - EP, para uma empresa privada do grupo Belos, está a criar enormes dificuldades no distrito, despedimentos, encerramento das estações de Redondo, Mora, Estremoz, desactivando diversas carreiras ao fim-de-semana deixando aldeias isoladas da restante comunidade».

Também a difícil situação na Administração Pública, com aumentos praticamente nulos, bem como o agravamento das prestações da segurança social, que mantém atrasos no pagamento dos subsídios de doença, de desemprego e abonos de família, foram aspectos assinalados com preocupação pelos comunistas do distrito de Évora.



Célula da Festa realiza assembleia

Decorreu no passado sábado, na Quinta da Atalaia, a 3ª Assembleia da Célula da Festa do «Avante!», que fez o balanço do trabalho realizado pelo seu secretariado e debateu as características específicas da célula, que existe no fundamental para a construção e realização da festa do «Avante!», ao mesmo tempo que desenvolve actividades que são comuns a toda a Organização do Partido.

Foi realçado o papel militante que a célula desempenha na dinamização da construção militante da Festa e definidas as metas para a campanha de venda antecipada das EP's, sendo ainda discutida a preparação da iniciativa dos «Construtores da festa» que se realiza no próximo dia 16 de Abril na Atalaia.

No plano de trabalho para 1994, foi igualmente aprovada uma campanha para o aumento do valor da quotização, definidas medidas para a dinamização

da venda da imprensa do partido e decidida a participação activa da célula nas comemorações do 20 Aniversário do 25 de Abril e nas acções de 1º de Maio.

Na continuação da discussão feita durante a preparação da Assembleia, foi destacada a importância de uma maior ligação dos membros da célula às organizações de residência, mantendo-se a Festa com a tarefa e actividade principais.

Após a eleição do novo secretariado da célula, que passou a ser constituído por sete camaradas, interveio, a encerrar os trabalhos, Henrique de Sousa, que fez uma abordagem dos principais assuntos tratados na Assembleia e salientou os aspectos mais significativos da situação política e social.

No final, os participantes e familiares almoçaram e confraternizaram num restaurante da região.

CAMARADA FALECIDA

Alda Sousa Pereira

Faleceu, no passado dia 4 de Março, a camarada Alda Sousa Pereira, membro da Comissão de Freguesia de Alvalade Sado do PCP. Militante comunista desde 1978, Alda Pereira trabalhava na empresa já encerrada, ECA, concentrados de Alvalade.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

O preço da crise

Comecemos simplesmente pela forma. Quando na década de 60, a França precisava de braços para trabalhar, o Sud-Expresso despejava na gare de Austerlitz milhares de portugueses que fugiam então da miséria e da injustiça. Braços que ajudaram então a construir uma França próspera e moderna. Foram milhares, centenas de milhares de homens e mulheres que deixaram assim o seu país, a sua terra, os seus campos. No fim da longa viagem, tantas vezes feita da aventura do 'salto', esses homens e mulheres encontravam apenas a lama do 'bidonville' e a dura realidade de uma sociedade que já então os explora de forma escandalosa. Discretamente, silenciosamente, esses homens e essas mulheres, foram dando assim o melhor

que tinham e muitas vezes a própria vida, para enriquecerem um país que tem uma memória curta.

Longe estão os tempos dos grandes crescimentos económicos e da abundância. Hoje a França encontra-se mergulhada numa crise profunda. Uma crise económica e uma crise de sociedade. Crise económica traduzida por mais de três milhões de desempregados e pelo aparecimento de 'novos pobres'. Traduzida também por mais de 300 mil pessoas que não dispõem de um tecto e que a pouco e pouco são marginalizados por uma sociedade e por um sistema que lhes retirou todos os direitos. Traduzida ainda pela revolta de uma juventude a quem são negadas todas as perspectivas de futuro. Crise de sociedade também num país que perdeu a

confiança numa classe política que não soube diminuir as desigualdades e as injustiças. Hoje a França dos ricos está efectivamente cada vez mais rica enquanto que a França dos pobres está cada vez mais pobre.

É neste contexto de crise económica e de crise de sociedade, que a imigração começa a ser apontada como a causa de todos os males. Um argumento que começou a ser utilizado pela extrema direita e que resuscitou em França os velhos fantasmas do racismo e da xenofobia. Argumentos que começaram também a encontrar a pouco e pouco os seus prolongamentos na própria direita tradicional que actualmente governa a França. A nova política de emigração do ministro do Interior, Charles Pasqua, é a ilustração efectivamente de uma vigorosa repressão da emigração. Uma repressão aberta e às claras no que diz respeito aos trabalhadores originários do Magrebe ou dos países da África negra. De uma forma mais subtil no que diz respeito aos originários dos países Comunitários, entre os quais e em primeiro lugar os portugueses, que continuam a constituir a comunidade estrangeira mais importante radicada em França. Assim, uma série de novas disposições do actual Governo francês, põem abertamente em causa o direito à livre circulação consagrado em todos os acordos comunitários e que é um dos fundamentos da União Europeia. Essas disposições dão direito à França de expulsar um estrangeiro comu-

nitário que, após a primeira renovação da sua autorização de estadia, se encontre dois anos na situação de desempregado. Num país onde o desemprego não cessa de se agravar e onde os emigrantes são os mais vulneráveis às flutuações do mercado do trabalho, essas disposições são extremamente graves e não deixarão certamente de afectar, a curto prazo, vários milhares de trabalhadores portugueses que serão assim os primeiros a pagarem o preço da crise. E isso em flagrante violação dos direitos comunitários que prevêm a livre circulação no espaço comunitário dos cidadãos europeus. Estas disposições, publicadas no Jornal Oficial (Diário da República) do passado dia 13 de Março estão a preocupar a comunidade portuguesa em França que se considerava protegida pelos acordos comunitários.

O Partido Comunista Português num comunicado alertou já as autoridades portuguesas que entretanto se limitaram a relativizar as consequências das novas disposições. Ao relativizar as consequências, o governo de Lisboa faz prova de inconsciência e de desconhecimento de uma realidade que corre na prática o risco de implicar milhares de trabalhadores portugueses que amanhã poderão a estar privados da sua autorização de estadia em França. Por outras palavras, de serem expulsos de um país para o qual contribuíram de forma tão brilhante para o seu enriquecimento.

Carlos Tiago — Paris

Doze às voltas com votos a 16

À hora do fecho desta edição desconhecia-se ainda o resultado da nova ronda negocial dos Doze sobre os direitos de voto na União Europeia (UE) uma vez concretizado o alargamento à Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia. Em causa está o sistema de votação que permite bloquear uma decisão (minoridade de bloqueio) e o poder que os "pequenos" países terão para fazer face às decisões dos "grandes" numa União a 16.

Actualmente, bastam três países - dois "grandes" e um "pequeno", para bloquear uma decisão (23 votos num total de 76). Com o alargamento, e caso venha a ser adaptado automaticamente o actual procedimento de voto em Conselho de Ministros, serão necessárias coligações maiores para a formação da minoridade de bloqueio. Os votos são repartidos entre os Estados em função da respectiva população (Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália dez cada um, Espanha oito, Bélgica, Portugal, Grécia e Holanda cinco, Suécia e Áustria quatro, Dinamarca, Irlanda, Noruega e Finlândia três, Luxemburgo dois).

Tanto a Espanha como o Reino Unido se opõem a qualquer alteração que ponha em causa a sua capacidade de tomar decisões no seio do Conselho de Ministros, pelo que defendem a manutenção da actual minoridade de 23 votos sobre os futuros 90 resultantes do alargamento.

As justificações são simples: impedir que se tomem decisões contra Estados que representam cem milhões de habitantes, como diz a Espanha, ou "uma renúncia insuportável de soberania a favor da União Europeia", como afirmam os britânicos.

A posição destes dois países é considerada inaceitável pela Alemanha e Dinamarca, entre outros, que consideram que uma minoridade de bloqueio de 23 votos seria desastrosa para a operacionalidade da União. Por seu lado, o Parlamento Europeu, que se deve pronunciar sobre o alargamento até dia 4 de Maio, ameaça bloquear o processo se a solução encontrada não respeitar o seu peso político e não incluir uma minoridade de 27 votos.

Na tentativa de desbloquear a situação, o presidente do Conselho de Ministros, Theodoro Pangalos, avançou com a possibilidade de um compasso de espera de dois meses para se chegar a consenso sempre que se verifique uma minoridade de bloqueio. Uma proposta que até ao início da reunião de terça-feira não tinha demovido nem espanhóis nem ingleses.

Do Governo português, como de costume, desconhecia-se qualquer posição. Contentes com o cheirinho a bacalhau conseguido no acordo de pescas cheio de "ses", os nossos governantes optam por ficar a ver onde param as águas.

Sob suspeita

A decisão do governo francês de adoptar medidas restritivas relativamente à permanência em França de cidadãos europeus que se encontrem desempregados ou "atentem" ou sejam "suspeitos de atentar" contra a "ordem pública", já chegou às instâncias comunitárias. O eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, apresentou a semana passada a questão ao Conselho, sob a forma de 'pergunta escrita prioritária', sublinhando a gravidade de tais medidas e alertando para o facto de se contarem actualmente em França, e apenas no que respeita a portugueses, cerca de 80 000 emigrantes sem emprego há mais de um ano.

Em causa está a interpretação das disposições legislativas do governo francês, nomeadamente à luz das disposições do Tratado da União Europeia sobre "livre circulação de pessoas" e "cidadania europeia", bem como as medidas que o Conselho se propõe adoptar de forma a salvaguardar os direitos dos cidadãos visados e lesados por tal legislação. Para quem já tenha esquecido, recorda-se que uma das prolapadas 'vantagens' da União era a Europa dos cidadãos, sem barreiras, sem fronteiras... O que a legislação francesa configura, afinal, é a Europa dos cidadãos... sob suspeita.

Nota do GI do PCP

Nestes últimos dias, vieram a público notícias de que o Governo francês publicou legislação que visa restringir fortemente o direito de estadia em França dos desempregados originários dos países da Comunidade Europeia.

De facto, a legislação já publicada prevê, numa primeira fase, reduzir para um ano a autorização de estadia (actualmente renovável por 10 anos) para aqueles que estão desempregados há um ano. No final deste ano, se o trabalhador se mantiver no desemprego a autorização é automaticamente suprimida. Depreende-se daí que o Governo francês prevê a expulsão do país daqueles que se encontram nesta situação.

É sabido que a comunidade portuguesa em França é a comunidade estrangeira mais numerosa, com 645 578 cidadãos e destes 388 959 têm uma actividade profissional. Estimativas não oficiais apontam para 80 mil portugueses desempregados que são directamente visados por esta medida.

Mas as medidas decretadas pelo Governo francês não se ficam por aqui. Com efeito, um estrangeiro de um país comunitário pode ser expulso caso seja suspeito de atentar contra a "ordem pública", ou ainda por razões de "doença ou enfermidade".

Ou seja, de uma assentada, o Governo francês despreza completamente os direitos humanos e a livre circulação de pessoas, bem como os direitos sociais daqueles que durante muitos anos contribuíram para o desenvolvimento deste país.

Com tais medidas torna-se mais uma vez evidente que as orientações neoliberais consagradas no Tratado da União Europeia (Maastricht) são aplicadas pelos Estados-membros em detrimento de políticas sociais que salvaguardem os direitos dos trabalhadores.

O PCP exigirá uma intervenção do Governo português que salvide os direitos adquiridos dos nossos emigrantes.

Entretanto, já ontem, o deputado comunista no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, dirigiu uma pergunta ao Conselho sobre as medidas anunciadas pelo Governo francês.

O PCP continuará a lutar contra tais políticas norteadas pela intensificação da exploração dos trabalhadores e a liquidação dos seus direitos sociais e em particular lutará pela defesa dos direitos dos emigrantes.

17 de Março de 1994

O Gabinete de Imprensa do PCP



OFICIALMENTE: 400 MIL DESEMPREGADOS

No fim de Fevereiro eram 396 218 os desempregados inscritos nos centros de emprego portugueses, mais 10,4 por cento do que em igual mês de 1993, segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, citados pela agência Lusa. Durante o mês de Fevereiro inscreveram-se nos centros de emprego 30 218 novos desempregados, mais 16 por cento do que em mês homólogo do ano passado; daqueles, 28 828 registaram-se nos centros do Continente (mais 14 por cento). As ofertas de emprego registaram uma redução de 31,1 por cento. No Continente estavam inscritos, no final de Fevereiro, 384 152 desempregados (mais 9,8 por cento do que um ano antes) e nas regiões autónomas 12 066 (mais 35,2 por cento). O maior aumento homólogo do desemprego no continente foi registado no Algarve (mais 27,0 por cento). A região de Lisboa, com 144 368 desempregados no fim de Fevereiro, representava mais de 36 por cento dos inscritos. O desemprego de longa duração (que se prolonga há mais de um ano) atinge 160 128 inscritos (mais de dois quintos do total). Mais de um quarto dos desempregados registados são jovens: 107 718 pessoas com menos de 25 anos, o que representa 27,2 por cento do total.

OS CUSTOS DO «LIVRO VERDE»

A CGTP-IN rejeita a ideia de que a Europa, para ser competitiva em termos económicos, deve reduzir os custos sociais, reafirmou em Coimbra, Joaquim Dionísio, no final de um debate acerca do «Livro Verde sobre política social europeia - opções para a União», realizado dia 16 e em que intervieram, entre outros, o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro e o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva. «A tentativa de conseguir competitividade em função da diminuição dos custos sociais, uma visão que combatemos, não é solução para nada», disse Joaquim Dionísio, membro do Conselho Nacional da CGTP e coordenador do respectivo Gabinete de Estudos. As conclusões deste e de outros debates organizados pela confederação sobre as questões sociais na União Europeia serão enviadas para Bruxelas, como contributo para um futuro «Livro Branco». O «Livro Verde» encontra-se em discussão até 31 de Março. O debate reuniu dezenas de dirigentes e juristas de sindicatos do Centro e Norte do País.

CRIMES LABORAIS

No final de um debate realizado na passada quinta-feira, em Coimbra, Jorge Leite afirmou-se «incomodado com o grande silêncio» da sociedade portuguesa em relação aos crimes laborais. O projecto do novo Código Penal, já aprovado pelo Conselho de Ministros, «está muito longe de exprimir os valores que a Constituição da República exprime em relação ao trabalho», referiu o jurista, lamentando que «a morte no trabalho ainda seja vista como acontecimento mais ou menos normal». Em conferência de imprensa, no final do debate sobre saúde e segurança no trabalho organizado pela CGTP-IN e pela União dos Sindicatos de Coimbra, o docente de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Coimbra defendeu que «é crime expor uma mulher grávida a agentes físicos ou químicos e, igualmente, admitir uma criança ao trabalho, criticando as lacunas do projecto do Código Penal, que não criminaliza condutas como estas». Alfredo Perez Alencart, professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Salamanca, sublinhou que 70 por cento das vítimas de acidentes de trabalho no seu país encontram-se em situação de emprego precário. Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da CGTP, lamentou a falta de capacidade da Inspeção-Geral do Trabalho para actuar, num momento em que se encontram por preencher 47 vagas no seu quadro de inspectores.

MATADOURO DE BRAGA

O encerramento do matadouro de Braga está marcado para amanhã, disse à Lusa fonte do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte. Os trabalhadores do matadouro decidiram pedir uma audiência ao presidente da CM, Mesquita Machado, para que ele interceda junto das entidades competentes, de forma a que lhes sejam proporcionadas alternativas de trabalho. Decidiram ainda realizar, em data a determinar, uma reunião alargada com os utentes do matadouro, para decidir algumas formas de luta. Na região já encerraram os matadouros de Matosinhos, Barcelos, Fafe e Cabeceiras de Basto.

CONGRESSO EM AVEIRO

Amanhã e sábado tem lugar o 4º Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro. No projecto de programa de acção para o próximo triénio, o principal documento em discussão, denuncia-se o aprofundamento e aceleração da degradação económica e social no distrito. A USAV/CGTP regista 3 mil trabalhadores com salários em atraso nos sectores do calçado, metalurgia, têxtil, químico e corticeiro, enquanto o número de desempregados passa já os 15 mil (mesmo pelos critérios do INE).

TRANSPORTES

O aumento acumulado dos passes sociais, desde 1980, ultrapassa em muito o valor acumulado da inflação no mesmo período, afirma a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos. Num comentário sobre os aumentos de preços decretados no princípio do mês, a FSTRU denuncia a degradação do sistema de transportes públicos e lembra que o Governo se recusa a negociar aumentos salariais para os trabalhadores do sector.

Congresso da União dos Sindicatos reclama «emergência» para Setúbal

A OID falhou e o novo PDR é extremamente reduzido – acusa-se na resolução político-sindical, aprovada por unanimidade, como todos os outros documentos sujeitos a votação

Com a participação de duas centenas de delegados, representando 30 sindicatos, decorreu sexta-feira e sábado o 4º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN. Ao longo de dia e meio, foi analisada a actividade sindical e a evolução socioeconómica do distrito nos últimos três anos, foram definidas linhas de intervenção imediatas e para o triénio que agora se inicia, e foi eleito o Conselho Distrital que vai dirigir a USS até 1997.

No Congresso participou uma delegação da CGTP, dirigida por Carvalho da Silva. O coordenador da central, ao intervir na sessão de encerramento do congresso, valorizou «o grande contributo dos trabalhadores do distrito de Setúbal para a luta geral dos trabalhadores portugueses» e, com frequentes referências a problemas actuais da região e de empresas ali situadas, teceu forte crítica à política do executivo PSD/Cavaco Silva, que acusou de ser, do ponto de vista estratégico, a mais grave desde o 25 de Abril.

O repúdio por essa política e a exigência de uma alternativa estiveram presentes desde a abertura dos trabalhos. Rui Paixão, coordenador da direcção cessante reeleito para o Conselho Distrital, denunciou a «grande contradição dos discursos do ministro da Indústria». Manuel Pisco, dirigente também reeleito da USS, denunciou os graves problemas sociais do distrito: na Península de Setúbal ainda há «entre 15 mil e 20 mil pessoas carenciadas e que, de uma ou de outra forma, já passaram fome», enquanto 56 por cento das famílias ali residentes sobrevivem apenas com dinheiro de reformas.

A OID falhou

«Qual foi, afinal, o efeito dos investimentos potenciados pela Operação Integrada de Desenvolvimento», questiona a Resolução Político-Sindical do Congresso. Neste documento - que foi aprovado por unanimidade, tal como o Programa de Acção para 1994-97, o relatório de actividades do Conselho Distrital cessante, e as diversas moções colocadas à apreciação dos delegados - constata-se que «se antes da OID havia crise, agora há crise e o balanço do período acaba por ser negativo, quer no plano económico, quer no plano social». Ou seja, «a OID falhou o objectivo de criação de 37 mil postos de trabalho, perdeu-se uma boa parte do aparelho produtivo instalado, não houve a pretendida diversificação industrial e o desemprego gerado praticamente anulou o emprego entretanto criado, nunca tendo a taxa de desemprego descido abaixo do dobro da média nacional».

A União dos Sindicatos de Setúbal abarca na sua crítica os resultados globais do primeiro Quadro Comunitário de Apoio, e afirma que o segundo QCA (que vai ter aplicação entre 1994 e 1999) padece das mesmas falhas que o anterior. Na resolução afirma-se, nomeadamente, que «o Plano de Desenvolvimento Regional, em que assenta

o QCA, não foi elaborado com a participação activa dos agentes económicos e sociais», é «uma manta de retalhos sem coerência estratégica», vai agravar ainda mais as assimetrias regionais, não vai conseguir o reforço do sistema produtivo, atribui verbas «bastante escassas» às autar-

USS, devia ser constituído a breve prazo um gabinete de emergência, que tivesse por objectivos «promover a defesa do emprego existente, a recuperação e viabilização das empresas em dificuldade e em risco de falência», «definir um plano estratégico de desenvolvimento económico para a agricultura, pescas, indústria e serviços» e «elaborar e implementar um plano de emprego e formação profissional».



No congresso participaram representantes de 30 sindicatos com actividade no distrito

quias e reduz substancialmente o peso relativo da educação e qualificação dos recursos humanos.

Quanto à prevista criação de 100 mil postos de trabalho induzidos directa ou indirectamente pela execução das acções previstas no PDR, o congresso considera-a uma meta «extremamente reduzida, patenteando bem a falta de produtividade social de tão grande volume de financiamentos».

A par do desbloqueamento da contratação colectiva, de aumentos salariais superiores à inflação e de outras exigências comuns a todo o movimento sindical unitário, a resolução inclui nas suas reivindicações imediatas a determinação de medidas específicas para o distrito de Setúbal. Para a

Igualmente devem ser urgentemente definidas, «com participação e acompanhamento efectivo pelos representantes dos trabalhadores», as medidas de execução, na região, do segundo Quadro Comunitário de Apoio.

O congresso, como Rui Paixão assinalou no encerramento, «aprofundou a questão essencial da organização sindical, aprovou o início da preparação de uma grande campanha de sindicalização, concluiu tomar as medidas necessárias de reestruturação sindical, administrativa e financeira, e atacar de forma decidida o trabalho virado para a juventude, como forma de estar em melhores condições para dar a resposta necessária à defesa dos interesses dos trabalhadores do distrito».

Fusão nas telecomunicações sem fundamentos económicos

A fusão da Telecom, dos TLP e da TDP, a que mais tarde se somará também a Marconi, é o resultado de um processo conduzido pelo Governo «com total ausência de diálogo» e «sem qualquer fundamento técnico ou económico», apenas com o objectivo de «privatizar a todo o custo». A acusação foi feita pelo coordenador da CGTP, numa conferência de imprensa promovida sexta-feira pela Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual.

Carvalho da Silva alertou que a política actual terá como consequências o domínio pelo capital estrangeiro da estrutura

que resultar da fusão, o agravamento da qualidade do serviço prestado e aumentos incontrolados das tarifas, e irá pôr em risco componentes essenciais do sigilo.

Os dirigentes sindicais e representantes das comissões de trabalhadores - que denunciaram ainda outros problemas, como a ofensiva contra as Obras Sociais dos CTT/Telecom - salientaram que soluções deste tipo não resultaram noutros países. Acusaram ainda o Governo de mentir quando diz, nomeadamente no diploma sobre a fusão, que foram ouvidas as CTs e refere mesmo que teria sido ouvida a



CT da TDP, estrutura que não existe nesta empresa. Um membro da CT dos TLP contou que, quando perguntou a Cabral da Fonseca (presidente da holding

Comunicações Nacionais) se tinha havido algum estudo anterior à decisão da fusão, teve como resposta que «de estudos está o País cheio»....

O Governo e o patronato não podem ignorar este aviso

Os trabalhadores não vão cruzar os braços na luta contra a destruição do aparelho produtivo, contra o aumento acelerado do desemprego, contra a redução dos salários, contra o esvaziamento da Segurança Social e contra a violação dos direitos, por uma nova política - afirma a CGTP no apelo à participação nesta jornada.

Incluído na semana nacional de luta que envolve sindicatos da Inter, da UGT e independentes, o «aviso dos trabalhadores ao Governo e ao patronato» passa pela realização de greves, plenários, concentrações, desfiles e acções dirigidas à opinião pública, que terão lugar em vários concelhos e distritos.

Governo e o patronato ficam avisados de que «demagogia não resolve os problemas do País» e «esta política não serve»; «todas as tentativas de despedimento, de eliminação de postos de trabalho e de redução dos direitos serão denunciadas e terão a nossa firme oposição»; «a luta pela revisão do salário mínimo e dos salários da Admi-

Acções agendadas

O «aviso dos trabalhadores», culminando uma semana nacional de luta, é marcado pela convergência de uma série de acções de diversos sectores e empresas, em vários distritos e concelhos de todo o País. Divulgamos aqui algumas acções agendadas para hoje, em Lisboa e outras localidades, e anunciadas até ao fecho da nossa edição.

Alimentação, bebidas e tabacos: paralisação no segundo período de trabalho. Plenários na Tabaqueira (Albarraque) e na Sumolis. Na Centralcer (Vialonga, Belas e P. Velho) e na Unicer (Santarém e Loulé) iniciam-se greves ao trabalho extraordinário e decorrem hoje greves de 24 horas. Plenários de trabalhadores em várias empresas do sector de conservas.

Celulose, gráfica e imprensa: paralisação no segundo período de trabalho. IN-CM (Imprensa Nacional-Casa da Moeda) - início de greve às horas extraordinárias, que se prolonga até à resolução da revisão do AE/94. Portucel - plenário de trabalhadores em Albarraque.

Comércio, escritórios e serviços de Lisboa: concentração na Rua Augusta, às 13 horas.

Comunicações: concentração de dirigentes e activistas na Rotunda/Marquês de Pombal, às 14.30. Plenários de trabalhadores dos CTT, da Telecom, dos TLP e da Marconi (em vários locais de trabalho).

Construção civil: paralisação no segundo período de trabalho e participação nas acções de rua. Plenários na Tevisil (Viseu) e nos Mármoreos Batanete.

Função Pública: concentração nacional junto à residência oficial do primeiro-ministro, às 16.30 horas, precedida de pré-concentração no Largo Camões, às 15 horas (com pré-aviso de greve de 24 horas dos sindicatos da Função Pública). Na concentração integram-se também professores, trabalhadores da CML e enfermeiros. A administração local participa em iniciativas nos concelhos. Os trabalhadores das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) realizaram ontem um plenário/concentração frente ao Ministério do Emprego.

Hotelaria: Torralta, Cataraire e Hotel Paris - greves de 24 horas. SAAL - acções de rua. **Hotéis, restaurantes e cantinas** - concentração junto à sede da associação patronal (Av. Duque de Ávila), às 16 horas. **Hotel Tivoli** - plenário com deslocação ao CG. **Casino Estoril** - plenário e concentração. **Chicken Express** - desfile para a CM de Cascais.

Indústrias eléctricas: EDP - concentração nacional junto ao conselho de administração (Av. dos EUA), às 14.30 (com pré-aviso de greve de 24 horas). Greves na Siemens (Évora), Autosil, Tudor, Cabos Ávila, Setec (esta com concentração na Av. A. A. Aguiar, às 15 horas) e outras empresas fabricantes de material eléctrico.

Metalurgia: paralisação no segundo período de trabalho e participação em acções de rua. Plenários de manhã na Siderurgia Nacional, na Lis-

nave, na Setenave e nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, na EPAL (às 16 horas, nos Restauradores).

Seguros: concentração junto à sede da associação patronal (Av. José Malhoa), às 17.30 horas.

Têxteis, lanifícios e vestuário: no Sul, paralisação de meio-dia e participação nas acções de rua; na Beira Baixa, paralisação de 2.30 horas em cada turno e concentração às 15.30 na Covilhã (junto ao IAPMEI e IDICT).

Transportes: Carris - greve das 14 às 18 horas, com recolha de viaturas. **Transtestejo** - greve das 5.30 às 8 horas e das 13 às 15 (ferry do Cais do Sodré, das zero às 2, das 8 às 10 e das 16 às 18). **Metropolitano** - plenário geral de trabalhadores, de tarde, em Sete Rios. **STCP** - plenário geral de trabalhadores. **RNIP (ex-RN)** - greve no segundo período de trabalho na EIS/Amexoeira, plenários na Rodoviária de Lisboa. **Transportes rodoviários de mercadorias** - greve de 24 horas. **CP** - greves dos trabalhadores dos sectores fixos (hoje de tarde) e do movimento (greve ao trabalho extraordinário durante toda a semana, greve aos comboios internacionais hoje e amanhã, greves de uma hora, hoje e anteontem, noutros sectores). **TAP** - plenário geral de trabalhadores. **ANA** - plenário geral de trabalhadores.

Covina - plenário de trabalhadores.

EFFAs - plenário na **Manutenção Militar** e nas **OGMA**. Greves no segundo período de trabalho nas **OGFE, OGME** e no **Laboratório Militar**.

Petrogal - greve no segundo período de trabalho (Lisboa).

Quimigal - greve de 2.30 horas nas empresas do grupo, no Barreiro.

Almada - plenário concelhio na SFUAP, às 9 horas, e acções de rua.

Barreiro - concentração às 10 horas no Parque Catarina Eufémia.

Seixal - concentração no Fogueteiro/Paivas, às 9.30 horas.

Sesimbra - plenário geral de trabalhadores da Câmara, às 14 horas, no Largo do Município.

Setúbal - várias paralisações e concentrações na cidade a partir das 14 horas.

AVISO DOS TRABALHADORES
24 MARÇO
UMA NOVA POLÍTICA!

EMPREGO - SALÁRIOS
DIREITOS - SEGURANÇA SOCIAL
CONTRA A REVISÃO DA LEGISLAÇÃO LABORAL

Com esta iniciativa, afirma a CGTP-IN, «vamos transformar as advertências que temos vindo a fazer, sector a sector, empresa a empresa, num grande e global aviso dos trabalhadores ao Governo e ao patronato» e mostrar o *cartão amarelo* à ruínoza e injusta política do Governo e ao comportamento arrogante e discricionário do patronato.

Após as acções de hoje e desta semana, sublinha a central, o

nistração Pública não vai parar» e «vamos continuar a luta pela melhoria efectiva dos nossos salários em todos os sectores de actividade»; «a Segurança Social é para manter» e «a luta pela revisão das pensões de reforma e pela melhoria dos valores dos abonos de família e das prestações sociais vai intensificar-se»; e «qualquer tentativa de mexer na legislação laboral em vigor funcionará como um pré-aviso de greve geral».

Bancários: greve e concentração em defesa dos SAMS e dos direitos

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas convocou para ontem à tarde uma greve, apelando aos trabalhadores da Grande Lisboa para que se concentrassem frente ao Ministério da Saúde, para manifestar o seu protesto contra a decisão do Governo de encerrar os serviços farmacêuticos dos SAMS (Serviços de Assistência Médico-Social do SBSI), anunciada na semana passada e que, acusa o sindicato, foi tomada em resposta a pressões da Associação Nacional de Farmácias.

Até aqui, os SAMS tinham a possibilidade de adquirir medicamentos para os seus serviços clínicos directamente nos armazéns e laboratórios, o que permitia poupar mais de 30 por cento sobre os preços praticados

nas farmácias. O Ministério alega que os medicamentos só poderiam ser consumidos no interior das instalações dos SAMS, ao que o sindicato e a gerência dos SAMS contrapõem que o tratamento de um doente não se resume a isso, mas passa pelo tratamento em casa e, para isso, tem que levar medicamentos. «Fazemos (pretendemos fazer, se nos deixarem) aquilo que o Ministério da Saúde, que tão preocupado está com os custos da saúde, deveria implementar, nomeadamente para os doentes crónicos», protesta-se num comunicado do sindicato e da gerência dos SAMS.

Os SAMS têm um total de 120 mil beneficiários, dos quais 47 mil são bancários.

No pré-aviso de greve são

ainda apontadas outras fortes razões para a paralisação, que se integra nas acções sindicais desta semana do «aviso dos trabalhadores»: a reposição de um ambiente democrático nas empresas, com a defesa das regalias e direitos, individuais e colectivos; a livre negociação da contratação colectiva, coma melhoria das condições socio-profissionais; o aumento real dos salários e do poder de compra; uma política fiscal justa; a recusa da desregulamentação e maiores limites à legislação laboral; a defesa de uma política de desenvolvimento e progresso, de conteúdo vincadamente social.

Os eleitos das listas unitárias nas estruturas representativas da banca da área de Lisboa fizeram

chegar à nossa redacção um comunicado apelando à participação na concentração e na greve. Outro comunicado, subscrito pela corrente unitária de todos os sindicatos de bancários, defende que a **proposta de actualização salarial não deve ser inferior a 10 por cento**, recordando que, segundo os números oficiais já conhecidos, «a inflação entre 1 de Julho de 1992 e 31 de Junho de 1993 foi de 8,5 por cento, com habitação», enquanto os salários foram actualizados, a partir de 1 de Julho de 1993, em 5,5 por cento. A esta perda de 3 por cento, os eleitos unitários somam a inflação do ano passado (6,8 por cento), os aumentos de produtividade e os «inferais ritmos de trabalho».

Muito custa ganhar a vida...

Ao concluir a leitura da peça de José Pedro Castanheira no «Expresso» do passado sábado, intitulada «Gralha ou censura na revista do PCP», disse cá para os meus botões: *O que este senhor não tem que fazer para ganhar a vida!...*

Os botões não perceberam e lá tive de lhes explicar por que me parecia que o sr. JPC se sujeitara a um sacrifício dos diabos, vá-se lá saber se por masoquismo (para castigar ainda mais a sua abalada imagem de especialista sindical), se por dedicação anti-comunista, se por necessidade (à falta de «cachas», tem que inventá-las).

Um destes dias, estava JPC meditando, a passar os olhos pelas matérias que lhe caem na secretária, quando deu com uma nota no «O Militante» deste mês, corrigindo uma *gralha* que passara num texto de Manuel Carvalho da Silva publicado em Fevereiro e onde faltava uma linha. Deu com a palma da mão na testa, gritou «Eureka!», fez uns contactos para cumprir o ritual e amandou-se à escrita.

Saiu o que saiu, e mais não lhe será exigido lá na casa.

No título, JPC interroga-se se a falta da linha será «*gralha* ou censura»; nos primeiros parágrafos, relata o desmentido que «O Militante» publicou; depois, reproduz declarações de Carvalho da Silva, que explica pacientemente ao próprio JPC ter sido «um salto de dactilografia»; de seguida, JPC cita o gabinete de imprensa do Partido, que lhe reafirma ter sido «uma simples *gralha*, prontamente rectificadas»; disto tudo e do que lhe vai na mente, conclui JPC que «*esta não é a primeira vez que um órgão do PCP desprezita textos de Carvalho da Silva*».

Já despido do leve pudor revelado no título, JPC vai rebuscar às profundezas da sua desarrumada imaginação uma mentira monumental: «*O mesmo aconteceu com o semanário «Avante!», na reportagem sobre o 1º de Maio de 1992. O discurso então proferido pelo coordenador da CGTP, a propósito da unidade orgânica do movimento sindical, foi truncado nas páginas do órgão oficial do PCP. Na altura, houve vozes no interior da central que não hesitaram em acusar o «Avante!» de ter feito censura.*» A verdade é que tal não aconteceu: o discurso de Carvalho da Silva não foi sobre a «unidade orgânica», não foi truncado e as vozes que só JPC ouviu devem ter sido alucinações.

Receoso de que ainda subsistissem quaisquer dúvidas, JPC vai-se à legenda e chama à *gralha* um «corte». Assim, sem qualquer respeito pelos factos que relata, nem pelas afirmações que reproduz, nem pelos leitores que lhe aturam os desvarios.

Olho para os meus botões: estão boquiabertos! E concordam: muito custa ganhar a vida... honestamente.

Reunião sindical dos músicos

Continuam por esclarecer as razões que impediram a realização em Fevereiro último de uma reunião do Sindicato dos Músicos com os seus associados e membros da Orquestra Sinfónica Portuguesa. Admitida, como hipótese plausível, é a obstrução da presidência da Fundação de S. Carlos, facto que levou o deputado comunista Paulo Rodrigues a solicitar em requerimento dirigido ao Governo esclarecimentos no sentido de apurar se houve ou não alguma iniciativa nesse sentido por parte dos responsáveis daquela instituição. Nos seus objectivos, recorde-se, a referida reunião tinha em vista a análise de aspectos concretos da situação profissional dos músicos, caracterizada no geral por uma grande instabilidade profissional, pela desmotivação (resultante de se verem dispensados das suas funções) e pela discordância relativamente a aspectos essenciais da política seguida pela Secretaria de Estado da Cultura.

Selva radiofónica

O deputado António Filipe acusou o Governo de ser responsável, com a sua política, pelo processo de concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social que conduziu à destruição da maior parte das rádios locais e à instauração de uma "selva radiofónica que não conhece leis nem limites". Inicialmente destinado a apreciar um projecto do PS que confere uma nova redacção ao diploma que define a atribuição de alvarás e licenciamento de rádios, o debate acabou por centrar-se na "deplorável história recente da radiodifusão em Portugal", cujo epílogo, como foi já anunciado pela imprensa, tem inscrita a morte do movimento das rádios locais. Ao passado pertence já, pois, a perenidade desse movimento que transformou as rádios locais em veículos de comunicação, de debate e de conhecimento mútuo entre as pessoas, como recordou António Filipe, para passarem a ser, hoje, cada vez mais, um "mero palco de actuação de grupos económicos que controlam rádios, jornais, televisões, cinemas, distribuidoras, gráficas e que, pelos vistos, determinam a actuação do Governo de acordo com os seus interesses".

Empreitada da Expo'98

O Presidente do Grupo Parlamentar comunista, Octávio Teixeira, solicitou em requerimento dirigido ao Governo esclarecimentos sobre o primeiro concurso para pré-qualificação de empresas para o concurso limitado para a demolição das construções existentes na área de intervenção da Expo'98 e reciclagem dos respectivos produtos. Na base desta iniciativa, as denúncias chegadas ao conhecimento da formação comunista, através de carta da Associação das Indústrias da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, onde alerta para a ausência de adequado enquadramento jurídico, para a imposição de prazos irrealistas e para os critérios de apreciação das candidaturas que consideram totalmente discricionários, reclamando por isso "uma rápida intervenção moralizadora e integradora da lei junto da Expo'98".

Projecto do PCP recebe apoio unânime Em defesa do vinho português

A defesa do vinho português, face à iminência de uma reforma da política vitivinícola da União Europeia susceptível de pôr em causa neste domínio os interesses nacionais, congregou vontades e uniu na passada semana todos os partidos com assento parlamentar. O resultado foi a aprovação, por unanimidade, de um projecto de resolução, apresentado sobre esta matéria pelo Grupo Parlamentar do PCP, no qual se delinea uma posição consensual em defesa dos interesses da vitivinicultura e dos vicultores portugueses.

Com esta tomada de posição - a primeira respeitante a uma directriz a adoptar pela União Europeia -, suportada na inequívoca expressão do sentido de

cado por uma proposta da Comissão que, para resolver os actuais excedentes e os desequilíbrios estruturais do sector, aponta um conjunto de soluções que repre-

Na base da situação criada - os excedentes, segundo as previsões atingirão os 24 milhões de hectolitros no final do século -, está, em primeiro lugar, a prática enológica seguida pelos países centro e norte europeus, designadamente a Alemanha, caracterizada pela adição de sacarose (chaptalização) a mostos com baixo valor alcoométrico natural, com vista ao aumento artificial da graduação e da quantidade de vinho produzido.

Como lembrou Lino de Carvalho, com esta operação, calcula-se em cerca de 250 mil tone-

consumo de vinho, as importações de países terceiros (uma tendência que deverá aumentar como resultados dos acordos do GATT) e a elevada fiscalidade sobre este produto nalguns países.

Neste contexto, do ponto de vista do PCP, afigura-se perfeitamente inadmissível que a Comunidade adopte medidas tendentes a reduzir a produção e a superar os desequilíbrios existentes, sacrificando para o efeito vinhos de qualidade, como é a grande parte do que se produz em Portugal (e que apenas representa cinco por cento da produção comunitária), para que os países do Norte da Europa pos-

sam continuar a produzir e a consumir vinho martelado feito à base de açúcar.

A questão é tanto mais pertinente se atendermos a que a vinha e o vinho têm uma importância estratégica para a agricultura portuguesa - foi ainda Lino de Carvalho a lembrá-lo -, ocupando esta produção cerca de 250 mil vicultores, numa área que ultrapassa os 377 mil hectares (10 por cento da Superfície Agrícola Útil), totalizando 365 mil explorações e representando 19 por cento do Produto Agrícola Bruto e 38 por cento das exportações agro-alimentares.



Portugal não pode aceitar que se resolvam os desequilíbrios estruturais e o excesso de produção na Comunidade penalizando os vinhos de qualidade do Sul da Europa em favor das produções a martelo dos países europeus setentrionais

voto de todas as bancadas, reforçada fica, pode dizer-se, desde já, a posição negocial de Portugal quando o assunto vier ainda neste mês ou em Abril próximo a ser objecto de debate no Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade.

É que em causa está, no concreto, a possibilidade de o nosso País vir a ser seriamente prejudi-

sentariam, a concretizarem-se, como sublinhou no decorrer do debate o deputado Lino de Carvalho, um verdadeiro terremoto sobre os já muito fracos rendimentos dos agricultores portugueses, constituindo simultaneamente uma vitória dos lobbies do açúcar e a vitória das orientações exclusivamente favoráveis aos países setentrionais da Europa.

ladas a sacarose anualmente consumida, o que representa um volume adicional de vinho a martelo na ordem dos 20 milhões de hectolitros, ou seja, qualquer coisa como 83 por cento dos excedentes da Comunidade previstos para daqui a meia dúzia de anos.

Responsáveis pelo quadro presente são ainda a diminuição do

A pretexto de uma alegada desburocratização Governo retira competências e autonomia ao poder local

"Um atentado para enfraquecer e desacreditar o poder local e retirar-lhe competências e autonomia", assim classificou o deputado José Manuel Maia a proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares. Em tom muito crítico, o parlamentar comunista chegou mesmo a considerar o diploma, em debate faz hoje oito dias, como "uma porta aberta que dá para fazer tudo", incluindo a corrupção, manifestando por isso sérias reservas às verdadeiras motivações e propósitos subjacentes a esta iniciativa legislativa do Executivo.

Reacção áspera veio também da bancada socialista, com Joaquim Silva Pinto, deputado independente eleito nas suas listas, a classificar o diploma como uma "afronta às autarquias locais" e a alertar para o facto de que o mesmo "pode contribuir para uma instabilidade da figura do Estado, prejudicar a confiança dos cidadãos na Administração e levar à existência de compadrios".

Não colheram, pois, junto das bancadas da oposição as doze medidas justificativas apresentadas pelo Ministro Valente de Oliveira, todas elas ten-

dentes a implementar o que chamou de "desburocratização responsável".

Mais prosaicamente trata-se de conferir ao Governo o poder de embargar obras particulares em violação dos Planos Regionais, mesmo que licenciadas por entidades competentes, bem como a possibilidade de poder ordenar a interrupção da distribuição de água, gás e electricidade.

Prerrogativas estas que, todavia, para José Manuel Maia, configuram o propósito de acentuar o pendor burocratizante e centralizador do Governo, no desrespeito pelas potencialidades do poder local e pelo princípio constitucional da autonomia e descentralização administrativa.

Daí que o parlamentar comunista não tenha hesitado em qualificar de "escandalosa" a possibilidade de retirar competências municipais em matéria de licenciamento, fiscalização, embargo e demolição de obras particulares de construção civil e de utilização de edifícios, insistindo, simultaneamente, no imperativo retorno à aplicação do regime de licenciamento às obras de administração directa ou indirecta do Estado.

Pairam ameaças sobre a independência dos Tribunais

— alerta Odete Santos

Independência dos tribunais, protagonismo do Poder Judicial, direitos dos cidadãos, invasão da esfera judicial pela policial, reforço do poder autoritário do Governo, constituíram temas de reflexão numa intervenção produzida há dias pela deputada comunista Odete Santos. Tendo como eixo central a política de Justiça, tratou-se de demonstrar - e esse foi o patamar a partir do qual desenvolveu toda a linha de argumentação - como o Governo prossegue "uma acção cuidadosamente programada" para enfraquecer a independência dos tribunais, "um dos pilares de qualquer Estado de direito democrático".

A parlamentar comunista não hesitou mesmo em considerar que o projecto que anima o Governo, obedecendo a uma lógica que situa o tratamento da questão da Justiça como questão sua e não de Estado, representa uma grave ameaça sobre a independência dos tribunais.

Fundamentando o seu ponto de vista, recordou a medida que subtraiu à fiscalização do Ministério Público a actividade pré-processual dos órgãos de polícia criminal, a que se seguiu a tentativa de transformar o Conselho Superior da Magistratura num "organismo carregado de matizes corporativas".

Invocados por Odete Santos foram ainda a tentativa de retirar ao Poder Judicial a investigação dos crimes de corrupção, bem como o que apelidou de "execrável proposta que reforça os poderes policiais e coloca sob suspeita todos os cidadãos".

Mas se de tudo isto ressalta claramente a "invasão da esfera judicial pela policial", com o que o "Poder Executivo pretende ferir a própria legitimação do Poder Judicial" não menos significativo é igualmente o facto de a política do Governo PSD, ainda no entender da parlamentar do PCP, continuar a "cifrar-se por omissões graves quanto aos meios de que a organização judiciária dispõe para administrar a Justiça".

Noutro plano, a "mal disfarçada incomodidade" do Governo sobre o alegado excesso de protagonismo do Poder Judicial, nas palavras de Odete Santos, explica-se por três motivos: a firme actuação dos magistrados judiciais no combate à corrupção - "uma das maiores chagas que corroem a democracia", disse; a "denúncia firme" das "tentativas governamentais de invadir a esfera judicial pela policial"; e, por último, a denúncia feita pelos magistrados relativamente à tentativa do Executivo no sentido de "limitar, contra o que a Constituição estabelece, a independência dos tribunais".

Hoje, em debate, por iniciativa do PCP

Rendimento mínimo de subsistência

A fixação de um rendimento mínimo de subsistência a todos os cidadãos portugueses residentes em território nacional, preconizada em projecto de lei da autoria do PCP, estará hoje em debate na Assembleia da República. Com esta iniciativa, como salientou em conversa com o "Avante!" o deputado Lino de Carvalho, pretende-se apoiar os cidadãos mais pobres e contribuir para a sua inserção social, diminuindo simultaneamente os factores de marginalidade e de exclusão.

As estabelecer uma base mínima de subsistência, para além de corresponder a princípios de solidariedade social, trata-se de levar o Estado português a legislar sobre uma matéria de incidências fortíssimas em largas camadas da população.

Com efeito, com os seus 32,7 por cento de pobres, segundo o último "retrato social da Europa", Portugal apresenta-se actualmente como o País da Comunidade com maior percentagem

de pobreza, situando neste conceito de pobre todas as pessoas cujo rendimento seja inferior a metade do rendimento médio do respectivo país.

Calcula-se, assim, de acordo com os parâmetros comunitários, que existam em Portugal cerca de 2,3 milhões de cidadãos nestas condições, o que, no entender de Lino de Carvalho, dá uma "dimensão muito significativa do problema da exclusão social". Só em Lisboa, segundo

uma pesquisa efectuada este ano pelo Centro de Estudos de Intervenção Social sobre bairros degradados, o número de pessoas com carências alimentares ronda os 150 mil, elevando-se a 254 mil os que não têm alojamento condigno.

Daí o alcance do diploma agora em debate, entregue na Mesa da Assembleia da República em Maio de 1993 (o PS formalizou um projecto de idêntica natureza em Março de 1994), visando os sectores mais pobres da sociedade, cujo conteúdo vem ao encontro, aliás, de uma recomendação da própria Comunidade a todos os Estados-membros, adoptada em Junho de 1992, no sentido de ser reconhecido, no quadro de um plano global e coerente de luta contra a exclusão social, "o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a

dignidade humana". O rendimento mínimo de subsistência proposto pela formação comunista é de 50 por cento do salário mínimo nacional para um agregado de uma pessoa, sendo de 75 por cento para duas pessoas, 87,5 por cento para três pessoas e igual ao salário mínimo nacional nos agregados superiores a este último número. Abrangidos pelo diploma são todos os cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos e suas famílias cujos rendimentos não atinjam, como valor base, metade do salário mínimo nacional ponderado em função do agregado familiar.

Quanto ao sistema de financiamento, importa referir, como fez questão de chamar a atenção Lino de Carvalho, que os encargos decorrentes da aplicação da lei serão suportados pelo Orçamento do Estado e não pelo orçamento da Segurança Social, uma vez que está configurado como um sistema exterior ao da Segurança Social e não excluiu as prestações a que o cidadão tenha direito neste sistema.

Nota de realce merece ainda o facto de os beneficiários do regime proposto gozarem de vários direitos e regalias adicionais, como sejam, a isenção do pagamento da taxa moderadora para o acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime ambulatorio, comparticipação total do Estado no custo dos medicamentos, subsídio especial de renda nos casos de manifesta carência e isenção do pagamento de quaisquer taxas cobradas pela prestação de serviços públicos.



O Grupo comunista promoveu terça-feira, no âmbito da preparação do debate, uma audição pública sobre a situação da pobreza em Portugal para a qual foram convidados a CGTP-IN, a JOC, a Liga Operária Católica, o IPSS e várias outras individualidades e especialistas

Contra abusos do patronato

PCP salvaguarda direitos dos representantes dos trabalhadores

Salvaguardar os direitos dos representantes eleitos dos trabalhadores, alvo nos últimos anos de pressões e acções discriminatórias por parte do Governo e do patronato, quer ao nível legislativo, quer ao nível das empresas, constitui, em substância, o principal objectivo de um projecto de lei do PCP entregue ontem na Mesa da Assembleia da República.

Abrangendo os corpos gerentes das associações sindicais, delegados sindicais e membros das comissões e sub-comissões de trabalhadores e suas comissões coordenadoras, o diploma estabelece um regime de protecção aos trabalhadores nestas condições e no capítulo das retribuições e compensações pecuniárias, das condições de trabalho e da cessação individual do contrato de trabalho, bem como na cessação por despedimento

colectivo e por extinção dos postos de trabalho e na área das garantias da liberdade contratual.

Com esta iniciativa, incidindo em direitos individuais e colectivos amplamente reconhecidos na Constituição, cujo exercício, na opinião do PCP, "não pode ser entendido como um risco e muito menos razão de discriminação profissional e laboral", pretende-se alterar precisamente este quadro de livre arbítrio, em que estes trabalhadores, mais do

que os outros, estão sujeitos a sanções abusivas por parte da entidade patronal.

Com efeito, conforme salienta o preâmbulo do diploma, tem vindo a verificar-se com frequência as situações de perda de direitos dos eleitos dos trabalhadores, como seja o caso do direito a determinadas retribuições que a entidade patronal condiciona à assiduidade ou produtividade, circunstância que dificulta muitas vezes a apresentação de candidaturas a organismos de

natureza sindical. Daí a importância, por exemplo, da disposição prevista no diploma no sentido de que o despedimento dos representantes eleitos dos trabalhadores só deve efectivar-se depois de trânsito em julgado da decisão que reconheça a existência de justa causa para o despedimento, estabelecendo-se simultaneamente para o efeito uma tramitação processual simplificada que garanta celeridade ao processo.

No seu articulado, importa salientar, restringe-se igualmente a possibilidade de suspender preventivamente o trabalhador e estabelece-se um mecanismo para fiscalização judicial da necessidade e legalidade da suspensão preventiva.



O Governo, que se atrasou na elaboração dos PROT's, não desiste de impor o seu centralismo exacerbado

Ordenar o território pela via da repressão

Interpretações dissonantes quanto ao sentido e à forma como devem actuar os agentes com responsabilidades de intervenção na gestão do território voltaram a marcar o debate parlamentar. Em causa, uma proposta de lei, aprovada faz hoje uma semana apenas com os votos do PSD, que autoriza o Governo a estabelecer um regime sancionatório sempre que entenda existir violação dos planos regionais de ordenamento do território (PROT's).

Para Valente de Oliveira, trata-se de melhorar a "face construída do País", habilitando o Executivo a "encontrar fórmulas para vir a dispor-se, em breve e em todo o território, de planos de ordenamento que cumpram as funções de instrumento de progresso". Um objectivo a merecer aplauso, não fosse dar-se o caso de ter por trás a intenção governamental, como assinalou o deputado Luís Sá, de "impor repressiva, autoritária e administrativamente o seu centralismo exacerbado".

É que se a adopção de medidas que salvaguardem valores ambientais, paisagísticos e de qualidade de vida constituem um imperativo inquestionável, já o mesmo não se poderá dizer quanto à forma de as implementar, designadamente quando está em mira uma "via centralista e autoritária", como é o caso, caminho este que Luís Sá, expressando o ponto de vista do PCP, se recusa a aceitar.

"O poder que o Governo pretende arrogar-se de ordenar a serviços municipalizados a interrupção de fornecimentos caso uma obra viole o disposto num PROT não respeita a natureza e os limites da tutela como a Constituição a consagrou na revisão de 1992", sublinhou o deputado comunista, não sem antes ter alertado para o atraso na elaboração destes Planos Regionais - da inteira responsabilidade da Administração Central - e para os problemas decorrentes da sua conformação (quer dos actuais quer dos futuros) com os Planos Directores Municipais (PDM's).

Realçado por Luís Sá foi ainda a quase inexistente participação das populações na elaboração dos PROT's e a insuficiente articulação das Operações Integradas de Desenvolvimento (OID's) com os Planos de Desenvolvimento Regional.

O caminho é outro, na perspectiva do PCP, que sobre esta matéria tem a posição clara de que a criação das regiões administrativas constitui uma condição indispensável para viabilizar o planeamento regional, hoje consensualmente reconhecido como necessário.

"Defendemos o planeamento regional a partir de regiões democraticamente eleitas, como ponto de diálogo e de encontro entre o planeamento central e o municipal, assente na participação e rejeitando o centralismo e o autoritarismo", concluiu o cabeça de lista da CDU às eleições europeias.

Comissões de Base de Saúde e UCNOD convocam Dia Nacional do Utente mobiliza população para o debate

A Associação Nacional das Comissões de Base de Saúde e a União Coordenadora Nacional das Organizações dos Deficientes decidiram assinalar o dia 26 de Março de 1994 como o Dia Nacional do Utente da Saúde com a finalidade de mobilizar a população para um grande debate nacional sobre a situação actual na Saúde e do Sistema de Saúde que queremos para Portugal.

Ao manifesto de lançamento desta iniciativa, em que se apelava a todas as estruturas e cidadãos para participarem activamente no Dia Nacional do Utente da Saúde, com as suas realizações próprias, já deram a sua adesão várias entidades, entre as quais Órgãos de Poder Local (Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa, Câmaras Municipais do Alandroal, Almada, Barreiro, Borba, Castro Verde, Cuba, Estremoz, Loures, Oeiras, Mértola, Montemor-o-Novo, Portel, Viana do Alentejo, Seixal, Sines e dezenas de Juntas e Assemblei-

as de Freguesia); Organizações Sindicais (CGTP-IN, Uniões dos Sindicatos de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Lisboa, Porto e Setúbal); Organizações de Reformados (MURPI e Associações de vários Concelhos e Freguesias); Organizações de Deficientes: (Associação Portuguesa de Deficientes, Associações de Hemofílicos, Insuficientes Renais, Ostmizados, Surdos-Mudos e Sinistrados do Trabalho).

As acções já anunciadas por estas organizações, incluem: debates sobre a situação local nas sedes de Concelho e em diferen-

tes freguesias; a exposição de trabalhos sobre o tema «Saúde» efectuados por alunos de vários graus de ensino; recitais por poetas populares; reuniões para constituição de novas Comissões de Base de Saúde; contacto com trabalhadores de Centros de Saúde e Hospitais, etc.

O direito de participar

A Comissão Promotora aguarda a decisão do Ministro da Saúde ao pedido de suspensão da aplicação de taxas moderadoras nesse dia.

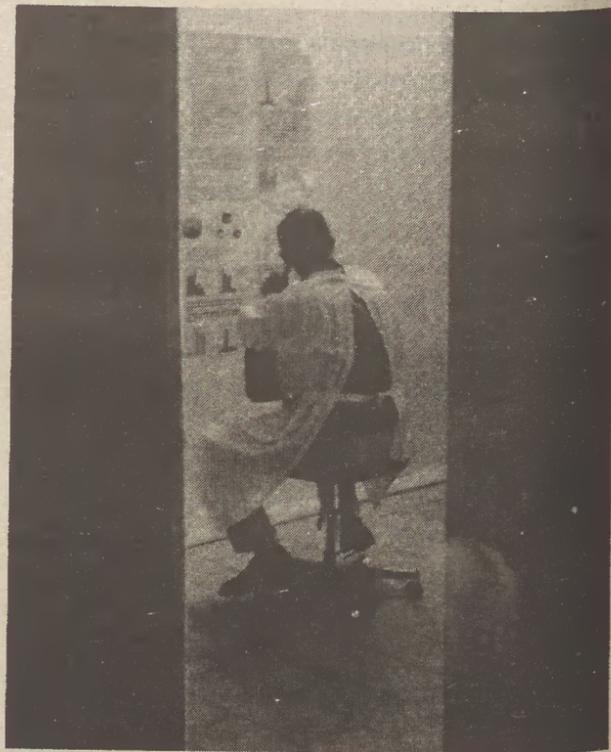
Estão previstas iniciativas diversas com contacto com a população em várias localidades, sendo desde já conhecidas acções de maior envergadura em Braga, Coimbra, Évora e Porto.

Em Lisboa, vai ter lugar, na 6.ª feira, dia 25 de Março, pelas

21.00 horas, na Junta de Freguesia de Alcântara, um Debate sob o Tema: Saúde — o direito e o dever de participar.

Para esta Sessão, foram convidadas várias entidades, entre as quais o Grupo Parlamentar de Saúde da Assembleia da República, a Direcção Geral e a Administração Regional de Saúde, Misericórdia de Lisboa; Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Lisboa, todas as Juntas de Freguesia da Cidade; Confederação Geral de Trabalhadores e União Geral de Trabalhadores, União dos Sindicatos de Lisboa, Ordem dos Médicos e Sindicatos do Sector da Saúde.

No sábado, dia 26 de Março, será efectuado um encontro com a população de Lisboa, a partir das 10.00 horas na Praça da Figueira, onde será lançado um inquérito a nível nacional para levantamento da situação real da Saúde em Portugal.



Mobilizar a população para um debate em torno dos problemas da saúde é o objectivo ao assinalar-se o próximo sábado como o Dia Nacional do Utente

SOS Natureza coloca 50 marcos ecológicos Dar a conhecer para intervir

Decorre até cinco de Junho, Dia Mundial do Ambiente, a campanha «SOS Natureza», uma iniciativa dos «Verdes» que se iniciou na passada segunda-feira, Dia da Árvore e da Floresta, e também início da Primavera, sob o lema «para que o desconhecimento não sirva de pretexto à falta de intervenção».

A ideia é, durante esta campanha, identificar e sinalizar com um «marco ecológico» 50 chagas ambientais que possam simbolicamente representar a quantidade, a diversidade e a gravidade dos problemas ambientais que afectam o nosso país.

O primeiro «marco ecológico» foi colocado no Cais das Colunas, em Lisboa, assinalando-se assim os problemas com que o rio Tejo se defronta devido às múltiplas agressões ambientais a que é sujeito ao longo do seu curso.

Verdes europeus

Entretanto, a Comissão Permanente dos Partidos Verdes da Comunidade Europeia reuniu no sábado passado em Bruxelas para discussão da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu (PE), a composição do futuro Grupo Verdes e o aperfeiçoamento da cooperação entre os partidos ecológicos da Comunidade.

Manuela Cunha, dos Verdes portugueses e membro da presidência daquela Comissão Permanente, levou à reunião uma proposta de moção que condenava a última lei do Governo francês sobre a estadia dos cidadãos comunitários, por considerar ser contrária aos acordos comunitários e que afectará profundamente a comunidade portuguesa de imigrantes.

Festa dos Pioneiros em Montemor-o-Novo

Uma «Festa dos Pioneiros» decorreu no passado domingo em Montemor-o-Novo com o apoio da Câmara Municipal, no Cine-Teatro «Curvo Semedo», onde as crianças assistiram a um espectáculo com a Classe de Ballet do Vitória Futebol Clube, o conjunto Baby Rock e o grupo de folclore do Núcleo de Pioneiros das Vendas Novas.

Música e canções animaram pois a tarde de sábado das crianças de Montemor-o-Novo, cujo núcleo de Pioneiros pode ser contactado na Rua Horácio Macedo, nº. 21.

Centro e trinta e oito presos em greve de fome

Cento e trinta e oito presos estavam terça-feira em greve de fome nas cadeias portuguesas, uma semana depois do início de um protesto dos reclusos contra a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais.

A «onda» de greves iniciou-se segunda-feira da semana passada, quando o preso Rodrigues da Silva, ligado ao caso FUP/FP-25, iniciou uma greve de fome no estabelecimento prisional de Caxias. No dia seguinte, 30 presos do mesmo estabelecimento iniciavam uma greve de fome, em protesto contra as más condições nas cadeias, resultado da sobrelotação, «da restrição às visitas» e «censura de correspondência», entre outras causas, conforme comunicado distribuído à imprensa.

Segundo a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, à hora de fecho da nossa redacção estavam em greve de fome 39 reclusos em Caxias, dois em Alcoentre, 63 em Vale de Judeus, 18 no Linhó, nove em Évora, três em Sintra, dois em Tires, um em Torres Novas e um em Coimbra.

No estabelecimento prisional de Lisboa acabou a greve, bem como nas Caldas da Rainha e na Guarda.

Domingo, em Caxias havia 46 presos em greve de fome, 23 no estabelecimento prisional de Lisboa, 12 na penitenciária de Vale de Judeus, oito na cadeia de Sintra, três na de Alcoentre, dois na do Linhó, dois na das Caldas da Rainha, dois na da Guarda e um em Coimbra, num total de 99.

Segundo a DGSP, nenhum dos presos inspira cuidados de saúde, nem Rodrigues da Silva, que iniciou sábado uma greve de sede, embora já terminada, com a sua transferência para o Hospital-Prisão de Caxias.

Rodrigues da Silva fora transferido, na madrugada de sábado, do estabelecimento prisional de Caxias para a Cadeia do Linhó, onde foi encerrado num pavilhão de alta segurança, segundo Luísa Brehm, da Comissão Pró-Amnistia.

Os promotores do jejum apelaram inicialmente aos cerca de 11 mil reclusos que constituem a população prisional portuguesa para aderirem ao protesto.

Os detidos de Caxias em greve de fome apelam também à ordem e disciplina em todas as prisões e ao fim dos «piquetes de grevistas, destinados a forçar outros detidos a aderir à greve», disseram fontes familiares à Agência Lusa.

As mesmas fontes não especificaram em que estabelecimentos prisionais teriam surgido piquetes de greve, notícia que a DGSP também não confirma.

Dificuldades também para trabalhadores

Entretanto, as dificuldades sentidas pelos trabalhadores dos serviços prisionais foram assinaladas em conferência de

imprensa pela Associação Sindical dos Trabalhadores dos Serviços Prisionais que se queixa também da «sobrelotação dos estabelecimentos prisionais», da falta de pessoal e de infra-estruturas e das «deficientes condições de trabalho».

A insuficiência de verbas e «as constantes 'fugas' do Ministro da Justiça à resolução dos problemas» são outros dos temas levantados pela Associação.

O anúncio da conferência de imprensa surgiu no mesmo dia

dos protestos dos presos, facto que se tratou de «apenas uma coincidência, pois os dirigentes sindicais já a haviam previsto duas semanas antes».

As perturbações nas cadeias portuguesas paracem, de resto, multiplicar-se: recorde-se que no passado mês de Janeiro um grupo de reclusos do estabelecimento prisional de Coimbra esteve em greve de fome para protestar contra o que consideravam ser ser «arbitrariedades e prepotência» do director e do chefe dos guardas.

Orizicultores alertam País que não produz é país dependente

«Um país que não produz é um país totalmente dependente dos outros». Uma afirmação e um alerta enviados pela Associação Portuguesa de Orizicultores ao ministro da Agricultura, que lembra ser Portugal o país da União Europeia em que o arroz tem maior peso nos hábitos alimentares. Apesar disso e de os orizicultores serem os produtores nacionais com melhor maquinaria e os que dominam as mais modernas tecnologias, têm recebido do Ministério «fundamentalmente incompreensão e falta de vontade política de apoiar».

Os factores de produção e o crédito mais caros, o subsídio agrícola mais baixo da Comunidade prejudicam os produtores portugueses, mas falta também a prometida reestruturação fundiária no Baixo-Mondego, não se resolve a falta de água crónica em algumas zonas, o seguro de colheitas é ineficaz, a ameaça de pragas é permanente, os preços oscilam ao sabor dos intermediários.

É por isso que esta associação renova as suas já antigas reivindicações: diminuição dos preços dos factores de produção, aumento do subsídio de gasóleo, baixa da electricidade e do crédito agrícola, emparcelamento e implantação de um sistema de rega correctos no Baixo Mondego, estudo eficaz e combate a pragas, regulação do preço à produção e a criação pelo Estado de uma seguradora para a agricultura.

Semana com inúmeras iniciativas Hoje é dia de luta também para os jovens

Os Dias do Estudante (hoje) e da Juventude (28 de Março) são motivo para todo um conjunto de acções de protesto e reivindicação que mobilizarão estudantes e trabalhadores jovens. Em Coimbra, a Associação Académica está hoje em eleições para a escolha da sua Direcção Geral. Também a partir de hoje associações juvenis e autarquias dinamizam semanas de juventude e outras comemorações. Saídos das lutas contra o fascismo, o 24 e o 28 de Março são assinalados 20 anos depois da conquista da liberdade com um extraordinário exercício juvenil de afirmação cívica, defesa de direitos e participação democrática.

Em praticamente todas as Academias do País vão decorrer, hoje, processos de luta contra a Política Educativa do Governo PSD/Cavaco Silva.

Neste dia, milhares de estudantes lutarão por um ensino mais justo e mais útil ao desenvolvimento do seu país. Das acções previstas desta que-

se a concentração em Lisboa, junto ao Ministério da Educação com desfile até à Alameda Universitária.

Em Coimbra, a AAC está em eleições, com os estudantes a participarem de um amplo processo democrático de escolha da sua Direcção Geral.

No Ensino Secundário, dinamizam-se por todo o país acções de luta para o dia 24 de Março, que em Lisboa e na Covilhã se traduzem na participação conjunta com os estudantes do Ensino Superior, mas que noutras cidades e escolas se traduzirão em acções de protesto locais, mas norteadas por reivindicações comuns: um ensino de qualidade, justo e participado; reforma da reforma



Um pouco por todo o país, as autarquias dinamizam Semanas da Juventude, construindo espaços de participação juvenil, de realização e fruição cultural pelos jovens, apoiando centenas de iniciativas do Movimento Juvenil. Na Cidade de Lisboa, serão mais

Encontro do Secundário preparado em todo o país

A actual situação do Ensino Secundário e as movimentações estudantis previstas para hoje,

Secundário e à política do governo PSD, manifestaram a sua total solidariedade aos estudantes do Ensino Secundário que, no seu dia, vão protestar por uma nova política educativa.

Na análise da preparação do V Encontro, que se espalhou por todo o país, a CNES da JCP salientou a realização até ao momento de um conjunto muito largo de iniciativas de discussão e convívio e a prevista participação de 450 jovens de todo o país.

O Encontro, que tem como lema «Lutar para aprender, aprender para transformar», e que funcionará na Escola Fernão Mendes Pinto, Pragal, em Almada, entre as 10h e as 19h do próximo sábado, inclui na sua ordem de trabalhos a análise da situação do Ensino e das propostas da JCP para uma nova política de Educação e a intervenção dos estudantes comunistas. Nesta reunião, foram ultimados os documentos que servirão de base à discussão entre os quais se encontra um em que se apresentam 60 propostas por uma escola viva, moderna e de qualidade, pelo ensino gratuito, pelo acesso ao ensino superior mais justo, por uma gestão escolar participada, por uma avaliação escolar digna e por um movimento associativo vivo e reivindicativo e interveniente.

Encontro do Secundário Álvaro Cunhal no encerramento

O Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, participará no V Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, que decorrerá a 26 de Março na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, no Pragal, em Almada, fazendo uma intervenção no final dos trabalhos.

O Encontro, subordinado ao lema «Lutar para aprender, aprender para transformar», contará com a participação de cerca de 450 jovens de todo o país e irá discutir a actual situação do Ensino Secundário, as propostas da JCP para uma Política de Educação Alternativa e a intervenção dos jovens comunistas nas escolas.

Para os participantes aqui deixamos um conjunto de informações sobre as formas de chegar ao local.

Para quem vem pela auto-estrada do Sul ou pela Ponte 25 de Abril.

Deixam a auto-estrada na saída para Almada.

Dirigem-se à Rotunda do Centro Sul e sobem a Av. Bento Gonçalves.

Passando as bombas de gasolina, contornam a rotunda (Praça Maria Caetano Batalha) para virar à esquerda.

Seguem pela Av. Torcato José Clavique até encontrarem a Escola do lado esquerdo.

Viram à esquerda e contornam a Escola para entrarem no portão de baixo.

Para quem vem pela Estrada Nacional 10 (EN 10)

Seguem a estrada até Almada e apanham o caminho para Lisboa até à Rotunda do Centro Sul.

Aí contornam e viram na 1ª à direita e sobem a Av. Bento Gonçalves.

Depois seguem as indicações acima para quem vem pela auto-estrada.

Para quem vem pelo barco até Cacilhas

Em Cacilhas apanham uma das carreiras da Rodoviária para a Costa da Caparica, Trafaria, Marisol ou Fonte da Telha.

Todas estas carreiras partem das paragens números 16, 17 e 18.

Saem junto da escola e contornam a escola a pé de forma a entrar no portão de baixo.

Para quem vem de Lisboa pela Rodoviária da Praça de Espanha ou do Areeiro

Apanham a carreira para Almada e saem na 1ª paragem depois da Ponte 25 de Abril (junto à portagem).

Atravessam a auto-estrada por cima do viaduto e continuam em frente até encontrarem a Escola do lado direito.

Para além do «Aviso dos Trabalhadores» ao Governo, também hoje os estudantes vão estar na rua em protesto contra a actual política educativa, simultaneamente comemorando o 24 de Março, Dia do Estudante, e preparando a comemoração do dia 28 de Março, Dia da Juventude. Hoje, em inúmeras academias do país, vão decorrer processos de luta contra a política educativa do PSD, enquanto em Lisboa vai iniciar-se junto ao Ministério da Educação uma manifestação de estudantes com desfile até à Alameda da Universidade. No fim-de-semana, a JCP realiza o Encontro do Ensino Secundário.

educativa; acesso ao ensino superior sem numerus clausus.

Os trabalhadores jovens participam no «Aviso dos trabalhadores» e a Interjovem dinamiza no dia 28 de Março um protesto junto à Secretaria de Estado da Juventude.

de 210 iniciativas, algumas da responsabilidade da própria autarquia, a maioria das estruturas juvenis.

Em Vila Franca de Xira decorrerá o Xirajovem. Em Loures, Amadora, Almada, Seixal, Barreiro e tantas outras, decorrem Semanas da Juventude.

para além da preparação do V Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, foram temas abordados na reunião da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário, realizada no fim-de-semana passado em Lisboa.

Nesta reunião, os estudantes comunistas, que tecem duras críticas à actual situação do Ensino

Comemorou-se em todo o mundo na passada segunda-feira, por iniciativa das Nações Unidas, um dia de luta contra o racismo e a xenofobia, à qual a CGTP se associou declarando em comunicado «o seu total empenhamento neste nobre combate de toda a Humanidade.

«As frequentes manifestações e actos racistas e xenófobos que têm ocorrido em diversos países europeus tendo como principais

vítimas os imigrantes e os refugiados políticos, devem fazer-nos reflectir sobre as causas do recrudescimento deste fenómeno, que sem atingir tais proporções em Portugal, não significa que a sociedade portuguesa esteja imune», diz a CGTP.

A central sindical condena firmemente todas e quaisquer manifestações racistas, e tem combatido um conjunto de medidas legislativas que, na

lógica da adopção dos Acordos de Schengen, limitam fortemente a liberdade de circulação de cidadãos de países terceiros no espaço comunitário.

«Os Acordos de Schengen e as medidas legislativas, que dele emanam sobre o Asilo, os Refugiados, os códigos de nacionalidade e a liberdade pelos governos conservadores na Alemanha e em França longe de terem contribuído para o necessário com-

bate ao racismo e à xenofobia, tiveram bem pelo contrário as tristes e perversas consequências que infelizmente todos conhecemos», assinala a Inter.

«Também em Portugal, com a recente aprovação da Lei do Asilo e do Estatuto de Refugiado, o Governo PSD dá mais um passo para a inclusão de Portugal na «Europa Fortaleza» que claramente repudiamos», conclui a Nota.

Comemoração mundial Contra o racismo e a xenofobia

Tuberculose

O continente africano "está sentado em cima de uma bomba-relógio que poderá matar milhões de pessoas devido à negligência no tratamento da tuberculose", afirmou a semana passada o conselheiro para África da Organização Mundial de Saúde (OMS), Peter Erik. A tuberculose é a doença mais mortífera em África, estimando a OMS que entre 1990 e o ano 2000 - tendo em conta um crescimento populacional de três por cento ao ano - a África terá um total de 15 milhões de tuberculosos, dos quais 6,5 milhões morrerão. Segundo Erik Peter, seria necessário gastar 60 milhões de dólares no combate à doença, mas o investimento feito neste domínio não foi além dos 20 milhões. "A tragédia é que a doença é curável e, contudo, continua a ser a principal causadora das mortes em África", disse Peter, sublinhando que em 1992 a OMS estimou que dos 552 milhões que constituem a população africana, cerca de 171 milhões foram infectados pela tuberculose, 1,3 milhões dos quais desenvolveram "tuberculose activa", correndo o risco de morrer. Segundo Erik Peter, a nível mundial existem cerca de 1,7 milhões de pessoas infectadas, oito milhões com tuberculose activa, morrendo anualmente cerca de 2,9 milhões de pessoas.

Aviso

O presidente sul-africano, Frederik de Klerk, avisou a direita branca de que o seu governo agiria com firmeza contra tentativas de assegurar por meios ilegais a formação de um estado próprio afrikaner, ou volkstaat. De Klerk, que falava em conferência de imprensa na sede do governo, reagiu a ameaças da direita de lançar uma série de acções de violência civil a partir de um determinado "dia-d", anunciado para 31 deste mês. Avisando que a usurpação de funções governamentais constitui ofensa criminal para que Pretoria já adoptou medidas, o presidente frisou que o seu executivo não permitirá a ruptura da transição constitucional da África do Sul por meios ilegais. Os avisos do presidente sul-africano surgem na sequência de um apelo do dirigente do partido conservador (CP), Ferdi Hartzenberg, para a conjugação de esforços da direita no sentido de exigir um volkstaat e contra a plataforma constitucional estabelecida entre o governo e o Anc.

Sudão

O embargo de armamento contra o Sudão decretado pela União Europeia (UE) entrou em vigor no passado dia 15, anunciou a UE. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 12 países membros aprovaram o embargo dia 8, uma medida que proíbe o fornecimento de armas, munições e equipamento militar àquele país africano. Segundo um perito da UE para assuntos do Sudão, este embargo tem um significado essencialmente político.

Venda de armas Um negócio chorudo

Dez mil milhões de dólares por ano é a quanto ascende o comércio ilegal de armamento em todo o Mundo. De acordo com um relatório do "Courrier International" recentemente divulgado, a venda ilegal de armas conheceu um acentuado incremento com o desenvolvimento da guerra nos Balcãs, tornando-se num negócio extremamente lucrativo para os traficantes, que torneiam com toda a facilidade o embargo imposto pelas Nações Unidas, em Setembro de 1991, a toda a região, como sucede de resto no abastecimento à Unita, em Angola. Mas a grande fatia do negócio continua a estar nas mãos dos comerciantes legais, com os Estados Unidos à cabeça.

Segundo o relatório do "Courrier International", divulgado pela Lusa, o embargo, afinal, veio permitir que os negociantes ilegais aumentassem os preços - até 20 vezes mais - que os custos do mercado legal.

À antiga Jugoslávia, as armas não chegam por mar, devido ao bloqueio naval imposto por navios da NATO e da União Europeia, mas o abastecimento às diferentes repúblicas tem caminhos eficazes para fazer

chegar a "mercadoria" ao seu destino. A fazer fé nos dados divulgados, de todas as repúblicas da ex-Jugoslávia, a Sérvia é a que menos necessidade tem de se armar, mas apesar disso tem vindo a importar mísseis terra-ar através da mediação das autoridades russas.

Já a Croácia, de acordo com o semanário britânico "The Economist", se equipou com armas que desapareceram dos arsenais dos países de leste e que chegaram à

nova República através de redes secretas da Hungria e da Áustria.

Na Bósnia, por seu turno, os muçulmanos conseguiram armas ligeiras, primeiro directamente do Irão através de um voo semanal para Sarajevo e, depois, a partir do Líbano, através do porto croata de Split e do aeroporto de Zagreb. Quando este itinerário foi descoberto, os fornecimentos clandestinos começaram a chegar através da Albânia e da Macedónia, sempre financiados pelo Irão e por outros países árabes.

Contudo, o mercado de armamento para a antiga Jugoslávia, apesar de ser o mais importante, não passa da parte visível do "iceberg" que envolve transacções comerciais de extraordinária envergadura no âmbito das trocas mundiais.

Apesar do peso e das condições excelentes que conhece o mercado clandestino, a venda legal de armamentos continua a ultrapassar em muito as quotas dos ilegais, com os fabricantes de Washington à cabeça.

Segundo números oficiais, só em 1993, os Estados Unidos venderam a nações do Terceiro

Mundo armamento avaliado em cerca de 24 mil milhões de dólares.

Com a queda das quotas de mercado por parte da Rússia, sem orçamento que lhe permita fabricar armas novas, os Estados Unidos voltam a ser os campeões em todas as categorias nas exportações neste sector estratégico.

E por falar em armas, cabe lembrar a denúncia feita este mês pelo semanário "Le Point", a propósito do envolvimento do Zaire no abastecimento de "material" à Unita de Jonas Savimbi. Segundo o semanário francês, desde há oito meses que

companhias aéreas privadas (europeias e libanesas) utilizam o reservadíssimo aeroporto do Ndjili, onde ninguém entra sem autorização da presidência ou dos serviços secretos zairenses. Os aviões saem directamente para as regiões angolanas controladas pela Unita, durante a noite, com uma carga oficial bastante variada, que vai desde farinha, óleo, sal, a cadeiras de jardim... Segundo um dos pilotos, mais de um milhão de dólares é pago de três em três meses. Uma "mercadoria" paga a preço de ouro... ou de diamante, como ironiza o "Le Point".

Grã-Bretanha Direitos, nem vê-los

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) apresentou um protesto formal junta da embaixada britânica em Portugal contra a interdição de sindicalização e do exercício dos direitos sindicais dos trabalhadores da Sede Governamental para a Comunicação na Grã-Bretanha.

Em 1984, uma medida da administração Thatcher obrigava 7000 daqueles trabalhadores a escolher, em cinco semanas, entre o exercício dos seus direitos sindicais e o emprego. Quem então resistiu, foi despedido.

Diversas organizações internacionais, com destaque para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), têm vindo a condenar esta medida discriminatória. Em 1991, na Conferência desta Organização, em Geneve, a votação foi de 160 votos contra o governo britânico e apenas de 1 voto a favor. Até o Supremo Tribunal da Inglaterra considerou a interdição como ilegal e não válida. Mas apesar de tudo isto, a administração Major continua a defender tal medida e garante que o seu governo não a alterará.

A FENPROF, na carta dirigida ao representante britânico em Portugal, exprime o profundo sentimento de indignação que a medida suscita aos professores portugueses e solicita-lhe para que intervenha junto do seu governo para que reconsidere a posição adoptada a este respeito, lesiva dos mais elementares direitos de justiça, igualdade de tratamento e de democracia.



PDS da Alemanha em Congresso

Sob o lema "A mudança começa com a Oposição", realizou-se em Berlim, de 11 a 13 de Março, a 3ª sessão do 3º Congresso do Partido do Socialismo Democrático (PDS), inteiramente dedicado à preparação das eleições para o Parlamento Europeu (em Junho) e para o Bundestag (em Outubro).

Nos trabalhos participaram cerca de 500 delegados, representando os 131 000 membros do Partido, que discutiram e aprovaram as versões finais dos respectivos programas eleitorais e escolheram os candidatos da lista federal aberta para o Parla-

mento Europeu. Como cabeça de lista, foi eleito Hans Modrow, presidente de honra do PDS e antigo primeiro-ministro da RDA. Representantes de partidos comunistas e de esquerda de 23 países assistiram aos trabalhos. O PCP esteve representado por Carlos Aboim Inglez, membro do CC do PCP, que manteve conversações com Hans Modrow.

O CC do PCP enviou ao PDS da Alemanha a saudação que a seguir se transcreve na íntegra:

"O Comité Central do Partido Comunista Português transmite aos participantes na 3ª sessão do 3º Congresso do Partido do Socialismo Democrático as fraternais saudações dos comunistas portugueses e sinceros votos do melhor êxito para os seus trabalhos.

"A profunda crise económica, social e política que se manifes-

ta hoje nos países da Comunidade Europeia, com a falência das receitas neoliberais que absolutizam o mercado e a concorrência, desprezando a primacial dimensão social do desenvolvimento, radica mais fundo na própria natureza exploradora e desumana do capitalismo, que não responde ao interesse dos povos e se mostra incapaz de satisfazer os anseios da Humanidade no limiar do século XXI.

"É com essa crise que nos defrontamos em Portugal, rejeitando a desastrosa orientação do Tratado de Maastricht, tanto através da luta de massas como no plano institucional.

"Mesmo a Alemanha, um dos países mais desenvolvidos e poderosos do mundo, não escapa à crise, até na sua parte ocidental. É porém nas regiões orientais que o capitalismo está

a fazer mais estragos, destruindo conquistas e apossando-se de riquezas fruto do trabalho de gerações sucessivas, lançando milhões no desemprego e na regressão social. As classes trabalhadoras, as mulheres, a juventude, os reformados, a intelectualidade, são duramente atingidos nos seus interesses vitais.

"A revanche capitalista não recua perante as humilhações, perseguições e discriminações políticas, com intoleráveis restrições aos direitos e liberdades que devem ser iguais para todos os cidadãos.

"Saudamos a corajosa resistência e as lutas de massas que se têm desenvolvido para recuperar direitos e a plena cidadania dos alemães de leste, tal como saudamos a vossa clara oposição ao recu-

descimento da xenofobia e do neo-nazismo, bem como ao militarismo e ambições expansionistas da classe dominante da Alemanha.

"Manifestamo-vos a nossa activa solidariedade frente às perseguições antidemocráticas.

"Fazemos votos de sucesso nas batalhas eleitorais que ireis travar durante todo este ano, confiantes em que o Partido do Socialismo Democrático se afirmará como força indispensável e consequente na defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia, da justiça e do progresso social.

"Valorizando as relações de amizade existentes entre os nossos dois partidos, reafirmamos o nosso grande empenho em desenvolver ainda mais no futuro a nossa cooperação e solidariedade."

França Milhares de jovens na rua contra salário de miséria

Dezenas de milhar de pessoas em toda a França saíram à rua a semana passada para protestar contra a política social do governo. Pela quarta vez no espaço de duas semanas, os manifestantes exprimiram o seu desacordo com a instauração de contratos especiais para a admissão de jovens trabalhadores. As manifestações foram convocadas pelas centrais sindicais, actuando em plena concertação, o que sucedeu dia 17 pela primeira vez desde há duas dezenas de anos.

Após o êxito das manifestações de estudantes e da manifestação organizada pela CGT em todo o país, no passado dia 12, o conjunto das centrais sindicais (com excepção da CGC-CFE) e das organizações de estudantes convocaram os franceses a exigir a retirada do Contrato de Inserção Profissional (CIP) proposto pelo governo. O CIP prevê que aos jovens na situação de desemprego há mais de seis meses seja oferecida uma colocação integrada em acção de formação profissional, com remuneração correspondente apenas a 80 por cento do salário mínimo legal, no que já é conhecido como o SMIC-jovens.

Perante a vaga de protestos, o governo concordou já em excluir deste dispositivo os licenciados da universidade ou do ensino técnico, mas a medida continua a ser consi-

derada como um encorajamento aos despedimentos dos que ganham mais, uma forma de pressão para a quebra do conjunto dos salários e um incentivo à precariedade do emprego.

Segundo o secretário-geral da CGT, Louis Vianet, em declarações a "L'Humanité", o projecto de decreto complementar sobre o CIP não modifica em nada o seu carácter negativo. "É um disfarce que não engana ninguém. Os jovens serão contratados com 80 por cento do SMIC, alguns com 80 por cento do salário convencional, ou seja ao nível do SMIC para a maior parte deles, no caso de terem um emprego que corresponda a um diploma. Os outros, em formação, ou num projecto profissional, receberão entre 30 e 65 por cento do SMIC. Quanto aos tutelados, é um abuso de linguagem



Os jovens franceses estão em pé de guerra contra a política social do governo

falar em formação" - diz, garantindo que se trata unicamente do acompanhamento do jovem na sua adaptação ao local de trabalho e no seu conhecimento da empresa. Nestas condições, afirma, "falar de 20 por cento de formação é uma verdadeira mistificação. O texto continua no quadro das disposições anunciadas inicialmente pelo governo".

Em França, um de cada quatro jovens com menos de 25 anos está no desemprego, índice este cinco vezes superior ao que se regista na Alemanha na mesma camada etária.

O clamoroso não ao decreto de Balladur - uma das palavras de ordem mais gritadas foi "Jovens a 100%, salário a 100%" - constituiu entretanto a resposta à "Carta aos jovens" publicada no jornal "Libération". Na carta, o primeiro-ministro, Edouard Balladur, reafirma a validade do plano governamental, convidando as associações estudantis a contribuírem para o balanço da aplicação deste projecto que não deixará de ser feito "no fim do ano".

Edouard Balladur concluiu a carta aberta pedindo aos jovens que não duvidem da sua "boa fé", garantindo que "desde há um ano o governo mobilizou todos os meios humanos, jurídicos e financeiros para lutar contra o desem-

prego dos jovens". Um discurso que não convenceu ninguém.

Segundo os observadores, participaram no desfile de Paris 50 000 pessoas (números da Polícia referem 32 000 manifestantes), 25 000 em Lille, 15 000 em Bordéus, 20 000 em Toulouse, outros tantos em Lyon... Segundo a agência Lusa, alguns adolescentes, alguns dos quais encapuzados e de capacete, aproveitaram a ordem de dispersão para causar estragos. Os jovens deitaram fogo a uma dezena de viaturas e procuraram mesmo desafiar as forças da ordem presentes, alvejando-as com os mais diversos projecteis, principalmente garrafas de cerveja. Incidentes que não chegaram a ensombrar a jornada de luta dos jovens franceses contra o "SMIC de miséria".

Uma luta que continua, estando em preparação uma nova manifestação nacional para amanhã, dia 25.

Comunistas sobem em eleições cantonais

O Partido Comunista Francês obteve uma expressiva subida de percentagem nas eleições cantonais do passado domingo, levando os observadores internacionais a considerar ter sido o partido que mais beneficiou com os votos de protesto que resultam do profundo mal-estar social que se vive em França. Faltando realizar-se a segunda volta e conhecer os resultados dos territórios ultramarinos - que pouco devem alterar à situação verificada na metrópole - o PCF subiu para 11,5 por cento dos votos, enquanto se tornou mais apertada a marca divisória entre os votos na esquerda e na direita, com uma nítida bipolarização a sulcar a sociedade francesa.

A maioria governamental de direita - que inclui a UDF do primeiro-ministro Balladur, os gaullistas do RPR e independentes - totalizou 45 por cento dos sufrágios, enquanto a Frente Nacional de extrema-direita fica com 9,8 por cento - menos três pontos em relação às legislativas de há um ano mas o dobro em relação às últimas cantonais. O Partido Socialista Francês obteve 22,5 por cento (mais cinco pontos em relação a 1993, quando perdeu o poder, mas menos sete pontos em relação às cantonais de 1988). No total, a esquerda (com ecologistas e outros grupos) obteve 45,5 por cento de votos validamente expressos enquanto a direita ficou com 54,5. A abstenção rondou os 40 por cento, considerada normal em eleições locais no país. A segunda volta destas eleições vai realizar-se no próximo domingo e poderá ainda alterar parte do sentido de voto que agora se verificou, embora na sua essência tudo pareça ter ficado definido.

Fome

A FAO denunciou há dias que as mortes por fome no sul do Ruanda estão a aumentar e apelou aos países doadores a que intensifiquem o auxílio alimentar. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação afirmou que a população do sul do Ruanda luta para enfrentar "carências alimentares de proporções sem precedentes", resultantes da seca e da constante deslocação populacional provocada pelas fugas de refugiados aos confrontos étnicos que se registam na zona. A FAO e especialistas do Programa Alimentar Mundial prevêem carências alimentares maciças em 1994, que não poderão ser compensadas pelas importações, pelo que apela aos países doadores a que intensifiquem o auxílio alimentar ao Ruanda e a que apoiem a implementação de um programa abrangente de reabilitação agrícola que restaure a produção dos alimentos básicos.

Somália

O general Mohamed Farah Aidid exortou os seus rivais a colaborarem com ele na elaboração de uma nova constituição para a Somália, integrados no seio de um governo interino.

"Os conflitos entre clãs devem terminar, assim como os interesses egoístas sectários", disse o general Aidid em Nairobi.

Anunciando o seu regresso próximo a Mogadíscio, apelou à união entre todos os partidos visando a formação de um "governo interino que trate do futuro" do país. Aidid criticou o seu principal rival, o presidente interino Ali Mahdi Mohamed e os seus aliados, por terem apelado à formação de um governo no decurso de reuniões decorridas no Cairo sem a sua presença.

"Todos estamos confrontados com um período transitório de dois a três anos, durante o qual deverão ser lançados os fundamentos de uma terceira república descentralizada. Do mesmo modo, terá de ser determinada a cooperação a desenvolver com os países vizinhos. Temos de chegar a um acordo sobre todos estes princípios e incluí-los numa carta nacional", acrescentou Aidid. O dirigente da SNA tem vindo a manter em Nairobi, onde se encontra desde Dezembro de 1993, uma série de encontros com dirigentes somalianos e africanos. Um destes encontros reuniu, sob os auspícios da ONU, Omar Jess, aliado do general Aidid, e um dos seus principais opositores, Mohamed Said Hersi, conhecido por General Morgan, ambos dirigentes de forças que disputam a cidade portuária de Kismayo (sul da Somália). Segundo George Bennet, porta-voz da ONU, os partidos que se encontram na capital queniana deverão fixar de comum acordo a data e o local de uma conferência destinada a pôr termo ao conflito de Kismayo.

Comparação CIP/dispositivos anteriores mantidos pelo governo de Balladur

	Contrato de orientação	Contrato de adaptação	CIP
Idade	16 a 23 anos	16 a menos de 26 anos	16 a menos de 26 anos
Duração	Contratos 3 a 6 não renovável	Contrato 6 a 12 meses	Contrato 6 a 1 ano renovável 1 vez
Nível de recrutamento	Sem qualificação (sem diploma de nível V)	Com classificação (1.º ciclo formação tecnológica ou geral)	Com ou sem diplomas mas com nível III necessita de 6 meses à procura de emprego
Tutelado	Tutelado	Tutelado	Tutelado
Formação	32 h/mês ou seja mínimo 96 h	Pelo menos 200 h de formação	20% da duração do contrato
Salário	16/17 anos: 30% do SMIC 18/20 anos: 50% do SMIC 21 anos: 65% do SMIC	Se CDD 80% do salário mínimo convencional sem poder ser inferior ao SMIC (idem para CDI durante o período de adaptação)	* CIP tutelada 80% do SMIC (¹) * CIP tutelada + (formação): 16/17 anos: 30% do SMIC 18/20 anos: 50% do SMIC 21 anos: 65% do SMIC
Ajudas de Estado	Isenção a 100% quotizações patronais para a Segurança Social + 50 Francos/hora de acções de formação profissional	50 Francos/hora de formação	Não há isenção se não houver formação. Isenção de 50% de quotizações patronais da Segurança Social se houver formação + 50 Francos/hora de formação
Data de aplicação	Lei de 31/12/91 do Governo Cresson	Lei de 24/2/93 do Governo Mauroy	Lei de 20/12/93 do Governo Balladur

(¹) 80% do salário mínimo convencional para os jovens diplomados (engenheiros, DUT, BTS, BEP, CAP, etc.)

CDD: Contrato a termo certo.

CDI: Contrato a termo indeterminado.

POR ESSE GUADIANA FORA

Decorreu no passado fim-de-semana, em Mértola, um Encontro Luso-Espanhol sobre Turismo e Desenvolvimento Integrado organizado pela Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM), onde foram apresentadas as conclusões do "Estudo das Potencialidades Turísticas do Troço Médio Inferior da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana", projecto enquadrado no Programa comunitário INTERREG que inventariou exaustivamente todos os valores naturais, patrimoniais e culturais desta região economicamente deprimida que integra, total ou parcialmente, os Concelhos portugueses de Alcoutim, Mértola, Serpa, Moura e Barrancos e aproximadamente 12 *Ayuntamientos* andaluzes.

A iniciativa teve duas partes distintas: no dia 18, sexta-feira, decorreu no cine-teatro de Mértola com exposições e debates variados e, no dia seguinte, organizou uma visita por alguns dos Concelhos portugueses e *Ayuntamientos* espanhóis da região em causa, num percurso temático que apenas pecou pela brevidade.

Este Encontro Luso-Espanhol não extraiu conclusões, pois não era para isso que ali se estava, não impedindo que, dele, se concluam algumas evidências: o empenho numeroso e qualificado de organismos, quadros e pessoas da região num desenvolvimento que se quer integrado e para o qual há numerosas potencialidades, nomeadamente no turismo e aproveitando quer a bacia do Guadiana, quer o seu valiosíssimo património social, cultural e histórico. O Estudo agora apresentado demonstra-o à saciedade. Assim haja a indispensável vontade política dos Governos de ambos os países...

O Encontro iniciou-se às 9.30 de sexta-feira com uma sessão de boas-vindas pelo presidente da Câmara Municipal de Mértola, Manuel Paulo Neto, e uma breve explanação dos propósitos do Encontro feita pelo presidente da Direcção da ADPM, Jorge Revez, a que se



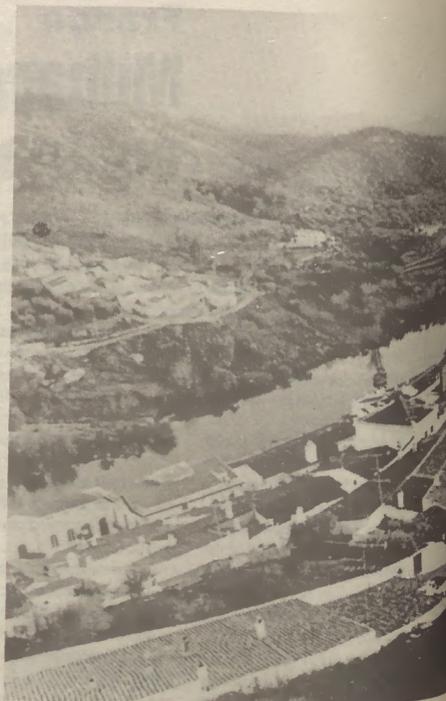
António Guillen (à esquerda) e Jorge Revez foram os cicerones qualificados do percurso temático

seguiu a apresentação do Estudo elaborado no âmbito do INTERREG Potencialidades turísticas do troço médio inferior da bacia hidrográfica do Guadiana (ver texto ao lado).

Nesta primeira parte do Encontro, Eunice Gonçalves estava encarregada de apresentar o "quadro geral das potencialidades turísticas do troço médio inferior da bacia hidrográfica do Guadiana", seguindo-se José Roque Amaro, do ISCTE, na apresentação das principais conclusões do Estudo, e Jorge Arraia na dos Roteiros Temáticos, a que se seguiu uma hora de debate. A Mesa desta sessão integrou Roque Amaro, Eduardo Figueira (da CCRA), Paulo Neto e António Guillen (Espanha).

Após o almoço, os trabalhos recomencaram apontando *Algumas considerações sobre Turismo e Desenvolvimento Integrado na bacia hidrográfica do Guadiana por parte de personalidades e entidades interessadas*. Esta II Parte do programa de sexta-feira abriu caminho a novas e qualificadas intervenções, a saber: da Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana (portuguesa, evidentemente), do representante dos *Ayuntamientos* Andaluces, da Rota do Guadiana, dos espanhóis Pablo Romero e António Guillen, de Paulo Estádio, de Guilherme Machado, pela ADPM, de Alberto Melo e Paulo Setas pela Associação INLOCO, e de Cláudio Torres, pelo Campo Arqueológico

■ Henrique Custódio
Texto e fotos



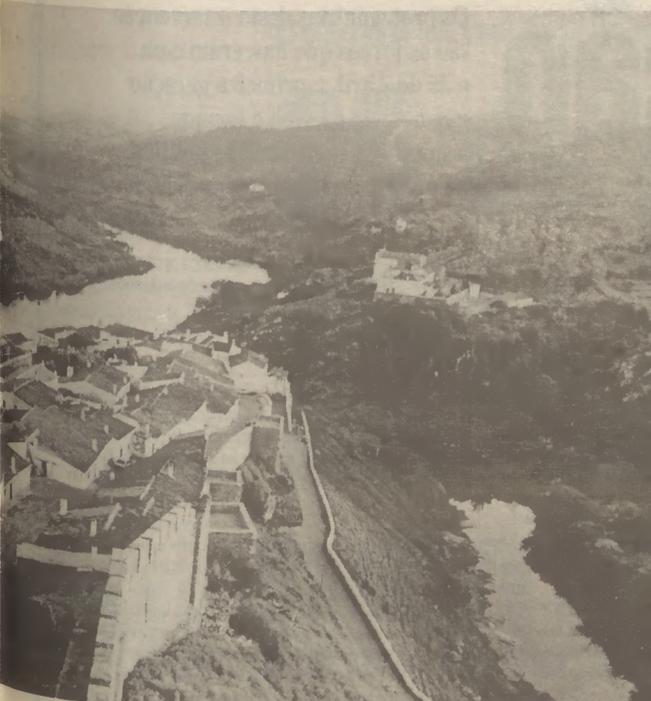
de Mértola (CAM), seguindo-se novo debate. A Mesa, nesta sessão, integrou António Janeiro, pela Rota do Guadiana, Jorge Revez, pela Associação de Defesa do Património de Mértola, José Veiga, pela Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, e Francisco Felgueiras, pela Região de Turismo Planície Dourada.

Os caminhos do turismo

O turismo em Espaço Rural e o Turismo Cultural são as chamadas formas "suaves" da actividade turística que se pretende para o troço médio inferior da bacia do Guadiana, num quadro de aproveitamento das potencialidades existentes e do desenvolvimento sustentado desta região.

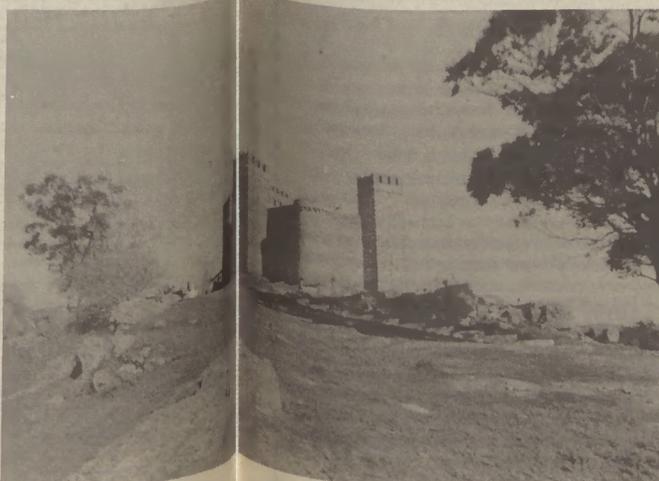
Neste sentido, foram apresentados no Encontro de Mértola os instrumentos financeiros de apoio ao sector do turismo já existentes ou que, "a muito curto prazo", vão estar disponíveis.

Assim, recordou-se que "na sequência do PDR, o QCA prevê acções nas áreas seguin-



tes: 1 - modernização e diversificação da oferta turística de alojamento e animação; 2 - alojamento turístico em edifícios históricos; 3 - formação dos profissionais do turismo; 4 - valorização do património cultural; 5 - museus e outros equipamentos culturais; 6 - turismo juvenil".

Prevê-se, entretanto, "que assumirão papel preponderante, entre outros, os seguintes instrumentos financeiros: SIFT III (a criar); SIR (a criar); financiamentos directos do Fundo de Turismo (já existente); protocolos Banca/FT (já existente). ■



Em Mértola debateu-se as potencialidades turísticas da região, de ambos os lados do Guadiana



Um Estudo de quem sabe à espera de quem pode

A apresentação pública do "Estudo das Potencialidades Turísticas do Troço Médio Inferior da Bacia Hidrográfica do Guadiana" constituiu a razão primeira deste Encontro de Mértola. Trata-se de um trabalho monumental que, segundo nos explicou Jorge Revez, presidente da ADPM (e entidade promotora da iniciativa), surge na sequência da aprovação, pelo Programa comunitário INTERREG (que o financiou), de um projecto de trabalho realizado pela ADPM. Foi elaborado por uma equipa enquadrada na Secção Autónoma de Economia/ISCTE.

Como se explica no preâmbulo das suas quase 400 páginas, o Estudo pretende atingir quatro objectivos específicos:

- Proceder ao levantamento, avaliação e estudo das oportunidades de aproveitamento turístico dos valores culturais e naturais existentes na zona.
- Definir estratégias conducentes a uma correcta gestão turística inserida numa óptica de desenvolvimento integrado.
- Enunciar normas de gestão turística do espaço considerado e das respectivas capacidades de carga.
- Apresentar alguns exemplos de propostas de aproveitamento turístico que integrem oportunidades de valorização das várias actividades e recursos existentes.

O levantamento referido foi coordenado e executado pela própria ADPM através de uma equipa específica, contando com a cola-

boração de duas outras equipas, uma do Campo Arqueológico de Mértola, outra de investigadores espanhóis. Com base nos elementos daí resultantes, a equipa do ISCTE desenvolveu um trabalho de pesquisa e de recolha de outros dados, que culminou na elaboração do Estudo.

Metodologicamente, o trabalho realizado assentou nos seguintes pilares:

- Análise dos vários estudos, relatórios e documentos relativos à zona considerada e directa ou indirectamente ligados aos temas em questão.
- Recolha dos elementos estatísticos pertinentes para a caracterização das zonas portuguesa e espanhola delimitadas pelo Estudo.
- Tratamento dos dados e avaliação fornecidos pelo levantamento já referido.
- Realização de entrevistas a autarcas e/ou técnicos das autarquias de todos os 18 municípios considerados (cinco portugueses e 13 espanhóis).
- Realização de entrevistas a membros de várias associações locais ou a simples cidadãos, mais directamente ligados ao objectivo do trabalho.
- Organização de diversas visitas a vários locais da zona estudada.

O Desenvolvimento em cinco capítulos

A partir de todos os elementos recolhidos, elaborou-se o Estudo, dividindo-o em cinco capítulos.

No 1º apresenta-se o quadro teórico de referência, centrado nos conceitos de Desenvolvimento Integrado e de Turismo.

O 2º tem em vista a caracterização geral da zona estudada, detendo-se, em particular, nos seus recursos e potencialidades turísticas. É o capítulo mais extenso e onde se sistematizam os mais diversos elementos recolhidos.

O 3º apresenta algumas reflexões e sugestões conducentes à definição de estratégias para o turismo na zona, à luz do quadro teórico indicado no capítulo 1 e das potencialidades e restrições, oportunidades e ameaças com que o Troço Médio Inferior da Bacia Hidrográfica do Guadiana se defronta.

No 4º discute-se os critérios que deverão inspirar as normas de gestão turística da zona e dos seus recursos, tendo em atenção o conceito de "capacidade de carga".

No 5º sugerem-se alguns roteiros turísticos na zona, exemplificativos das estratégias discutidas.

Num segundo volume, o Estudo apresenta três anexos: um caracterizando com detalhe o sector agrícola dos cinco Concelhos portugueses; outro descrevendo em pormenor o seu património histórico (arqueológico, edificado e artístico) e o terceiro contendo as fichas de síntese dos levantamentos efectuados para este Estudo.

Um trabalho monumental que aguarda agora a vontade política de quem decide neste País. ■



Uma rua de Aroche

O percurso temático é um dos caminhos a usar pelo turismo que se pretende dinamizar no Troço Médio Inferior da Bacia do Guadiana. Foi experimentado no segundo dia do Encontro, levando um grupo de portugueses e espanhóis num *raid* que partiu de Mértola e atacou, sucessivamente, Serpa, Barrancos e depois, já na Andaluzia, Encinasola, Gallarosa, Cortegana e Aroche, regressando, para um jantar em Serpa, num salto sem paragem entre Rosal de la Frontera e Vila Verde de Ficalho. De fora ficaram Moura, Cumbres Mayores e Jabugo. E ainda bem: apesar da roneirice do autocarro a resfolegar pelas montanhas da Andaluzia, o que se viu naquele dia tinha tamanho para quatro ou cinco.

Mértola e Serpa foram apenas locais de partida e recolha de viajantes. A primeira paragem digna desse nome deu-se em Barrancos, já com o pessoal aturdido pela explosão de flores brancas com que as estevas espreitavam em todas as voltas e reviravoltas da serra de Ficalho, onde a romanização foi tão longe que até lá ficou uma *ribeira do Rubicão*. De Barrancos vimos o asseio e a brancura organizados encosta acima e a Espanha a encostar montanhas com Portugal, tendo ainda tempo para uns petiscos de cogumelo e vinho que mereciam outros vagares. Mas tempo, era o que não havia, e logo ali se decidiu elidir alguns pontos do trajeto, arrancando-se directamente para a Andaluzia.

Portugal e Espanha no rio abraçados



Em clima, Castelo de Cortegana, Espanha, a brancura de Barrancos

A geração de Abril

Os últimos anos revelaram um enorme potencial de intervenção e luta da juventude, que é não só uma realidade nova no panorama juvenil português, mas também um elemento muito significativo no desenvolvimento recente da situação social e política do país com que é preciso contar nas batalhas do presente e do futuro, contra a política de direita, por uma nova política e um novo governo, por uma democracia avançada e pelo socialismo no nosso país.

Os protagonistas desta intervenção são os jovens que nasceram com o 25 de Abril, a primeira geração que nasceu, cresceu e formou a sua consciência social e política no quadro do regime democrático - a geração de Abril.

1 - O 25 de Abril constitui uma das páginas mais gloriosas da história portuguesa, fruto da resistência de dezenas de anos, nas condições mais difíceis, em que o PCP, intimamente ligado à classe operária e aos trabalhadores numa luta em que participaram gerações e gerações de jovens comunistas, deu um contributo inestimável. Abril foi desencadeado pelo acto corajoso dos militares de Abril, seguido do levantamento popular, Abril é um processo revolucionário que teve como motor a aliança Povo-MFA, em que participaram entusiasticamente amplas massas juvenis com uma acção muito significativa no quadro do movimento militar (eram jovens a esmagadora maioria dos militares que se integraram na operação de 24 para 25 de Abril de 74 e no processo subsequente) e no âmbito do movimento popular.

A revolução de Abril transformou profundamente o país e a posição de Portugal no mundo, abriu uma nova página de esperança, de desenvolvimento, de melhoria da qualidade de vida, de progresso social em que importantes direitos dos jovens foram consagrados.

Caiu a ditadura fascista, ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios. Tiveram lugar importantes transformações nas estruturas socioeconómicas como a reforma agrária e as nacionalizações. Foi posto fim à guerra colonial que ceifava a vida a milhares de jovens em cada ano, foi conseguida a independência das colónias com excepção de Timor, invadido pela Indonésia. Foram libertados os presos políticos, foi liquidada a PIDE e foi posto termo ao seu cortejo de torturas e assassinatos, foi abolida a censura, foram asseguradas as liberdades, a realização de eleições livres e o direito de voto aos 18 anos. Foi instituído o salário mínimo nacional que beneficiou um largo número de jovens, houve a redução do horário de trabalho, o alargamento do período de férias, o estabelecimento dos subsídios de férias e doença. Desenvolveu-se um vasto programa de habitação social. Foi alcançada a gestão democrática e a participação estudantil na gestão das escolas, bem como profundas transformações democráticas nos programas de ensino, e uma larga expansão e democratização do ensino.

Foi alcançada a liberdade de associação, com forte expressão no associativismo juvenil e foi estimulada a participação e intervenção activa da juventude na vida nacional, nas escolas, nas empresas e nos bairros. Muitas dezenas de milhares de jovens participaram nas campanhas de alfabetização nas zonas rurais, nas campanhas de apoio técnico, cultural e de produção na zona da reforma agrária e em outros grandes movimentos cívicos, nomeadamente na construção de infra-estruturas na vida local, mostrando um povo e uma juventude em movimento numa grande afirmação de vontade de transformar e construir uma vida melhor. Foi consagrada uma larga participação no poder local democrático. Houve um enorme movimento de criação cultural. Acabaram proibições e limitações anacrónicas como a inexistência de turmas mistas nas escolas. Foi garantida a consagração dos direitos fundamentais e a institucionalização da democracia na Constituição de 1976.

Abril foi e é uma afirmação de fraternidade, solidariedade, criatividade, uma enorme explosão de alegria e participação. A revolução de Abril abriu novas perspectivas de desenvolvimento e de satisfação das necessidades dos jovens, que foram contrariadas pelo processo contra-revolucionário e pelo acentuar da política de direita nos últimos anos.

Apesar de profundas mutilações, de frustrações e retrocessos, muitas conquistas mantêm-se e fazem parte da vida dos jovens de hoje, tão naturais como o ar que respiram constituem valores positivos que contribuem para a sua formação e intervenção, conquistas a defender, patamares da luta para novos padrões de vida e de progresso social.

2 - Após os grandes progressos do 25 de Abril, alcançadas importantes conquistas, iniciou-se o processo de recuperação capitalista, de política de direita conduzida pelo PS e pelos partidos de direita, que pôs em causa conquistas e direitos e degradou a vida dos jovens.

Ao mesmo tempo, a direita escamoteou a sua responsabilidade na situação criada, e procurou, com êxito, responsabilizar o 25 de Abril pelos problemas e pela situação da juventude de que era responsável.

Com os governos do PSD foi lançada a chamada política de juventude, grande operação de propaganda e encenação sobre a resolução dos problemas dos jovens sem os resolver de facto, a par duma ofensiva ideológica proclamando que a luta pela transformação da sociedade deixou de ter sentido e apresentando a política de direita, os seus conceitos e valores como os valores da actualidade e do futuro.

Esta acção governamental, o avanço do processo contra-revolucionário, o crescente domínio do grande capital sobre a vida nacional, o reflexo das derrotas do socialismo, a ofensiva ideológica do imperialismo, a crise de valores que acompanha as transformações ocorridas no mundo, são factores que estimularam a propagação do individualismo, do sucesso a todo o custo e da competição desenfreada.

A política de direita e a sua forma de exercício do poder (autoritarismo, abuso do poder, corrupção) tem criado nos jovens uma imagem negativa da acção política que contribui para o alheamento de importantes sectores juvenis da participação política activa, como esta deve ser entendida de acção, com o povo, para o povo e ao serviço do povo.

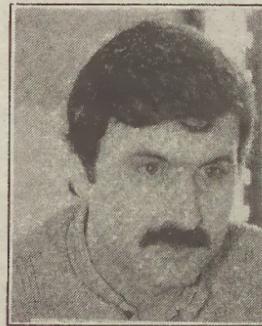
A política governamental criou expectativas e ilusões, atrasou e limitou a consciência da luta, influenciou e teve êxitos, mas não conseguiu os seus objectivos principais: atrair a juventude para o apoio activo e continuado à sua política, impedir o descontentamento, evitar a tomada de consciência dos seus problemas e neutralizar a sua intervenção.

A natureza da política do Governo, o agravamento dos problemas, chocaram-se com as expectativas, interesses e aspirações de importantes sectores juvenis, contribuindo para a elevação da sua consciência social e política.

3 - Os jovens são confrontados com uma política que compromete os seus interesses. A política de direita agrava exponencialmente o problema do desemprego, que atinge já cerca de 110 000 jovens entre os 15 e 24 anos, não garante apoio suficiente aos desempregados, acentua a precariedade dos vínculos de trabalho, a discriminação salarial, o não cumprimento dos direitos e promove os baixos salários e o trabalho infantil. No plano do ensino, aumenta a selectividade social, com a introdução de novos sistemas de avaliação e a exclusão anual de dezenas de milhares de estudantes da frequência do ensino superior público, promove a desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior público bem ilustrado no propósito do aumento das propinas, mantém a inexistência dum verdadeiro e significativo sistema de acção social escolar e deixa prosseguir a degradação das condições nas escolas. Uma política que não garante



Os protagonistas desta intervenção são os jovens que nasceram com o 25 de Abril, a primeira geração que nasceu, cresceu e formou a sua consciência social e política no quadro do regime democrático - a geração de Abril.



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão Política

o direito à habitação, e sujeita os jovens a fenómenos de degradação social bem expressos no aumento brutal da toxicodependência. Uma política que tem acentuado as suas características autoritárias, de

marginalização e discriminação do associativismo juvenil, de ameaça, de intervenção abusiva dos serviços de informação a culminar com cargas policiais.

A política de direita, que não resolve os problemas dos jovens, não dá resposta às suas aspirações, frustrou expectativas, acumulou problemas, generalizou insatisfações e descontentamentos que estão na base das movimentações juvenis. Os últimos anos ficaram marcados pelo desenvolvimento de lutas de massas dos mais amplos de sempre, em torno do acesso ao ensino superior e contra a PGA, em que participaram mais de 100 000 estudantes, contra o aumento das propinas que se prolonga há dois anos e meio com a participação de muitas dezenas de milhares de estudantes do ensino superior. São acções em que os estudantes lutam por valores progressistas. No acesso ao ensino superior foi posto a nu o problema da discriminação social da PGA. Na luta contra o aumento das propinas alargou-se de forma notável a consciência e a oposição à política de desresponsabilização do Estado em serviços sociais fundamentais e a defesa do ensino superior como serviço social e factor de desenvolvimento.

Isto traduz uma evolução da consciência social e política de importantes sectores estudantis que aparecem de facto a lutar contra a política do Governo, a exigir uma nova política educativa, a confrontarem-se directamente com o Governo e com Cavaco Silva, como ficou largamente demonstrado na grande manifestação de 7 de Dezembro junto à Assembleia da República.

Estes desenvolvimentos, as derrotas da partidização do movimento associativo e a vitória de listas de unidade e convergência estudantil (de estudantes sem partido com estudantes de várias opções políticas e ideológicas incluindo comunistas) mostram que estamos numa nova fase, da intervenção e da luta juvenil, do posicionamento do movimento juvenil, da consciência social e política de importantes sectores juvenis, estamos perante uma nova geração de jovens.

Uma geração que sendo a geração de Abril, a primeira geração que cresceu, viveu e se formou com o regime democrático, é também (e isso pode ser tão ou mais importante na sua postura) uma geração que amadureceu politicamente com o PSD no poder (o PSD está há 14 anos no poder e um jovem com 20 anos tinha 11 anos quando em 1985 o PSD alcançou sozinho o governo) e com cuja política se vem confrontando.

Uma geração que, continuando a ser bombardeada pelas campanhas e valores ideológicos da direita, não abandonou a luta pela defesa dos seus interesses, pela concretização das suas aspirações, que não perdeu a capacidade de indignação, que luta por grandes causas sociais e políticas e é sensível aos valores progressistas (à solidariedade, à amizade, à luta contra a exploração e a miséria, à defesa da paz e do ambiente).

4 - No 20º Aniversário do 25 de Abril, comemorar Abril é caracterizar o regime fascista e a sua natureza de classe, é lembrar que Abril é um processo revolucionário, que Abril são conquistas e valores, que Abril é um apelo permanente à intervenção, à mudança, à transformação, ao combate ao conformismo, à apatia e aos interesses que de novo se instalaram e promovem a descharacterização do regime democrático, a centralização capitalista, a desarticulação do aparelho produtivo, a degradação da situação social e comprometem a soberania e a independência nacional com consequências profundas para o país e para a juventude portuguesa que vê o seu presente e futuro limitado e comprometido.

Comemorar Abril nos dias de hoje é valorizar e estimular as movimentações juvenis, a acção da geração de Abril como elemento que se associa à grande corrente das forças democráticas e progressistas, ao movimento operário e popular, a todos os que querem um futuro de liberdade, democracia e progresso social para Portugal.

Colóquio no CT Vitória

25 de Abril

GOLPE

OU REVOLUÇÃO?

Um numeroso, interessado e participativo público encheu o grande salão do Centro de Trabalho Vitória, na semana passada, num colóquio em torno do tema «25 de Abril - Golpe ou Revolução», promovido

pela DORL do PCP, integrado numa série que debaterá aspectos fundamentais do 25 de Abril. Da mesa, composta por Elvira Nereu, do CC e da DORL, que moderou o colóquio, pelo general Vasco Gonçalves, por Carlos Brito, membro da Comissão Política, que fez a intervenção introdutória, por José Vitoriano, da Comissão Central de Controlo, por Aurélio Santos e António Andrez, ambos do Conselho Nacional do CC do Partido, vieram as principais intervenções que deram lugar a um vivo debate.

«A acção do MFA foi decisiva para que fossem alcançadas as conquistas democráticas de Abril», afirmou a dado passo da sua intervenção o general Vasco Gonçalves. «Mas a acção popular também foi decisiva. Foi o apoio dado ao MFA pelas massas populares e trabalhadoras que fez com que a relação de forças dentro do MFA fosse favorável aos elementos que mais se identificavam com os interesses e aspirações do povo. Por outro lado, nem o povo nem o MFA, isolados um do outro, só por si, teriam alcançado as conquistas democráticas, como se veio a verificar pelo que se passou depois do 25 de Novembro».

O general, que recordou na primeira parte da sua intervenção os factores que influíram positivamente na consciencialização política e social dos militares do MFA, diria mais adiante:

«Em 1974 não era fácil ser militar português! Contudo, a continuada experiência da guerra colonial e da política do governo a ela respeitante mostraram definitivamente aos militares que essa guerra não tinha solução militar, que o fim da guerra só poderia ser alcançado por meio de uma solução política».

Na sua exposição, seguindo de perto a evolução do pensamento colectivo no interior do MFA, Vasco Gonçalves recordou:

«Naquele momento, no pensamento da grande parte dos elementos do MFA, a instauração de uma democracia política não significava a realização das profundas transformações nas relações económicas e sociais que a situação do país exigia, as quais deveriam ser o sustentáculo da própria democracia política. Assim, podemos dizer que, no início, o MFA não foi um movimento de revolução social».

No entanto, como mais adiante o general referiu, «no próprio dia 25 de Abril de 1974, houve um espontâneo e vigoroso levantamento popular e nacional, em que se destacaram a classe operária, os trabalhadores, alguns extractos da pequena e média burguesia urbana, suas organizações sociais e políticas. O impulso dessas massas populares exigindo um empenhamento social mais alargado e profundo do que o inicialmente previsto pelo MFA, veio trazer a este sentir do povo que o MFA converge com as aspirações populares e surge a aliança Povo-MFA».

Vasco Gonçalves, que fez a história do processo revolucionário e abordou em largos traços as suas vicissitudes, não deixou de referir-se ao Programa do MFA, «plataforma de compromisso, (que) não deixaria de ser alvo de leituras diversas ao sabor das diferentes correntes políticas». Enquanto que «para a burguesia liberal a mudança de regime não devia alterar a situação das classes detentoras do Poder; para alguns sectores da pequena e média burguesia, o Poder devia passar a ser exercido por uma aliança entre eles e a grande burguesia; para os sectores mais avançados da pequena e média burguesia, para as camadas esclarecidas e combativas da classe operária e dos trabalhadores, ou seja, socialistas de esquerda, comunistas,

católicos progressistas, havia que destruir o poder económico-político dos grupos monopolistas e do latifúndio, como condição fundamental para a instauração de uma autêntica democracia política, económica, social e cultural».

O movimento operário

«Na luta do povo português contra o regime fascista ao longo dos seus quase 50 anos de existência, o movimento operário foi sem dúvida a componente mais combativa e mais importante em toda a acção popular de massas», afirmou na sua breve intervenção o camarada José Vitoriano.

«A onda de repressão fascista», continuou, «que se seguiu ao 18 de Janeiro de 1934 e as prisões de dirigentes do Partido que se foram sucedendo até ao fim da década, entre elas a do seu então secretário-geral Bento Gonçalves, decapitou o movimento operário de muitos dos seus melhores quadros, e deixou-o muito debilitado durante este período».

«A partir da reorganização de 1940/41, o PCP passou a ter uma actividade regular, e numerosas lutas, pequenas e grandes, da classe operária, tiveram lugar ao longo do fascismo, entre elas muitas e importantes greves, na sua generalidade dirigidas pelo Partido».

«Foi muito importante no reforço da luta o aproveitamento dos sindicatos fascistas. Tendo já em 1945 conseguido uma importante vitória, com a conquista de cerca de 50 sindicatos em que os trabalhadores conseguiram eleger direcções da sua confiança, foi sobretudo a partir de 68/69 que se constituiu um grande movimento sindical, importante frente de luta contra o regime».

Anticolonialismo

«Tanto em todo o processo da luta contra o regime fascista e colonialista como no próprio processo revolucionário do 25 de Abril, coube um papel muito importante à luta anticolonialista», disse o camarada Aurélio Santos, na sua intervenção, referindo-se não apenas à luta anticolonialista do povo português como também «e muito mais, dos povos das colónias portuguesas», e salientando que «a fusão dessa luta com a luta do povo português pela democracia foi um dos factores e provas da natureza revolucionária do 25 de Abril e um elemento importante para a própria configuração que tomou o regime democrático português».

«A solidariedade com os povos coloniais», afirmou mais adiante, «foi uma constante no PCP. Logo numa primeira fase com a denúncia da exploração e opressão colonial. Mais tarde, designadamente com as novas condições criadas após a guerra, devido à alteração da correlação mundial de forças para a liquidação do colonialismo, pelo apoio concreto aos nascentes movimentos de libertação das colónias portuguesas e, após a eclosão da sua luta armada, pela acção do povo português contra a guerra colonial e pelo reconhecimento do seu direito à independência».

«Momentos importantes dessa contribuição», recordou Aurélio Santos, «foram, entre outros, a declaração do V Congresso do PCP sobre o direito dos povos das colónias portuguesas à independência, e a inclusão do reconhecimento desse direito como um dos 8 pontos do Programa do PCP para a Revolução Democrática e Nacional».



«Tudo faremos para que a intervenção do PCP em todo o processo revolucionário, também nas Forças Armadas, não seja deturpada por inimigos ou democratas distraídos», afirmou a dado passo da sua intervenção o camarada António Andrez que, à época do 25 de Abril, foi praça da Armada e membro da Assembleia do MFA. O camarada, que lembrou a intervenção dos praças da Armada no 25 de Abril, cumprindo uma longa tradição democrática e revolucionária, diria ainda sobre o MFA:

«Penso que é muito importante sublinhar que se intitulou muito justamente de "movimen-

to", com tudo o que significa e como muito bem ficou demonstrado pela actuação dos seus membros em todo o processo, mas também no seu posicionamento nos dias de hoje».

«Penso que a vida confirmou a justeza da caracterização feita pelo nosso Partido de que o MFA era um movimento politicamente muito heterogéneo, em que só um objectivo comum unia: o derrube do Governo de Marcelo Caetano e dos órgãos do Poder fascista e que, para este objectivo comum, duas correntes fundamentais tinham confluído: os que, identificando-se com os interesses de grupos capitalistas consideravam que a ditadura fascista deixara de assegurar com eficiência a defesa dos seus interesses e pretendiam por isso uma liberalização do regime e uma solução política para a guerra colonial, e a daqueles que incarnavam os interesses e aspirações democráticas e progressistas».

O PCP e as outras forças democráticas

Por sua vez, Carlos Brito, que interveio no início do colóquio, sobre o tema «O PCP e as outras forças democráticas», salientou que «a Revolução do 25 de Abril não foi só uma revolução, foi uma das mais profundas revoluções de toda a nossa história».

Mais à frente, referiu que, «ao contrário do que afirmam agora alguns que querem minimizar o papel da resistência popular antifascista, e em especial o papel do PCP, o 25 de Abril ocorreu numa crise revolucionária, bem caracterizada nos termos definidos por Lênine: «Quando os de cima já não podem governar, e os de baixo já não querem ser governados à maneira antiga». Na situação portuguesa de então, de um lado estava a agonia da ditadura fascistas, do outro a ousadia crescente das forças que se lhe opunham nas diversas frentes».

E exemplificou, concretizando: «De um lado, a guerra colonial sem saída militar, o isolamento externo e interno do regime, as divisões e as dissidências nas hotes fascistas, a deterioração da situação económica e financeira, as contradições, características e a ebulição nas forças armadas; do outro, um amplo e persistente surto grevista da classe operária, outras lutas dos trabalhadores, uma intensa acção sindical, uma importante actividade democrática, traduzida em importantes acções como o 3.º Congresso de Aveiro, que aprovou o reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias, e a campanha política de massas por ocasião das últimas «eleições» fascistas, importantes lutas estudantis e da juventude e da própria intelectualidade».

Seguidamente, falando da acção do PCP em relação à unidade democrática depois do 25 de Abril, salientou que «este teve sempre por objectivo as quatro vertentes fundamentais da democracia: a democracia política, económica, social e cultural».

Já no final do colóquio, e respondendo a questões colocadas, Carlos Brito afirmou que, para o PCP, «a Revolução de Abril, por acção do movimento operário e popular em aliança com o MFA, alcançou muitos dos principais objectivos da Revolução Democrática e Nacional, e isso levava-a a ter elementos que a aproximaram do socialismo». Continuando, salientou: «Esta revolução foi brutalmente interrompida pelo processo contra-revolucionário que tem procurado destruir as suas conquistas. Os valores e as grandes referências de Abril permanecem, no entanto, no imaginário do nosso povo, e devem permanecer como objectivos a serem retomados e concretizados pelas forças revolucionárias para bem dos portugueses e de Portugal».

Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino debateu NOVO RUMO PARA A EDUCAÇÃO

Realizado no passado fim-de-semana em Lisboa, o Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino, que contou com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e de Edgar Correia, membro da Comissão Política, reflectiu sobre a crise da escola, a crise do sistema educativo e a sua relação com a degradação da situação económica e social do país, que suscita preocupações generalizadas na sociedade portuguesa, apresentou propostas necessárias para inverter a situação existente e decidiu lançar o apelo para a continuação e a generalização de um debate envolvendo todos os que se interessam pela educação e ensino, que sustente a apresentação ao País de uma detalhada proposta de nova política, de um novo rumo para a educação.



Funcionando em sessões plenárias e por secções, o Encontro iniciou-se com a presidência de Sousa Lopes, na sessão de abertura, e com uma intervenção de Edgar Correia. Na mesa, Ana Páscoa, António Filipe, Carlos Soares, Diamantino Dias, Jorge Rebeca, Jorge Sarabando, Lília Santos, Maria do Céu Figueiredo, Mário David Soares, Nuno Fonseca, Rogério Fernandes e Valdemar Santos. No sábado, funcionaram, além das sessões plenárias, mais três secções, com viva participação, que se debruçaram sobre vários problemas mais específicos da Educação e do Ensino.

Ana Rita presidiu à sessão de encerramento, no domingo. Na mesa, além de Carlos Carvalhas, Edgar Correia e Ana Páscoa, tomaram lugar os camaradas Edgar Costa, Elvira Nereu, Luís Pargana, Lurdes Silva, Manuela Esteves, Maria Manuela Silva, Paulo Sucena, Rui Namorado Rosa, Ruth Rodrigues e Zenaide Cirne. No final, tomou a palavra Carlos Carvalhas, com uma intervenção política de que apresentamos nestas páginas largos extractos.

O Encontro decidiu ainda tornar pública uma primeira nota, apresentada como Manifesto pela camarada Lurdes Silva que, sem

preocupações conclusivas, explicita algumas das questões presentes no debate iniciado e que se pretende agora continuar, aprofundar e generalizar. É o seguinte o texto do manifesto apresentado:

Uma crise agravada

A crise da escola, a crise do sistema educativo afigura-se, em primeiro lugar, como estrutural, porque se tem vindo a revelar como uma permanência e porque reside e se explica na deficiente quantidade e qualidade dos edifícios, dos equipamentos, da organização, da escolarização, das aprendizagens e formações.

Mas afigura-se igualmente como uma crise de valor e de confiança, porque jovens, pais e professores não olham mais para o ensino como uma actividade de prestígio, nem para a escola como uma instituição em que se deva ter confiança e que ofereça um bem socialmente valorizado.

A crise tem a sua causa fundamental nas políticas educativas que se têm sucedido e que se traduzem na insuficiência de verbas atribuídas à educação, na crescente governamentalização do sistema, na ausência, insuficiência ou deficiência da formação de professores, na não disponibilização dos técnicos e dos apoios científicos, pedagógicos, socioeducativos e administrativos necessários, no erro de orientações e medidas.

Das manifestações referidas salientam-se aquelas cujas consequências têm uma incidência mais directa e imediata na formação dos jovens. Continua a verificar-se um baixo índice de escolarização, designadamente na educação pré-escolar, educação e ensino especial, secundário e superior.

Existem crianças com necessidades educativas especiais que exigem meios humanos, técnicos e financeiros particulares para que lhes possa ser assegurada uma real igualdade de oportunidades.

O insucesso escolar continua a atingir um quarto dos alunos do ensino básico e secundário sendo, em muitos casos, crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

O nível das formações, das aprendizagens e do rendimento dos alunos decresce progressiva e acentuadamente.

Sendo determinantes no insucesso escolar os factores socioeconómicos, não devem ser negligenciados também os factores intrínsecos à instituição escolar e ao funcionamento da escola: uma organização excessivamente rígida da escola; currículos demasiado uniformes, sobrecarregados e desarticulados; desvalorização da importância de saberes básicos a troco da quantidade de saberes; cargas horárias excessivas; critérios discriminatórios na constituição das turmas. Também factores de natureza cultural dominantes na sociedade se repercutem negativamente na escola; o imediatismo, o consumismo e a violência, geram o conformismo e um espírito acríptico que é um obstáculo ao gosto pela reflexão, pelo trabalho, pelo esforço, pelo estudo, pela disciplina, indispensáveis à apropriação dos saberes, dos saberes-fazer e à realização intelectual.

O alastramento de atitudes de desânimo gera a passividade nos professores.

A situação profissional dos professores é marcada por uma constante desvalorização do seu estatuto sócioeconómico-profissional.

O recurso a pessoal docente sem qualificação académica, a atribuição por via administrativa de qualificações e graus académicos, a qualidade manifestamente baixa, em muitos casos, da formação profissional, geram uma situação indesejada pela grande maioria dos professores.

Todos estes elementos são de molde a suscitar a dúvida, a começar pelos docentes, sobre a qualidade do ensino que é possível ministrar nas nossas escolas, provocando a quebra de prestígio da escola, o abaixamento de expectativas e a falta de confiança com que hoje se confrontam não só os profissionais da educação, como os pais, os jovens e as populações em geral.

A desilusão e a frustração com os caminhos por onde a reforma educativa tem sido conduzida; as deficiências permanentes dos meios orçamentais postos ao serviço da educação; o privilégio claro dado ao ensino privado com fins lucrativos, em oposição ao tratamento de segunda dado ao ensino público, são alguns dos aspectos que contrariam em toda a linha aquilo que os portugueses esperavam de quem afirmou que a educação era a "prioridade das prioridades".

A orientação de privilégio relativo dado ao ensino privado sobre o público, com a conseqüente desvalorização e desqualificação das condições de aprendizagem e de formação proporcionadas neste último sector, tem sido um dos objectivos fundamentais da política de direita.

Alargar o acesso aumentar o sucesso

Contra as sucessivas políticas de direita que o PSD há 14 anos vem tentando aplicar, impõe-se situar com clareza o que deve e pode ser o novo rumo para a educação.

Os jovens portugueses e o país precisam que a educação seja, de facto e não apenas no discurso propagandístico, tomada como uma das grandes prioridades para o desenvolvimento dos indivíduos, da sociedade e do Estado português.

Impõe-se lutar para que a escola pública tenha do Estado a consideração que lhe compete, elevando a qualidade da educação que aí se proporciona, e criando efectivas condições de acesso a todos os cidadãos; estabelecendo as medidas que facilitem a compensação das desiguais condições sociais.

Tal continua a passar em Portugal por medidas de apoio social escolar eficazes, pela efectiva gratuidade da escolaridade obrigatória, pela progressiva gratuidade da frequência da educação pré-escolar e dos níveis de ensino pós-obrigatórios, pelo desenvolvimento adequado da rede escolar e pré-escolar.

Impõe-se igualmente lutar pela melhoria das condições e dos resultados da aprendizagem dos jovens, por um efectivo sucesso escolar.

Para este efeito é necessário, designadamente:

a) Ao nível da política curricular

– rever e adequar os currículos de – criar sistemas de avaliação coerentes com os currículos e com a promoção do sucesso escolar;

– restringir a intervenção do poder central ao traçado dos grandes normativos e concepções e à avaliação do sistema, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, e mediante discussão com as organizações sindicais dos professores;

b) Ao nível da organização, funcionamento e gestão das escolas

– rever e modificar profundamente a escola, a sua organização interna, criar ou promover as condições para a autonomia efectiva das escolas e dos professores, com respeito pelos direitos profissionais adquiridos; investir não só nos recursos materiais mas também nos meios humanos, mediante uma formação contínua adequada;

– abrir uma ampla discussão em torno do Decreto-Lei da Autonomia das Escolas, de forma a que a sua aplicação não se traduza em formação mais desigual e na acentuação de assimetrias culturais;

– prosseguir a gestão democrática das escolas, desenvolvendo e melhorando o modelo que vigora desde 1976 nos ensinos básico

e secundário recuperando e reestruturando o modelo de gestão democrática de 1974 para o ciclo, assente nos princípios da participação de todos os que trabalham e estudam na escola, da elegibilidade e da colegialidade dos órgãos;

- procurar que cada escola assuma a iniciativa sobre actividades de apoio e complemento educativo e extracurriculares e reivindique as condições necessárias para isso;

- promover a participação dos pais e encarregados de educação no diálogo família-escola, bem como das autarquias locais, visando o sucesso educativo e a dinamização cultural;

- revogar o Dec. 172/91, que instituiu o novo modelo de gestão escolar marcadamente centralizador e promotor de novas formas de autoritarismo, que se afastam do espírito e da letra da Lei de Bases do Sistema Educativo não só no que toca aos objectivos mas no que diz respeito ao próprio processo de regulamentação;

- reduzir o número de alunos por turma, cumprindo o que está legislado sobre integração de alunos deficientes e, em certos casos, reduzir o número de alunos por escola e por professor, em conformidade com as condições prevalentes em cada região ou zona escolares e levando em conta critérios de rendibilidade social;

c) Ao nível das condições de exercício da profissão

- valorizar o estatuto profissional dos professores, assegurando uma formação inicial e contínua verdadeiramente científica, criando incentivos que lhes permitam assumir-se como profissionais empenhados mediante, nomeadamente, a revisão do seu estatuto remuneratório, da estrutura da carreira, excluindo princípios elitistas da profissão, da criação de incentivos ao exercício da profissão e através, também, de uma efectiva estabilidade profissional;

d) Ao nível do financiamento

- dotar o sistema educativo de financiamento suficiente e com carácter regular, porque só com um conhecimento, a médio prazo, dos meios financeiros disponíveis é possível às instituições escolares programarem o seu desenvolvimento e, em seguida, concretizarem-no;

- regulamentar em coordenação com as autarquias a Lei de Delimitação de Competências de molde a que às actuais ou novas competências do Poder Local correspondam os meios financeiros necessários ao seu cumprimento.

A inserção das escolas nas vilas, aldeias e bairros deve aprofundar-se e traduzir-se na busca, em cooperação, dos melhores caminhos para que as crianças e jovens acedam à escola e realizem aprendizagens bem sucedidas.

Escola Pública

- causa de todo o povo

Mobilizando desde sempre os espíritos mais esclarecidos e incorporando o impulso das forças históricas transformadoras, a educação, enquanto direito democrático e sua concretização efectiva, constituem a história de uma grande causa que acompanha e marca o caminho da evolução da sociedade portuguesa.

Faz todo o sentido continuar hoje essa causa. É nessa perspectiva que é assumida a necessidade de concretizar a igualdade perante o direito à educação, de assegurar um ensino da mais alta qualidade para todos os portugueses, e de construir uma educação e um ensino que respondam às exigências complexas do novo século que desponta já no horizonte.

É neste contexto que se impõe situar a questão da reforma educativa e da postura perante um processo que, anunciada na Lei de Bases do Sistema Educativo, acabou afinal por defraudar profundamente as expectativas criadas.

A intervenção no espaço educativo de poderosos movimentos unitários, de natureza profissional e social (de professores, de estudantes, de pais e encarregados de educação), a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino básico e secundário e o exercício da autonomia universitária, a intervenção das autarquias tem assumido, ao longo dos anos, um papel fundamental para a transformação, num sentido democrático, da educação e do sistema educativo, que importa reforçar.

A luta pela transformação da escola e do sistema educativo ocupa uma posição central no quadro da luta ideológica. Sem menosprezo pela dimensão técnica e científica dos problemas, o reconhecimento das determinações ideológicas nas políticas educacionais, na própria organização dos sistemas e aparelhos escolares, nos conteúdos e nos próprios valores e opções pedagógicas constitui matéria de importante reflexão e intervenção.

É insubstituível o papel do ensino público para contrariar a perpetuação e até o agravamento das desigualdades classistas de acesso e sucesso escolar e para assegurar a isenção ideológica e garantir a fundamentação científica e o espírito crítico dos processos educativos.

A luta pela valorização da escola pública constitui um referente fundamental de uma intervenção progressista no domínio da política educativa.

A par da crítica da actual política educativa importa continuar a desenvolver a resistência social e política a uma acção governativa que impede a adequação do sistema educativo às legítimas expectativas e interesses dos jovens e às necessidades do desenvolvimento nacional. ■



Intervenção de Carlos Carvalhas

Novo rumo para a educação e também nova política global que sirva o povo e o País

A desvalorização do ensino público

Neste Encontro considerou-se que a crise do sistema educativo é em primeiro lugar estrutural, mas igualmente de valores e de confiança porque com as políticas de desvalorização da escola pública e a governamentalização de todo o sistema, quer as populações quer os profissionais não olham mais o ensino como uma actividade de prestígio, nem a escola em geral, como uma instituição em que se deve ter confiança e que ofereça um bem socialmente valorizado: a humanização da vida.

Crise do sistema logo crise da Escola. Por isso este Encontro centrou a análise nas questões da política educativa sem deixar de abordar as outras dimensões dos problemas da educação.

A preocupação, neste espaço de debate foi o de questionar e de contribuir com propostas e medidas que com aprofundamento sustentem, a partir de uma visão integrada da situação, uma nova política global de orientação democrática para o sector.

A poucos anos do terceiro milénio e quando o Primeiro-Ministro nas suas intervenções de marketing político para procurar desviar as atenções da situação actual, fala em agarrarmos o "pelotão da frente", ainda ontem o fez nas Jornadas Parlamentares do PSD, a realidade o que nos mostra é que também nesta área são cerca de metade os jovens portugueses, **que na respectiva faixa etária, não cumprem a escolaridade de 9 anos, havendo inclusive os que não chegam sequer a realizar os 6 anos de escolaridade!**

E isto sem deixar de ter em conta o trabalho infantil e que o insucesso escolar continua a atingir 1/4 dos alunos do ensino básico e secundário. Um insucesso massivo, precoce e selectivo que para além dos factores de natureza cultural (uma sociedade ela mesma fortemente deseducativa) tem como causas determinantes os factores sociais e económicos.

E não é só pela via administrativa que se resolve o insucesso escolar e o abandono escolar.

As orientações de direita desvirtuando na prática a Lei de Bases do Sistema Educativo mostraram a sua completa falência.

A desvalorização e desqualificação do ensino público tem graves consequências para o País e para a população em geral. A acentuação do elitismo é uma realidade. Como se afirma no «documento preparatório», a criação de condições de igualdade real de oportunidades de acesso a todos os portugueses à educação continua a ser uma causa de profundo significado.

No entanto a política seguida vai no sentido da acentuação das

desigualdades sociais, e do aumento das dificuldades para uma boa parte da juventude quer em relação ao ensino superior, quer em relação às saídas profissionais.

Ao monstro do desemprego a juventude portuguesa paga um pesado tributo. Paga-o em relação ao desemprego, ao emprego precário, à falta de habitação e à crescente desresponsabilização do Estado na saúde e no ensino.

Por isso face às mutações, às desordens e aos conflitos, às consequências da lógica do capitalismo e do fundamentalismo do mercado à procura do máximo lucro, produzindo cada vez mais desemprego, degradação da qualidade de vida e reduções nos sistemas de protecção social, e promovendo a ideologia do "salve-se quem puder", do individualismo e do egoísmo desenfreados, será de espantar a instabilidade social, o aumento da criminalidade, o desinteresse pela acção cívica e cultural e que tantos cidadãos se voltem para os paraísos artificiais da droga, do irracionalismo e da alienação?

Não será tudo isto o principal produto da tal «democracia de sucesso» do PSD, da hipocrisia de uma política cada vez mais clientelar e corrupta?

E então neste "quadro" como avançar na política do ensino, como fazer frente a esta corrente em que se pretende cultivar o fatalismo, o conformismo e dissimular a exploração, a opressão e a alienação?

Esta foi também uma grande preocupação deste Encontro, na procura de pistas e soluções, na reflexão conjunta e aberta sobre o discurso pedagógico, a autonomia, a queda demográfica, a emancipação do Homem, o abandono escolar, em síntese sobre um novo rumo para a educação e os seus grandes eixos e prioridades; a escola pública democrática e de qualidade; o acesso democrático à educação e ao ensino; o sucesso educativo e escolar dos jovens, o sucesso do sistema; uma nova escola, com mais autonomia, com mais participação; um sistema educativo menos governamentalizado, dotado do financiamento suficiente e com carácter regular. **Um sistema educativo feito para o cidadão e para o seu desenvolvimento cívico, cultural e humanístico, questão particularmente importante, quando se assiste à promoção de ideias reaccionárias e ao preocupante ascenso do racismo e da xenofobia.**

Para nós a reforma educativa - é terreno de luta e de construção-, de luta contra a falta de condições e improvisado com que se tem revestido a sua experimentação, e incumprimento dos objectivos fixados pela Lei de Bases e de construção, erguendo as linhas de uma política alternativa de natureza democrática. ➔

INTERVENÇÃO DE CARLOS CARVALHAS

Estas são questões básicas face às encruzilhadas e aos perigos com que o nosso país está confrontado. (...)

Pela escola, pelo emprego

Este Encontro Nacional sobre Educação e Ensino tem lugar num quadro de crise económica e social em que o desemprego já ultrapassa oficialmente os 400 mil cidadãos. Mais de 30 000 trabalhadores inscreveram-se só no mês de Fevereiro, nos Centros de Emprego, representando um agravamento de mais de 14% em relação ao mês homólogo de 1993.

Este quadro, contrariamente ao que afirma o Primeiro-Ministro, tende a agravar-se substancialmente em consequência da política de concentração de riqueza e da promoção das actividades especulativas e parasitárias.

Temos afirmado e reafirmamos que a educação é uma questão estratégica e que os gastos com a educação não podem ser considerados como despesas improdutivas. O investimento na educação é da máxima importância para a melhoria do nível e qualidade de vida dos cidadãos, para o impulso ao desenvolvimento, à imobilidade social, para uma nova sociedade, com igualdade de oportunidades, na perspectiva da cidadania. O Homem total.

Mas a educação, a escola, o sistema educativo, a política educativa só por si não resolvem o problema do desenvolvimento, nem a reprodução classista da sociedade.

Continuaremos numa posição subalterna e atrasada se prosseguirmos com as políticas de Maastricht, se continuarmos a favorecer através das privatizações a entrega de alavancas fundamentais da economia portuguesa ao estrangeiro, se se continuar com uma política de liquidação de importantes sectores do aparelho produtivo, a servir de moeda de troca aos fundos estruturais comunitários, se se continuar a concentrar a riqueza.

Como se afirma também no texto preparatório para o debate já foram «volvidos os tempos da crença nos poderes quase milagrosos de, pela instrução, as luzes tomarem os lugares das trevas, de a liberdade tomar o lugar da opressão, de a igualdade tomar o lugar da injustiça social, de a fraternidade tomar o lugar da exploração», o que não significa de maneira nenhuma, que esteja posta de parte a importância da educação, da ciência, do saber como capital de inestimável valor na emancipação do homem e na construção de sociedades mais justas, mais solidárias e mais humanas.

Por isso afirmamos que para que se verifique uma política de desenvolvimento, de **progresso social e de aprofundamento democrático é necessário não só um novo rumo para a educação, mas também, uma nova política global que sirva o povo e o País.** Não uma política de marketing político, em que as promessas e as palavras não correspondem à prática como o fazem o PSD no governo e o PS na oposição, mas uma política de efectiva promoção do desenvolvimento, de combate ao desemprego, de justiça social. Num momento de grandes dificuldades para os trabalhadores e para o povo, em que o Governo revela não só ser incapaz de enfrentar a crise económica, como com a sua prática a acentua, a luta por uma nova política está cada vez mais na ordem do dia. O País precisa de mudança!

As eleições para o Parlamento Europeu são uma boa oportunidade para o povo português dizer não à política do PSD.

Uma importante representação do PCP e da CDU no Parlamento Europeu será a maior garantia de uma intervenção combativa, empenhada e coerente em defesa do interesse nacional, dos trabalhadores e por uma Europa de paz e cooperação e de Estados iguais e soberanos.

Mas um bom resultado do PCP e da CDU é também da máxima importância para o processo que visa a interrupção desta política e a construção de uma verdadeira alternativa democrática. Reforçar o PCP e a CDU é dar mais força às aspirações populares, mais peso ao seu próprio combate, mais credibilidade a um futuro de progresso.

Hoje são cada vez mais os factos e os testemunhos que mostram que tínhamos razão quando em Portugal e em Bruxelas denunciámos que se estava a construir uma Europa cada vez mais afastada dos cidadãos, quando denunciámos e contestámos a fantasia da criação de empregos e das taxas de crescimento económico dos relatórios, então amplamente divulgados e propagandeados, sobre as vantagens do Mercado Único e os «custos da não Europa».

Na época, o PSD e o PS repetiram e ampliaram estes argumentos, e em numerosas sessões públicas funcionaram como eco da Comissão e da burocracia de Bruxelas. Era a altura em que com os aplausos do PSD e do PS, o sr. Jacques Delors dizia impante, em detrimento das legislações nacionais: «em 10 anos, 80% da legislação económica, talvez mesmo fiscal e social, será de origem comunitária!»

Agora estes partidos meteram o federalismo na gaveta e é vê-los a ver quem mais jura, em tempos de antena ou em declarações solenes, **pela defesa dos interesses nacionais e de Portugal!**

Com efeito, o que desde já se anuncia para a pré-campanha

das eleições para o Parlamento Europeu como vimos ontem nas Jornadas Parlamentares do PSD e na Convenção do PS, é um verdadeiro festival de ilusionismo e de autodesresponsabilização por parte do PSD, do PS e também do CDS!

Aí temos já o PSD a dizer-se defensor de uma «Europa das Pátrias» quando é certo que toda a sua orientação tem sido sacrificar os interesses da nação e da Pátria portuguesa no altar da obediência a Maastricht, aos ditames do grande capital e dos países mais desenvolvidos. E, pelos vistos, também vamos ter o PSD a encher apressadamente a boca com «valores» de «solidariedade» e «fraternidade» quando os seus «valores» mais constantes têm sido a imposição da «lei da selva» nas relações sociais e o total deslumbramento com a força do dinheiro e com o poder atractivo do arrivismo e do clientelismo.

Aí temos já o PS a dizer que quer uma Europa que combata o desemprego quando o PS e os outros partidos socialistas europeus foram e têm sido cúmplices activos de todas as orientações de política comunitária que tem conduzido ao agravamento desse e de outros gravíssimos problemas sociais; aí temos já o PS a dizer que é por uma «Europa dos povos» e que quer «dar voz aos portugueses na Europa» quando, aliado ao PSD na rejeição do referendo sobre Maastricht, nem sequer deixou que os portugueses pudessem ter voz em Portugal sobre a Europa.

Aí temos também o CDS a querer capitalizar descontentamentos gerados com a crise económica e social que em parte essencial são o resultado directo de orientações de política económica e social que o CDS não só tem apoiado como, se pudesse, agravaria ainda mais.

Seria interessante comparar agora as anteriores afirmações dos dirigentes do PSD e do PS com as suas afirmações eleitoralistas de hoje e com os factos, com o desemprego massivo ou com o recente relatório da «Mesa-Redonda» dos grandes empresários europeus, assinado pelo presidente da Nestlé em que este afirma sem rodeios que no Outono de 1990 a «Comissão fez um novo esforço para suscitar o optimismo a fim de favorecer a integração» para depois acrescentar que a «propaganda por uma boa causa» é compreensível mas quando se afasta muito da realidade acaba por gerar a «frustração e desconfiança em vez de dar aos europeus confiança no seu futuro».

Quer dizer que, o que estava no centro dos relatórios Ceccini e Delors era a propaganda do Mercado Único e do caminho para a União Europeia, com o isco do social e da criação de empregos.

Também no nosso país assistimos hoje a um enormíssimo esforço de mistificação, com grandes meios, no sentido de procurar dar a ideia que o pior já passou, que já se vêem sinais de recuperação, que a economia já vai crescer este ano, «que estamos no bom caminho».

É com esta orientação que se devem compreender quer a recente entrevista do Primeiro-Ministro à agência Reuter, quer a apresentação do actual Ministro das Finanças como opositor às políticas dos seus antecessores, como o homem da economia real...

É por outros meios e por outras palavras a continuação da política do «oásis». É a venda de ilusões, a criação de falsas expectativas, completada com a propaganda dos fundos estruturais.

Já no ano passado o Governo dizia que iríamos crescer entre 1 a 1,5% e hoje sabe-se que a economia deverá ter decrescido cerca de 2%. Agora depois desta queda promete-se um novo crescimento que não tem qualquer significado, partindo de uma base mais baixa.

Crescimento que a verificar-se com tal taxa não só mantém o nosso atraso relativo, como está longe de vir a absorver o desemprego, vai criar mais desemprego e mais dificuldades.

A responsabilidade da política global e da política económica e social cabe por inteiro ao Primeiro-Ministro. E a política mantém-se no essencial. É uma pura farsa apresentar o actual Ministro das Finanças como em oposição às políticas de Braga de Macedo e de Beza. As políticas não eram destes ministros, mas sim da responsabilidade do Primeiro-Ministro. Ou será que se quer dizer que Catroga está em oposição a Cavaco Silva?

Não está. Assim como Paulo Mendo não está em oposição, no essencial, com o anterior ministro, nem a actual Ministra da Educação em relação ao anterior. Os estilos serão diferentes. O conteúdo e a essência mantêm-se. O objectivo é sempre o mesmo. Procurar dar a sensação de que está a haver mudança, que agora isto vai e que o Primeiro-Ministro, coitado, nem sabe o que se passa...

Por isso para nós o que está em causa não é este ou aquele ministro, mas a política no seu conjunto, e o seu responsável máximo, o Primeiro-Ministro.

Uma política de mistificação e de clientelas

O Governo é hoje cada vez mais um verdadeiro comité de propaganda, de manipulação de opiniões, de operações psicológicas.



O ruído e a multiplicação dos actos públicos à volta do segundo Quadro Comunitário de Apoio, são um exemplo claro acerca da principal preocupação do Governo: a criação de expectativas e de falsas esperanças de modo a perpetuar o PSD no poder.

Mas o cenário optimista traçado pelo Governo só pode iludir os que não fazem um balanço sério e rigoroso dos resultados da aplicação dos vultuosos fundos durante os primeiros seis anos da integração.

Insistindo nas críticas que há muito vimos fazendo sobre a forma estritamente partidarizada e governamentalizada de elaboração do PDR, à margem de um largo debate nacional e sem a participação efectiva das instituições e organismos da vida do País, e em particular da Assembleia da República e Autarquias Locais, temos sublinhado a profunda desadequação entre as reais prioridades definidas no PDR, concretizadas em diversos níveis de investimento e as necessidades do País.

É minimizada a orientação do investimento para os sectores produtivos e as áreas sociais, bem como a criação de emprego estável.

A aposta que o Governo anunciou fazer nos recursos humanos e na investigação, áreas estratégicas para o futuro colectivo dos portugueses, é desmentida pelos próprios números: do primeiro para o segundo QCA, as verbas afectadas à educação, à ciência e tecnologia e à formação profissional e emprego, desceram de 21,3% para 13,9%.

Apesar da quase duplicação de verbas, o segundo QCA, para 1994-99, apenas se propõe criar um número de empregos pouco superior ao anterior e correspondente a menos de 1/3 dos novos desempregados gerados pela política do PSD só nos últimos doze meses.

Um pleno e eficaz aproveitamento do esforço de investimento previsto no QCA é incompatível com a política de destruição do aparelho produtivo que o PSD tem prosseguido e exige o abandono das políticas e dos critérios inscritos no Tratado de Maastricht, e a alteração radical de políticas comunitárias, como a Política Agrícola Comum e a Política Comum das Pescas.

É incompatível com o posicionamento subserviente de quem considera «que estamos a usar marcos, florins» e que por esse motivo (tal como um pobre perante a esmola) devemos aceitar que o «benfeitor» possa controlar e fiscalizar a sua aplicação, isto é, condicioná-la às estratégias do capital transnacional e dos grandes países da União Europeia.

A culminar tudo isto, o PSD opta por uma gestão clientelar e partidarizada dos fundos comunitários com a administração e acompanhamento do QCA completamente governamentalizada, à excepção de uma limitada participação das autarquias locais nos Programas Operacionais, correspondente somente a 12% do total do investimento previsto.

O PSD desbarata o potencial de investimento disponibilizado no QCA optando por uma estratégia ao serviço dos grandes interesses económicos e, em particular, das transnacionais, acentuando e agravando as assimetrias regionais e não promovendo um investimento produtivo que altere o perfil de especialização da economia portuguesa, que gere emprego estável e garanta melhores condições de vida para os portugueses.

Não é com a actual política, nem com tal PDR, nem através das privatizações de empresas básicas e estratégicas e com a política de concentração da riqueza que se dá resposta aos problemas do povo e do país.

Não se desenvolve a economia pondo à margem do saber milhares e milhares de cidadãos. A formação, os salários justos e empregos não constituem custos, mas meios para se relançar a economia pelo trabalho e para a colocação da produção graças ao aumento do consumo popular. Para nós o progresso social não é um travão, mas o motor é simultaneamente o objectivo principal da economia numa sociedade feita para e pelo Homem. A política do PSD alimenta as causas da crise e do desemprego, multiplica as desigualdades e as exclusões desestabilizando milhares de assalariados, de jovens e de mulheres. Prosseguimos pois a luta com serenidade e determinação, tendo em conta que a luta de massas é fundamental, para limitarmos e derrotarmos esta política, no ensino e em todas as áreas.

Somos homens e mulheres de convicções, abertos à vida e ao mundo, que não andamos a toque de modas, que fazemos dos princípios da coerência e do cumprimento das nossas propostas, a pedra de toque da nossa acção e intervenção. (...)

UM VECTOR CULTURAL

nos desafios da construção europeia (*)

■ José Barata-Moura

Não é de estranhar

- que a cultura se veja remetida para a esfera da decoração ornamental,
- que a educação seja equacionada na dimensão preponderante da qualificação de mão-de-obra,
- que a investigação e a ciência sejam crescentemente empurradas para as paragens promíscuas do negócio.

1.

Constar que a Europa atravessa uma profunda crise só não releva do mais lapalisseano truismo

- porque os seus efeitos determinam agravadas situações sociais de carência e de retrocesso;

- porque, no plano nacional, o Governo do PSD prossegue uma obediente, mas irresponsável, cruzada de destruição do tecido produtivo, minando as bases de uma ulterior recuperação;

- porque o lamentoso consolo desta verificação não pode obnubilizar nem divertir da urgência de encontrar e de pôr em prática orientações que combatam e façam inflectir as tendências que se acusam.

Não agitados a crise como um espectro; não nos felicitamos pelo seu aprofundamento.

As crises, na sua estrutura e na sua conjuntura, têm causas que é possível conhecer e que é mister debelar.

O projecto político do PCP, e da CDU, inscreve-se neste terreno como um instrumento de transformação que, mobilizando a inteligência, a vontade e o agir dos povos, permita encaminhar as realidades para um devir, integrado e sustentado, de melhoria das condições de vida e de trabalho, de democracia e de participação cidadã, de crescimento dos humanos em humanidade.

2.

A nível mundial, e com particular incidência no espaço europeu, a crise de hoje serve de pretexto e de encapamento para uma ofensiva em larga escala do grande capital transnacional e dos seus agentes governativos - sem paralelo nos últimos decénios - contra os direitos dos trabalhadores, contra a responsabilidade pública por importantes sectores sociais, contra um enriquecimento quantitativo e qualitativo da socialidade.

Não é o fim da história que vivemos, mas uma séria e concertada tentativa de a fazer regredir.

A palavra de ordem é fazer regressar a exploração para níveis próximos dos característicos da era de maior "sucesso" do capitalismo liberal oitocentista.

Nos altares de uma "competitividade" endeusada imolam-se salários e empregos.

A "solidariedade", nos termos hipócritas e confusionalistas em que é articulada, adquire ressonâncias de basfêmia ao pretender justificar extorsões acrescidas sobre o trabalho.

A "deslocalização" apregoada, e em escala crescente praticada, configura transferências da produção para regiões onde o salário é diminuto e fica até mesmo na dependência do arbítrio do empregador, que aspira ainda a ver-se tratado como benemérito.

"Desregulamentação", "liberalização", "desprotecção" são brandidas como feitiços para uma exacção sem freio de lucros e de mais lucros.

Repito: não é o fim do mundo; é o estugar do passo para um mundo que não queremos, que não nos interessa, que não é fatal que tenha de acontecer.

3.

No quadro europeu comunitário, o *maastrichtismo* estrito virou estreito, trocou os acordos triunfantes por uma postura mais discreta, reservada. Está a perder o fôlego missionário e a acumular a manha de, uma vez obtidos novos mandatos, retomar, então, com os movimentos mais desembaraçados, a sua vocação proselitista.

A dogmática *maastrichtista*, e a pragmática que lhe corresponde, é um fato dentro do qual a realidade não cabe. Não porque tenha subitamente engordado, mas porque ele foi concebido e costurado para um corpo acarneirado e dúctil que não é o corpo da Europa - e ainda menos o seu espírito.

Com o SME em banho-maria e o banco europeu sorratamente a aboborar, com a coesão económica e social ocasionalmente na boca mas sempre a bom recato no tinteiro, toca de avançar "por cima" com acelerações da "unificação política", do "controlo poli-

cial" e do pigarrear militarista, da reforma das instituições e dos processos de decisão - todas elas, numa linha de aberto desrespeito pelas soberanias, de deliberado enviesamento da democracia e da participação, de precavido silenciamento do sentir dos povos e do exame de alternativas.

Neste contexto, não é de estranhar

- que a cultura se veja remetida para a esfera da decoração ornamental,

- que a educação seja equacionada na dimensão preponderante da qualificação de mão-de-obra,

- que a investigação e a ciência sejam crescentemente empurradas para as paragens promíscuas do negócio.

4.

Um aprofundamento - debatido e participado - da construção europeia obriga a um assumir, em plenitude, da cultura como vector estruturante de comunidade.

Há que transitar de um estado de menoridade, tolerada mas

- o fabrico e a propaganda, sobre-impostos, de uma pretensa "identidade europeia", pronta a usar, assente num receituário abstracto de "valores" (cuidadosamente elegidos e inquestionados) e numa massificada padronização dos gostos, que secundariza, inibe e dispensa todo o dialéctico e enriquecedor contributo do diálogo das diferenças, das tradições, das experiências e anseios dos povos.

No que diz respeito à cultura, a estratégia a desenvolver não pode ser predominantemente defensiva.

É preciso, sem dúvida, *preservar*; mas é sobremaneira imperioso *promover*.

Preservar e promover *activamente*: com os criadores, com os mediadores, com os destinatários.

Preservar e promover a *memória*, a *fruição*, o *futuro*. Sim, porque não se preserva o futuro quando se lhe cerceiam e restringem as possibilidades a concretizar.

Um conceito amplo de cultura e de *vivência cultural* socialmente partilhada e interveniente - no espaço europeu, desde logo - requer políticas que incentivem

- um melhor *conhecimento recíproco* das culturas;

- um *intercâmbio*, efectivo e fecundo, dos autores, das obras, dos públicos;



adjacente, a um estatuto de maioridade civil em que a cultura veja reconhecida, e faça reconhecer, a sua condição e os seus contributos de *ingrediente formador de comunidade*.

Sem cultura - como sem coesão económica e social - não há Europa que sustente uma edificação comunitária, sólida e voltada para o futuro.

Importa, por isso, prevenir e contrariar alguns perigos e tendências que se encontram já em curso de desenvolvimento.

Enumero alguns:

- o acantonamento das iniciativas culturais em pequena jardinagem de projectos e programas que, proporcionando uma impressão de movimento e tendo até em si mesmos justificação, não possuem todavia concatenação estratégica, e derrapam com ligeireza para a rapsódia incidental das curiosidades marginais;

- a propendida "mercadorização" da cultura, em que todas as opções, manifestações e produtos aparecem funcionalizados aos ditames de mais um ramo (novo e com potencialidades) de negócio;

- a tentativa (ou a tentação) de "homogeneização" dos produtos e dos consumos, com as correlativas decorrências de uma "formatação" ou domesticação das mentalidades (economicamente rentável e politicamente compensadora, para os dominantes);

- uma *acessibilidade* dos meios e produtos, e um fomento da *apetência cultural*, que enraizem e potenciem o vector cultural da existência.

Em suma, é preciso criar condições para que a cultura desempenhe real e concretamente o seu papel crítico de agente de um viver mais qualificado (não apenas para as elites, mas para círculos alargados de cidadãos), de pilar de uma democracia assente na participação esclarecida, de factor do progresso e do entendimento entre os povos, enriquecedor da descoberta e da transformação conjuntas do mundo e da vida.

Estes propósitos e este combate não são decerto apanágio exclusivo, ou monopólio intentado, dos comunistas. No entanto, são parte integrante e enformadora do seu programa e da sua luta.

É por tudo isto também que resulta indispensável um reforço da *voz comunista* no Parlamento Europeu - firme nos seus desígnios, lúcida nos seus comportamentos, empenhada sempre numa causa de humanidade para a reconfiguração da história.

(*) - Texto da intervenção proferida no Encontro Nacional da CDU sobre as eleições para o Parlamento Europeu

Um livro por quinzena XXI

■ Pedro Ramos de Almeida

1. O atlantismo foi para os portugueses, ao romper do séc. XV, o mapa das primeiras brachadas da histórica contribuição de uma pequena nacionalidade, então com menos de um milhão de habitantes, para o alargamento do mercado mundial.

Mas sob a monarquia absoluta, logo nos primeiros contactos, conquistas e descobrimentos africanos, a comunidade nacional deixar-se-á arrastar para situações contraditórias e negativas: alarga-se e aprofunda-se a subservência perante interesses estrangeiros; dispersam-se, envilecem-se e esgotam-se as energias populares em continuadas aventuras escravagistas de comércio de entreposto e saque colonial; adensa-se o peso do atraso, da corrupção e da miséria, ficando deserta no território português a política de desenvolvimento agrícola, comercial e industrial.

A escravaria e a acção de rapina fomentarão o enriquecimento desmedido e instável, de um punhado de nobres e aventureiros. Mas a acumula-



Atlantismo e cavaquismo



ção final de riquezas e mais-valias coloniais, essa far-se-á sobretudo em potências alheias, designadamente em mãos inglesas, para surto e proveito da revolução industrial britânica e para ruína da economia e do erário portugueses.

Já a partir do séc. XX, com a

ditadura monárquica de João Franco/D. Carlos I, ou com o rei Manuel II, com a I República liberal ou com a ditadura fascista e colonialista de Salazar e Caetano; e, actualmente, com o advento do poder não democrático de Aníbal Cavaco Silva (ACS)...

Sob a opressiva aliança inglesa, na primeira metade deste século; sob o domínio norte-americano, entre o início dos anos cinquenta e o 25 de Abril (disse claramente Salazar, em 10.VII.53, na sala que então era da Biblioteca da Assembleia Nacional: «De modo que, no momento presente e no futuro próximo, a colaboração com os EUA, sob a efectiva direcção destes, é, para não dizer a melhor, a única solução que se oferece para a magna dificuldade dos nossos dias...»); ou, já na actualidade, sob a conjugação da envolvente onnipresença norte-americana e da União Europeia – a unidade e a soberania portuguesas serão crescentemente afectadas.

Neste quadro, a perspectiva atlantista virá a sofrer uma crescente influência financeira e monopolista, numa integrada organização económica, política, bélica, civil e ideológica; uma estruturação que favorece novas formas de preponderância confederal e federal, e até o surto de serviços conjuntos burocráticos, armados e de segurança. Tudo isto num acelerado decaimento, Europa fora, da independência e soberania nacionais e populares, nomeadamente em comunidades menos poderosas, como a nossa.

2. O advento, em 1987, da primeira maioria absoluta do PSD e do seu exclusivo governamental e o reforço do poder pessoal de Aníbal Cavaco Silva confirmam e ampliam o projecto atlantista da direita portuguesa, agora empenhada na sua aplicação estável, acentuada e polivalente pela governação da República. Não é fruto do acaso que ACS vá repetidamente fazer invocar, no e pelo XI Governo Constitucional, «a vocação atlântica portuguesa» – na apresentação do Programa do Governo, p. 56; no Instituto de Defesa Nacional, p. 101; na Sessão de Primavera da Assembleia Atlântico Norte, p. 178; etc., etc., etc. in «Construir a Modernidade», XII.1989, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, que temos vindo a comentar. Que a Europa pode crescer, mas traz dentro de si o capital monopolista americano...

E o Atlântico que banha a costa portuguesa, dos Açores ao Continente, reflecte insistentemente o poder financeiro e militar, naval e aéreo dos EUA.

Esta «vocação atlântica» e pró-americana cavaquista manifesta-se das formas mais diversas. Destaquem-se apenas algumas das mais características:

– No «culto» preferencial do Pacto do Atlântico, assente em preconceitos

anticomunistas, antidemocráticos e divisionistas e contrariando o disposto no art.º 7.º da Lei fundamental do Estado português, que preconiza expressamente «a dissolução dos blocos político-militares»: «A participação activa de Portugal na OTAN é uma prioridade da nossa política externa e é entendida consensualmente como fundamental para todas as forças democráticas nacionais» (p. 198).

– Na relação imperialista e complementar estabelecida entre a adesão à NATO e a integração na CEE, como essencial à defesa da «independência nacional»(!): «A vocação atlântica complementa, por razões históricas, a nossa presença nas Comunidades Europeias. A activa participação nas estruturas política e militar da OTAN, que iremos prosseguir, é condição necessária para a afirmação da independência nacional e contributo valioso para a defesa dos valores ocidentais» (p. 56).

– Na adesão cautelosa e desconfiada à União Europeia Ocidental (UEO) com a sua redução a um simples «forum político» porque não era aconselhável, nem possível, uma «terceira via» entre os Estados Unidos e a URSS: «(...) a UEO, o foro político do pilar europeu da Aliança» (p. 294).

– Numa posição de «falcão» e germanófilo na questão do desarmamento: «(...) não é do interesse da aliança em geral e de qualquer dos aliados em particular, que se dêem novos passos para uma maior redução de meios nucleares americanos na Europa» (p. 176).

– Na inquietante concepção de «defesa» e, por acção do Estado, da civilização ocidental: «Também não haverá liberdade sem adequada defesa perante potenciais ameaças externas, tarefa eminentemente estatal. A Europa ocidental tem de ser suficientemente forte para proteger a civilização de liberdade que edificou» (p. 276).

– No regresso ao colonialismo por conta alheia, agora sob um projecto neocolonialista em prol da CE ou da UE, e servido pelos acordos de Lomé: «De país que assumia a vocação atlântica de costas praticamente voltadas para a Europa, tornou-se antes um espaço político de vocação dúplici: ao mesmo tempo que incrementa estreitas relações com outros países de língua oficial portuguesa, inicia um diálogo europeu com proporções inteiramente novas, mercê da sua integração na Europa das Comunidades» (p. 438).

E por aí fora...

O interessante é que, na história portuguesa, situações desta natureza tendam a repetir-se:

As classes dominantes aparentam assumir uma política e de facto praticam outra, conceptualmente contraditória...

Não será isto um claro sintoma da sua debilidade intrínseca?

A revolução democrática o dirá.



■ Miguel Urbano Rodrigues

Historiadores europeus começaram a utilizar a palavra *diktat* para qualificar iniciativas estratégicas que vieram dar forma à política externa da Administração Clinton. A presença norte-americana na Europa está a assumir os contornos de um intervencionismo de novo tipo.

Para se entender o significado da ingerência da NATO na Bósnia-Herzegovina não se pode isolar o ultimato de Fevereiro da ambiciosa estratégia de intervenção que visa, com a cumplicidade do Conselho de Segurança da ONU, fazer dos EUA o polícia do mundo.

No início de 1992, após uma inconfidência nevoenta, o *Washington Post* e o *New York Times* divulgaram o conteúdo de um relatório inquietante do Pentágono. O documento revelava pormenores e fases de um plano de Estado tendente a contrariar veleidades dos aliados europeus dos EUA (sobretudo a França e a Alemanha) orientadas para a criação de um sistema de segurança continental autónomo que, a longo prazo, pudesse pôr em causa a actual hegemonia absoluta dos EUA. O Pentágono definiu como objectivo prioritário uma estratégia que garantisse a supremacia militar perpétua dos EUA como nação vocacionada para a defesa da paz.

Não obstante o carácter polémico desse projecto, o assunto foi rapidamente esquecido. Nenhuma das quatro grandes cadeias de televisão lhe prestou atenção.

Transcorridos dois anos, em Janeiro p.p., a Cimeira da NATO, em Bruxelas, reafirmou o *leadership* norte-americano sob o disfarce da atribuição de novas responsabilidades aos aliados europeus da UEO.

Dois factos particularmente importantes ficaram a assinalar a Reunião:

1. O consenso para a intervenção iminente na Bósnia. Segundo a Declaração final, as potências da Aliança estavam «prontas para lançar ataques aéreos na zona de segurança de Sarajevo».

2. A proclamação pelo presidente Clinton, no quadro de um gigantesco *show* mediático, do chamado *partnership for peace*.

O ultimato da NATO foi, portanto, preparado com antecedência. O estranho bombardeamento do mercado de Sarajevo por forças «não identificadas» foi o pretexto invocado para accionar o mecanismo da intervenção ilegítima da NATO (ou seja, dos EUA). Mas a escolha desse pretexto foi irrelevante; qualquer outro teria servido...

Sabe-se hoje que, antes de findo o prazo fixado pelo ultimato, dois peritos responsáveis pelo inquérito oficial da ONU — um britânico e outro belga — assinaram e encaminharam o relatório que atribuiu a autoria da chacina de Sarajevo a disparos de morteiro vindos do sector muçulmano. A divulgação desse documento fundamental foi retardada. Butros Ghali, o presidente Clinton e o comandante supremo da NATO tiveram, porém, conhecimento imediato das conclusões do relatório. Apesar disso, a campanha de intimidação e desinformação prosseguiu. Os sérvios da Bósnia (e o governo de Belgrado) continuaram a ser o alvo concreto do ultimato; dos muçulmanos e dos croatas da Bósnia quase se não falava.

Posteriormente, atendidas as exigências da NATO, aviões de combate americanos, em circunstâncias mal esclarecidas, abateram quatro aparelhos que, segundo Washington, haviam violado a zona aérea de exclusão. A NATO quis que o seu ultimato tivesse um epílogo ribombante, com cheiro (falso) de combate: a primeira acção militar desde a fundação da organização...

O papel da Rússia

A Rússia, contrariamente ao que a imprensa portuguesa sugeriu, não recuperou prestígio. Desempenhou na crise um papel subalterno e desprestigiante.

Consciente da solidariedade do povo russo com o povo sérvio, Ieltsin optou por um jogo ambíguo. Moscovo, que não foi consultada sobre o ultimato, e que de início o criticou, funcionou, na prática, como porta-voz das exigências da NATO junto dos sérvios da Bósnia.

A súbita visita ao Kremlin do primeiro-ministro britânico terá sido determinante para a guinada de Ieltsin. O facto de o próprio John Major haver sido forçado pelos americanos a aceitar e aplaudir uma estratégia de intervenção que o Reino Unido sempre criticara publicamente como aventureira e perigosa ofereceu ao presidente da Rússia a oportunidade de uma viragem. Salvou a face. Com a cumplicidade da Casa Branca, o seu recuo acabou por aparecer (graças a uma campanha hábil de desinformação) como grande êxito diplomático.

Na Rússia, porém, Ieltsin não enganou o povo. Conforme afirmou Alexandre Anine na *Nezavissimaya Gazeta*, de Moscovo, «a bomba atómica sem caução ideológica não vale mais do que uma caixa de fósforos nas mãos de uma criança tonta...»

Em Washington, o assessor de Clinton para as questões de segurança, Anthony Lake, pôs, aliás, os pontos nos is num artigo



publicado no *The New York Times*: «Sejamos claros: a manutenção da paz — escreveu — não é a nossa prioridade, nem em política externa, nem em termos de defesa. A missão das nossas forças armadas não consiste em levar adiante operações em favor da paz, mas em ganhar guerras». Este oportuno desabafo do homem apontado como o mais brilhante estratega da Casa Branca contribuiu para recordar a evidência aos propagandistas da suposta motivação humanitária da política americana na ex-Jugoslávia. Lake, assinala-se, limitou-se a confirmar o que dissera, numa conferência pronunciada na Universidade John Hopkins: «devemos agir no plano multilateral quando isso serve aos nossos interesses e devemos actuar unilateralmente quando isso corresponde aos nossos interesses».

Essa estratégia do pragmatismo cínico foi a mesma que levou os EUA a lançar o *partnership for peace*.

Para a Rússia, o *partnership* veio criar uma situação difícil e perigosa. Ao contrário do que tem sido afirmado, a NATO nunca esteve disposta a admitir, a curto prazo, os países do Grupo de Visegrad (Polónia, Hungria e Rep. Checa) nem outros ex-signatários do Tratado de Varsóvia. A NATO, na fidelidade à doutrina Lake, acha muito mais vantajoso optar por acordos bilaterais com cada país do Leste interessado no *partnership*, incluindo repúblicas da CEI.

Até hoje, Boris Ieltsin não pôde demonstrar como conseguirá a Rússia conciliar o seu desejo de exercer um papel fundamental na criação de uma estrutura de segurança na área geográfica da ex-União Soviética com a decisão da NATO de alargar o *partnership* até à fronteira chinesa, abrangendo repúblicas como a Ucrânia e o Casaquistão.

Contra que inimigo potencial seriam as manobras conjuntas eventualmente organizadas pelo alto comando da NATO em repúblicas como o Uzbequistão ou o Kirguizistão se elas confirmarem o propósito de aderirem ao *partnership*? A resposta é elementar: obviamente contra a Rússia.

Nem Ieltsin nem Kosyrev conseguem tapar o sol com a peneira da mentira: a Rússia saiu mais fraca, mais dependente e vexada do episódio balcânico que assinalou a ingerência em força dos EUA na crise endémica da ex-Jugoslávia.

É prematura e pouco responsável, também, a conclusão de que a humanidade pode respirar, aliviada, com o resultado do ultimato da NATO. A pax americana pode ter um desfecho de pesadelo.

A política de intervenção dos EUA não resolveu os problemas que estão na raiz do encadeamento de crises na Região. A pressa com que Washington se esforça por impor agora as suas teses contribui para reforçar apreensões. Demonstrando uma ignorância

A escalada imperial dos EUA na Europa

crassa da história e da cultura desses povos, a Administração Clinton fabricou a toque de caixa um novo plano para a Bósnia e chamou a Washington muçulmanos e croatas para nele aporem as suas assinaturas. O objectivo é a sua ampliação, de modo a relançar o Estado fantasma da Bósnia quase na sua versão inicial.

No Departamento de Estado é subestimada uma contradição fundamental: os povos da Sérvia e da Croácia criaram há mais de um milénio Estados nacionais que somente desapareceram em consequência de invasões estrangeiras; a Bósnia é (foi sempre) apenas um território habitado por povos de nações e culturas diferentes. O Estado bosniaco é uma ficção.

O ex-secretário de Estado de Reagan, James Baker, acaba, aliás, de qualificar o esfacelamento da antiga República Federal da Jugoslávia como um enorme erro e definiu mesmo o reconhecimento da independência das ex-repúblicas federadas como «acto de violência, violador dos princípios da Acta de Helsínquia».

Somente agora, tardiamente, em Bonn se admite que à Alemanha cabem grandes responsabilidades pelo reconhecimento diplomático desses países e pelas consequências trágicas de tal erro. Chegou atrasado o arrependimento quando ficou claro que o objectivo de incorporar a Eslovénia e a Croácia no espaço político, económico e cultural da Grande Alemanha estava definitivamente prejudicado. A ingerência militar e política dos EUA na região balcânica alterou todas as perspectivas de desenvolvimento da crise global.

Curiosamente, as críticas mais sistematizadas e coerentes ao intervencionismo norte-americano no processo têm sido formuladas nos EUA, sobretudo nas grandes universidades. A *intelligentsia* americana identifica na invenção do Estado da Bósnia um acto de insensatez. A maioria da população da antiga República Federada da Bósnia-Herzegovina, ou seja, 52% é constituída por sérvios e croatas.

Em artigo publicado recentemente no *Baltimore Sun* (e reproduzido em 9.2.94 pelo *Diário de Notícias*), o prof. Robert Hayden, um respeitado antropólogo da Universidade de Pittsburgh, responsabilizou o governo dos EUA pela sabotagem sistemática de todos os planos de paz para a Região. A Administração Clinton encorajou sempre os muçulmanos a resistirem a qualquer plano. Acenava-lhes com vantagens miríficas se recusassem o entendimento com sérvios e croatas. Segundo Hayden, foi a pressão americana nos bastidores que inviabilizou, primeiro, o plano Cutileiro (o mais lógico e sensato) e depois o Vance-Owen, e torpedeou, finalmente, o Plano Owen-Stoltenberg.

É muito cedo para se avaliar toda a gravidade da ingerência norte-americana no espaço da ex-Jugoslávia (iniciada em 1992 com o envio de tropas para a antiga República da Macedónia). Mas têm fundamento os temores de que o ultimato da NATO seja peça de estratégia de reforço e alargamento da intervenção norte-americana na Europa. A posição assumida por Clinton na Cimeira de Bruxelas e o lançamento do *partnership for peace*, confirmam a tendência da actual Administração norte-americana para dar alicerces fortes à doutrina da supremacia perpétua.

Estamos provavelmente no prólogo de uma escalada de âmbito mundial.

Enquanto Mickey Kantor, o influente e agressivo conselheiro comercial de Clinton, envia autênticos ultimatós à Argentina, ao Brasil e à Venezuela, ameaçando esses países com sanções económicas se não se submeterem, com docilidade, às exigências de Washington que violam os Acordos do GATT (em grande parte impostos pelos EUA), o Japão está a ser alvo de manobras de chantagem e intimidação similares. O procedimento arbitrário dos EUA tornou-se tão ostensivo que o próprio presidente do GATT, um irlandês conciliador, advertiu Washington de que as suas medidas e ameaças configuram uma atitude de inadmissível desrespeito pelo texto do Acordo Geral de Tarifas, firmado pelos EUA.

É neste contexto que o esboço do *partnership for peace* — avalizado em Bruxelas pelos aliados europeus da NATO — assume os contornos de uma tentativa de protectorado indirecto de novo tipo sobre o conjunto da Europa.

A ingerência dos EUA, através da NATO, na Bósnia veio reforçar apreensões legítimas.

A administração Clinton comporta-se como executora do velho e louco sonho americano da supremacia da nação predestinada para governar a Humanidade.

PONTOS

CARDEAIS

Espantações

Houve quem se espantasse — diz-se que a coisa foi tão forte que acabou por espantar uma convenção inteira do Partido Socialista... — com as declarações de Cavaco Silva, evocando pátria e família sob a égide fotografal do Papa e da sua Maria. Os jornais abanaram de espanto. E tentaram arranjar explicações. Almeida Santos explicou que Cavaco era como um catavento, ontem federalista, amanhã anti, hoje de direita e... quando de esquerda? Um jornal da praça, de sua graça «Público», chegou a titular na primeira que «Cavaco vira à direita para as europeias», e o tom já tinha sido dado, com vozes a levantarem-se e a acusarem o líder de querer ir comer à gamela nacionalista de Manuel Monteiro. O esperto

Pacheco Pereira, seguido de Pedro Roseta, fez o discurso liberal e «social-democrata», amofinando-se com o chefe. Usar este — ou aquele argumento — para minar no interior do PSD ou entre os seus aliados objectivos, não é de espantar. Mas espantar-se alguém que Cavaco utilize a cartilha e a ladainha do professor de Coimbra que assombrou com «Deus, Pátria e Família» os portugueses durante décadas, é que é de espantar. Afinal, o homem só disse o que sempre lhe ia na alma.

Expectativas

Dizia o «Expresso» de sábado passado que «a única expectativa» que rodearia a Convenção Nacional do PS seria a divulgação do

cabeça-de-lista socialista ao Parlamento Europeu. A Convenção já passou, e nada, gorou-se a expectativa. Como se, na noite dos óscares, Spielberg aliás, Constâncio, não houvesse recebido a estatueta. Foi preciso Cavaco vir salvar a Convenção e pôr toda a gente entusiasmada com outra coisa. O que se sabe é que, após este flop que foi a substituição do tradicional congresso pela moderníssima convenção, já se aventa a hipótese de se tornar ao congresso. Mesmo que não haja nada para discutir, sempre há furor nos corredores, em redor de

listas. E discursos a alimentar moções.

Tranquilidades ou necessidades?

Enquanto alguns jornais se fazem eco das inquietações que pairam entre os portugueses emigrados em França, e já se fala no tratamento discriminatório nas fronteiras gaulesas em relação a compatriotas nossos, o pasquim «O Diabo» vem tranquilizar toda a gente. «A França não expulsará portugueses», titula. Como é que o «Diabo» foi saber da feliz nova? À fonte onde todos os diabos bebem, isto é, ao Governo de Cavaco.

Interrogando as «Necessidades», o pasquim acha-se em situação de escrever que o «Ministério dos Estrangeiros dissipa angústias». E avança mesmo que a sua fonte das «Necessidades» esclareceu: «Obtivemos garantias do Governo francês de que a discricionariedade não se aplicará sobre os portugueses que ajudaram precisamente a manter o nível de vida dos franceses.» É claro que não acudiram ao diabo perguntas tais como — E os argelinos não ajudaram? E os africanos em Portugal não ajudam os portugueses? E os portugueses em França não são, aos olhos da União Europeia, cidadãos com liberdade de circulação e o direito de se estabelecerem em qualquer país da Comunidade?»

FRASES da SEMANA

“Contra as boas intenções dos homens de Abril, a descolonização foi um desastre. É preciso que isto seja assumido de uma vez por todas.”

☞ (Nuno Teotónio Pereira - «Público», 17.03.94)

“Quando fui para a TVI pensei: ministros, o mínimo! Enganei-me. O povo quer ministros na informação, quer o poder; os pobres querem ver riqueza, querem ver ostentação; as pessoas querem refastelar-se nas suas vedetas.”

☞ (Padre António Rego, director de Informação da TVI, citado em «Público», 20.03.94)

“(...) é difícil ser fiel quando está muito dinheiro em causa. Podemos ter um belíssimo projecto, mas sem dinheiro vamos jogar o ganso.”

☞ (Padre Vasco Pinto de Magalhães, organizador do debate sobre “A ética na comunicação social”, citado em «Diário de Notícias», 20.03.94)

“A multiplicidade de interesses foi sempre a minha força e a minha fraqueza.”

☞ (Eduardo Prado Coelho - «JL», 22.03.94)

“Com a emoção, esqueci-me que estava sem calcinhas.”

☞ (Lilian Ramos - «Nova Gente», 23.03.94)

“Eu sei que isto parece paranóico, mas...”

☞ (título - «Público», 17.03.94)

PONTOS

NATURAIS

Teatro Rapidinho

O bombo

Acto I

Comentador - A presença de Narciso Miranda, aqui a meu lado, imediatamente nos diz o local onde nos encontramos. De facto, estamos em...

Assistência - Em Matosinhos!

Comentador - Muito bem, muito bem. Ouvimos agora o som característico de um instrumento bem popular, ou seja...

Assistência - O bombo!

Comentador - Exacto. O bombo. O chamado bombo da festa. Uma coisa que o povo...

Assistência - Está farto de ser!

Comentador - Ora nem mais. A falar é que a gente se entende.

Acto II

Comentador - Reparem agora bem no homem que segura a maçaneta. A mim parece-me o... Mas não, devo estar enganado. É ele, é. É o...

Assistência - O Guterres!

Comentador - Bem me parecia. Está a fazer-nos crer que não tem muito jeito para tocar tambor. Mas pelo sim, pelo não...

Assistência - Não lhe ponham a maçaneta na mão...

Comentador - Parece que ele está a cantar qualquer coisa. O S. Carlos não é mesmo o futuro dele. Mas vamos a ouvir o que canta:

Guterres - Ó senhor de Matosinhos
ó senhora da Boa Hora
ensinai-nos o caminho
para sair daqui para fora...

Comentador - Este segundo acto não pode deixar de terminar com uma pergunta: será que os dois santos indicaram o caminho a Guterres?

Acto III

Espectador - Dá-me licença?

Comentador - Faça o favor. A casa é sua.

Espectador - Nunca saberemos qual foi a resposta a essa pergunta. Coisa de santos, a gente nunca sabe. Mas...

Assistência - Maaaaaaas...

Espectador - Guterres que venha fazer essa pergunta à gente. Os trabalhadores lhe dirão o caminho certo. O pior é se ele, que já toca bombo...

Comentador - ... não venha a tocar a mesma música...

Espectador - ... de um que eu sei que usa o cavaquinho...

(Cai o pano, enquanto a assistência cai na real)



Perfis

Tiro os barros do jardim atiro-os, ficam sem nome. Um lugarzinho pra mim pois se alguém mo der, eu dou-me.

Tango, tango, orangotango alma de tanga e descalça. A valsa, depois do tango. Que será, depois da valsa?

Vê-la assim andar de rojo e feliz no seu visual. Se digo que mete nojo põe-me o nojo em tribunal...

Trair? Era antigamente. Hoje depende da vaga. E democraticamente nem faz mal. Roma já paga...

Pra ele, ideal não há. Já não é nenhum beócio. Hoje é toma lá, dá cá. A alma dele é o seu negócio.

Opina de modo que a dúvida me roía ao ver o que opina: se era honesto - ou se o parecia.

Sem recato foge o rato vai no mato, com banzé. É, com tremendo aparato, o gato do rato que é...



Os prémios da semana

Prémio «Pensamento profundo»

Hoje, o mais importante é praticar a igualdade.

(João de Deus Pinheiro)

Prémio «Dor de Forno»

Não é através dos jornais que se faz a opinião pública.

(Macário Correia)

Prémio «Actualidade»

Mais de metade dos músicos da orquestra são estrangeiros.

(Miguel Graça Moura)

Prémio «Medicina»

É uma vergonha deitar sardinha ao mar, a sardinha que até faz bem ao colesterol.

(No Congresso do PPM)

Prémio «Ridículo»

Começamos a falar de igual para igual com os países mais ricos da Europa.

(Carlos Pimenta)

Prémio «Pontaria»

A circulação de capitais na Europa não está apenas livre: está libertina.

(Sérgio Ribeiro)

Tem a palavra!
A imagem da ilha

Funchal tem uma aposta na indústria do Turismo. Governantes e alguns comerciantes acham que esta vinda de crianças pobres para as ruas da cidade desfigura um pouco aquele marquetinguem de imagem da ilha. É um cenário paradisíaco que se apresenta e aquelas crianças, que vêm, geram mais problemas de consciência do que a consciência dos problemas

A lei do Parlamento Regional prevê que os cidadãos indesejáveis possam ser proibidos de circular de um a doze meses em certos lugares públicos. É uma lei que atenta contra os direitos dos cidadãos, neste caso dos mais pobres.

(Padre Edgar Silva, Ponto Por Ponto, Canal 1)

Mário Castrim



6ª Assembleia da Organização do Concelho de Loures

Sábado, dia 26, às 10h00
Cinema dos Bombeiros de Loures

com a participação do camarada
CARLOS CARVALHAS

que intervirá na sessão de encerramento, às 17h

3ª Assembleia da Organização da Zona Ocidental de Lisboa

Sábado, dia 26, às 15h, CT de Alcântara

5ª Assembleia da Organização do Concelho de Mafra

Sábado, dia 26, às 16h
em Gonçalvinhos

com a participação de **Jorge Cordeiro**

PCP

*e os 20 anos
do 25 de Abril*

JANTAR

com a presença de

ÁLVARO CUNHAL

(Presidente do Conselho Nacional do PCP)

COIMBRA

Sexta, 25. Março. 94 — 19.30 h.

Escola Secundária da
Quinta das Flores

Guimarães

Dia 26, 21h30
Hotel Fundador

A Indústria Têxtil e o GATT

- colóquio promovido pela
DORB

com a participação do
deputado ao PE

Sérgio Ribeiro

Vieira de Leira

A Indústria da Metalurgia à luz das políticas da CE

Sessão-debate com
Sérgio Ribeiro

Sexta-feira, 25, 21h30
Instalações da B.I.P.

Entrevista com

Carlos Carvalhas

na RDP

Antena Um
Programa "Tira-Teimas"
Sábado, às 13h

Terça, 29, às 18h30,

no CT Vitória

Plenário do Sector de Transportes da ORL

com a participação do
camarada

Agostinho Lopes

sobre
A situação política e as
eleições para o PE

Agenda

PORTO

Sábado, 26, 14h30, Auditório da Reitoria da Univ. do Porto

Colóquio

QUE POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL?

com a participação de **Luís Sá e José Barata-Moura**

Sábado, 26, 21h30, Auditório da Reitoria da Univ. do Porto

Debate

CULTURA, IDENTIDADE NACIONAL E INTEGRAÇÃO EUROPEIA

com a participação de
José Barata-Moura

Segunda-feira, 28, 21h30, Auditório da Junta de Freguesia de Stº Ildefonso

20 anos da Revolução de Abril

SESSÃO EVOCATIVA DA RESISTÊNCIA E LUTA CONTRA A DITADURA

com a participação de **António Dias Lourenço**
e a projecção do filme "A Fuga de Peniche"

A Saúde em Portugal - que saídas para a crise?

Audição-Debate

promovida pelo Grupo Parlamentar e a Área da Saúde e Assuntos Sociais do PCP

Terça-feira, dia 29, 17h • Sala do Senado da AR

Associação Portugal-Cuba
Bar dançante cubano
Música e bebidas típicas
Dia do Estudante
24 de Março
22h, Ritz Clube
(R. da Glória, 57, Lisboa)

Férias de Verão na Madeira

7 Dias - 17 a 23 de Setembro

Organiza

Comissão Concelhia de Almada do PCP
Tels. 2752777 - 2753939

Calendário

16 de Março

Golpe ou Revolução ?

30 de Março - 21,30 h

O PCP E A LUTA CLANDESTINA

A clandestinidade: condições impostas, decisão revolucionária e experiências de vida. A acção clandestina e a organização da luta social e política. Luta clandestina, projecto e conquista da liberdade.

Participantes:

. António Gervásio

. Aurélio Santos

. Carlos Aboim Inglez

. Ivone Dias Lourenço

. José Ernesto Cartaxo

Moderador: Madalena Santos

14 de Abril

Que Democracia?

21 de Abril

Movimento Estudantil e o 25 de Abril

19 de Maio

«Democracia avançada» e 25 de Abril

Horário

das 21.30h às 24.00h

Local

Centro Trabalho Vitória do PCP

o 25 de Abril e as configurações da Democracia

•
Ciclo de debates no Vitória sobre história e política

Evocação de Mário Sacramento

"Façam o mundo melhor, ouviram? Não me obriguem a voltar cá!"

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP promove, no próximo domingo, dia 27, uma homenagem ao militante comunista, médico e escritor desaparecido há 25 anos. Às 10h, terá lugar uma romagem à campa de Mário Sacramento e às 15h realiza-se na Biblioteca Municipal de Aveiro uma sessão evocativa com a participação de personalidades de todo o País.

73.º Aniversário do PCP

Almoço comemorativo em Alfama

(Restaurante "O Barracão")

Domingo, 26 de Março

Inscrições:

junto das organizações de Stº. Estevão, S. Miguel e Sé e no próprio local

Debate-Bar da JCP

Todas as sextas-feiras às 22h na Sede

(R. Sousa Martins)

Esta semana: Debate com **Karim Mohamed Lagdaf**

(representante da Frente Polisário)

Música



PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 — Romancista francês de grande nomeada do séc. XIX; poeta português bastante infeliz dos séc. XVIII e XIX. 2 — A pessoa de que falamos; marinhas de sal; malvado. 3 — Graduação acima do soldado; deixar em testamento; camada gordurosa e lustrosa. 4 — Tem aroma; santo; apupos. 5 — Discursa; enguia. 6 — Mestiça resultante do cruzamento índia e branco. 7 — Prof. neg.; trave; ácido; aspecto. 8 — Ligadura para feridas; aplaudo. 9 — Aparente; a nossa casa; os dois. 10 — Entregava; rigidez; cercadura. 11 — Rezo; pensou; procedi. 12 — Verseja; nome de mulher; rapariga. 13 — Vestimenta que o sacerdote veste sobre a alva; refrigerante gasificado.

VERTICAIS: 1 — Situação embaraçosa; preso. 2 — Com asas; província de Espanha. 3 — Trabalha; limpais com água. 4 — Agora; manada de porcos; mulo. 5 — Art.; coluna com inscrições; desgraça. 6 — Óxido de cálcio; dinheiro (pop.); acusada. 7 — Art. francês; Bário (s.q.); azáfama. 8 — Não se fazem iscas sem ele; qualquer das duas faces de uma folha. 9 — Negativa; aqui; rasgada. 10 — Móvel para se guardarem bebidas; talófila com clorofila que viva nas águas; letra grega. 11 — Art.; baú; qualquer. 12 — Abandonei; capacete com viseira; metade de osso. 13 — Cidade célebre pela sua ria; amplexo. 14 — Primata com membros anteriores muito longos; fazes massa. 15 — Anéis de cadeia; escrevi em prosa.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Solário; ramagem. 2 — Eis; ota. 3 — Má; isola; Er. 4 — Ovo; ora; eme. 5 — Dor; ló; ás; Sor. 6 — As; mira; seca; sã. 7 — Fava; romã. 8 — Lá; rede; cela; Ac. 9 — Ola; dá; Aa; eta. 10 — Rio; ara; ror. 11 — Ar; alisa; rã. 12 — Cia; IRã. 13 — Sêmolãs; rosário.

VERTICAIS: 1 — Salada; Loures. 2 — Os; Al. 3 — Mor; ara. 4 — Av; mar; ir. 5 — Ré; elivedo; Cl. 6 — III; Orada; aia. 7 — Osso; alas. 8 — Ora; Ari. 9 — Rola; asir. 10 — Ata; aérea; aro. 11 — Má; escolar; ás. 12 — Em; ama; or. 13 — Rés; era. 14 — Os; At. 15 — Morara; cajado.



	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Lista de Schindler	★★	—	★★★★★
B Azul	★★★	★★★	★★★★
C Despojos do Dia	★★★	—	—
D Filadélfia	★★★	—	★★★
E O Fio do Horizonte	★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** — Real. Steven Spielberg — Amoreiras/6 (14.15, 18.00, 21.45, 01.20), Monumental/Cine Teatro (12.00, 15.30, 19.00, 22.30), S. Jorge/1 (15.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- B** — Real. Krzysztof Kieslowski — King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 21.45) — Lisboa.
- C** — Real. James Ivory — Amoreiras/4 (14.00, 16.45, 19.10, 21.30, 00.15), Fonte Nova/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45), King Triplex/3 (14.15, 16.45, 19.30, 22.00) — Lisboa.
- D** — Real. Jonathan Demme — Monumental/1 (12.15, 14.30, 16.45, 19.00, 21.45, 00.30), S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E** — Real. Fernando Lopes — Nimas (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.

TEATRO

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. - 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16: **GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA**, de António José da Silva, encenação de João Mota. - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **MALQUIAS, A HISTÓRIA DE UM HOMEM BARBARAMENTE ASSASSINADO**, de Manuel de Lima, pelo Teatro da Veredas. - Sala *Novas Tendências*: De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **NAQUE OU SOBRE PIOLHOS E ACTORES**, de José Sanchis Sinisterra, pelo Teatro Meridional. - *Café-Concerto*: 6ª e sáb. às 21.30: **EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. Tel. 4112261. Sexta e sáb. às 21.30: **O CABARET DO CONDE/MARQUÊS**, comédia musical, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.00. **O TEMPO E O QUARTO**, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

TEATRO O BANDO

Lisboa, R. Sª Antónia à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **SE MENTES/PHOTOCEANA**, de Teresa Rita Lopes, encenação de João Brites.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sala Um - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: **A CANTORA CARECA**, de Ionesco, encenação de Helder Costa. Sala Nova - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: **DE BRAÇOS ABERTOS**, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.

TEATRO DA MALAPOSTA

Olival Basto. Tel. 938840. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **GREENLEAVES**, de Joyce Carol Oates, encenação de Jorge Silva Melo.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). **CINDERELLA** revista à portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril. Tel. 4670320. 4ª, 5ª e dom. às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. **BREVE SUMÁRIO DA HISTÓRIA DE DEUS**, de Gil Vicente, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC e «Os Delfins».

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DE GRAUS**, de Prista Monteiro, encenação de Joaquim Benite e Vitor Gonçalves, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO VILLARET

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. **OUTRA VEZ AS BARBIS**.

Schveik

Brevemente

FILMES

QUINTA, 24

Três para Abater
«Tre Per Uccidere» (It./Esp.). Real.: Steve McCohy. Int.: Dean Reed, Danny Martin, Fernando Sancho, Krista Nell. Cor. 77 min. «Gangsters». (14.50, Canal 1)

Atrás do Espelho
«Bigger than Life» (EUA/1956). Real.: Nicholas Ray. Int.: James Mason, Barbara Rush, Walter Matthau, Roland Winters. Cor. 95 min. Ver Destaque. (00.00, Quatro)

Al Capone
«Al Capone» (EUA/1959). Real.: Richard Wilson. Int.: Rod Steiger, Fay Spain, Murvyn Vye, Nehemiah Persoff, Martin Balsam. P/B, 100 min. Ver Destaque. (00.40, Canal 1)

SEXTA, 25

Barricada
«Barricade» (EUA/1950). Real.: Peter Godfrey. Int.: Ruth Roman, Dane Clark, Raymond Massey, Robert Douglas, Morgan Farley. Cor. 73 min. «Western». (14.50, Canal 1)

Uma Equipa dos Diabos
«Wildcats» (EUA/1986). Real.: Michael Ritchie. Int.: Goldie Hawn, James Keach, Swoosie Kurtz, Nipsey Russell, Bruce McGill. Cor. 96 min. Ver Destaque. (21.45, Quatro)

Cavalgada para a Morte
«Young Guns II» (EUA/1990). Real.: Geoff Murphy. Int.: Emilio Estevez, Kiefer Sutherland, Lou Diamond Phillips, Christian Slater. Cor. 100 min. Ver Destaque. (23.10, Canal 1)

Era Uma Vez Sarah e André
«Fergie & Andrew» (EUA/1993). Real.: Michael Switzer. Int.: Pippa Hitchley, Sam Miller, Peter Cellier, Harold Innocent. Cor. 90 min. Telefilme. (23.45, Quatro)

Fanny e Alexander
«Fanny och Alexander» (Fr./REA/1982). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Pernilla Allwin, Bertil Guve, Kristina Adolphson, Borje Ahlstedt, Harriet Andersson, Gunnar Bjornstrand, Anna Bergman. Cor. 182 min. Ver Destaque. (00.05, TV 2)

O Vagabundo da Estrada
«The Drifter» (EUA/1988). Real.: Larry Brand. Int.: Kim Delaney, Al Shannon, Leren Haines, Timothy Bottoms, Miles O' Keeffe. Cor. 90 min. «Thriller». (01.00, SIC)

Para-quadistas da Noite
«Night Raiders» (EUA/1990). Real.: Buddy Reyes. Int.: Andy Baumann, Marcia Karr, Adam West, Lisa Alpert, Phyllis Doyle. Cor. 81 min. Acção / Aventuras. (01.40, Canal 1)

SÁBADO, 26

Tarzan e a Mulher-Diabo
«Tarzan and the She-Devil» (EUA/1953). Real.: Kurt Neumann. Int.: Lex Barker, Joyce Mackenzie, Monique van Vooren. P/B, 77 min. Aventuras. (12.10, TV 2)

Pôncio Pilatos
«Ponzio Pilato» (Fr./It./1962). Real.: Irving Rapper. Int.: Jean Marais, Jeanne Crain, Basil Rathbone, Massimo Serato, John Drew Barrymore. Cor. 100 min. Religioso. (14.30, SIC)

Veraz
«Véraz» (Fr./Esp./It./1991). Real.: Xavier Castaing. Int.: Kirk Douglas, Jean-Michel Portal, Marie Fugain, Richard Bohringer. Cor. 96 min. Drama. (16.00, Canal 1)

Banana Joe
«Banana Joe» (EUA/1982). Real.: Steno. Int.: Bud Spender, Marina Langner, Mario Scarpitta, Gianfranco Barra. Cor. 101 min. Aventuras. (17.30, Quatro)

O Inocêntil
«Fists of Fury» (Hong-Kong/1971). Real.: Lo Wei. Int.: Bruce Lee, Han Ying Chieh, Miao Ker Hsin, Maria Yi. Cor. 103 min. Acção. (20.40, SIC)

Tango a Nu
«Naked Tango» (EUA/1991). Real.: Leonard Schrader. Int.: Vincent D' Onofrio, Mathilda May, Esai Morales, Fernando Rey. Cor. 86 min. Drama. (23.25, Canal 1)

Eles Morreram
«Rosencrantz and Guildenstern are Dead» (EUA/1990). Real.: Tom Stoppard. Int.: Gary Oldman, Tom Roth, Richard Dreyfuss. Cor. 89 min. Ver Destaque. (00.15, Quatro)

Conta Comigo
«Stand By Me» (EUA/1986). Real.: Rob Reiner. Int.: Wil Wheaton, River Phoenix, Corey Feldman, Jerry O' Connell, Richard Dreyfuss. Cor. 89 min. Ver Destaque. (00.15, Quatro)

Uma Australiana em Roma
«An Australian in Rome» (Austrália/Fr./It./1987). Real.: Sergio Martino. Int.: Nicole Kidman, Massimo Ciavarro, Lara Wendel. Cor. 93 min. Melodrama Romântico. (00.55, Canal 1)

DOMINGO, 27

A Revista de Charlot
«Shoulder Arms» / «The Pilgrim» / «Pay Day» (EUA). Real.: Charles Chaplin. Int.: Charles Chaplin, Albert Austin, Henry Bergman e outros. P/B. Selecção de curtas comédias. (14.30, SIC)

Jovens Piratas do Ar
«Bad Attitudes» (EUA/1992). Real.: Alan Myerson. Int.: Ethan Randall, Jack Evans, Richard Gilliland, Maryedith Burrell. Cor. 120 min. Comédia de Acção. (16.15, Quatro)

Corações Selvagens não se Prendem
«Wild Hearts Can't be Broken» (EUA/1991). Real.: Steve Miner. Int.: Gabrielle Amwar, Michael Schoeffling, Cliff Robertson. Cor. 88 min. Ver Destaque. (16.20, Canal 1)

Adeus, Sabata
«Adiós, Sabata» (Esp./It./1971). Real.: Frank Kramer (Gianfranco Parolini). Int.: Yul Brynner, Pedro Sanchez, Gerard Herter, Dean Reed. Cor. 104 min. «Western». (21.30, SIC)

Os Comancheros
«The Comancheros» (EUA/1961). Real.: Michael Curtiz. Int.: John Wayne, Stuart Whitman, Lee Marvin, Nehemiah Persoff. Cor. 107 min. Ver Destaque. (22.15, Quatro)

1000 Heróis
«A Thousand Heroes» (EUA/1992). Real.: Lamont Johnson. Int.: Charlton Heston, Richard Thomas, James Coburn, Leon Russon. Cor. 88 min. Telefilme. (23.55, Canal 1)

Demência 13
«Dementia 13» (EUA/It./1963). Real.: Francis Ford Coppola. Int.: William Campbell, Mary Mitchell, Patrick Magee. P/B, 75 min. Ver Destaque. (23.55, TV 2)

SEGUNDA, 28

Casbah - Bairro Proibido
«Casbah» (EUA/1948). Real.: John Berry. Int.: Yvonne De Carlo, Tony Martin, Peter Lorre, Maria Toren, Hugo Haas, Thomas Gomez. P/B, 95 min. Musical. (14.35, Canal 1)

O Costa do Castelo
(Port/1943). Real.: Arthur Duarte. Int.: António Silva, Maria Matos, Milú, Fernando Curado Ribeiro, Herminia Silva. P/B, 135 min. Comédia. (21.45, Quatro)

Mata-me Outra Vez
«Kill Me Again» (EUA/1989). Real.: John Dahl. Int.: Val Kilmer, Joanne Whalley-Kilmer, Michael Madsen, Pat Mulligan. Cor. 94 min. «Thriller» Policial. (22.00, SIC)

Rota Mortal
«The Servants of Twilight» (EUA/1991). Real.: Jeffrey Obrow. Int.: Bruce Greenwood, Belinda Bauer, Grace Zabriskie. Cor. 92 min. «Thriller». (01.15, Canal 1)

TERÇA, 29

Idade da Inocência
«Age of Innocence» (Can./Gr.Br./1977). Real.: Alan Bridges. Int.: David Warner, Honor Blackman, Trudy Young, Cec Linder. Cor. 97 min. Drama. (14.45, Canal 1)

Os Centuriões
«Lost Command» (EUA/1966). Real.: Mark Robson. Int.: Anthony Quinn, George Segal, Alain Delon, Maurice Ronet, Michèle Morgan, Claudia Cardinale. Cor. 129 min. Ver Destaque. (22.15, Quatro)

A Culpa dos Inocentes
«Les Innocents» (Fr./1987). Real.: André Téchiné. Int.: Sandrine Bonaire, Simon de la Brosse, Abdel Kechiche, Jean-Claude Brialy. Cor. 92 min. Drama. (00.15, TV 2)

O Caso Strange
«The Strange Affair» (Gr.Br./1968). Real.: David Greene. Int.: Michael York, Jeremy Kemp, Susan George, Jack Watson. Cor. 107 min. Melodrama Policial. (01.45, Canal 1)

QUARTA, 30

Dols na Guillhotina
«Two on a Guillotine» (EUA/1965). Real.: William Conrad. Int.: Connie Stevens, Dean Jones, Cesar Romero, Parley Baer. P/B, 107 min. Mistério. (14.35, Canal 1)

Henrique V
«Henry V» (Gr.Br./1989). Real.: Kenneth Branagh. Int.: Kenneth Branagh, Simon Shepherd, James Larkin, Brian Blessed. Cor. 132 min. Ver Destaque. (22.30, Canal 1)

Crime e Sedução
«Deceptions» (EUA/1990). Real.: Ruben Preuss. Int.: Harry Hamlin, Robert Davi, Nicole Sheridan, Marshall Colt, Kevin King. Cor. 102 min. Telefilme. (01.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

XADREZ

CDLIII - 24 DE MARÇO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X019
Por: NILS RUTBERG
Nya Dagligt Allehanda, 1928
Pr: [4]: Ps.g3, h5-Th3-R64
Br: [5]: Pf4-Cs.f7, g2-Da5-Rb4

Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X020
Por: R. LJUNGMAN
3.º Prémio, Suomen Shakkli, 1945
Pr: [4]: Ps.é4, f5-Ch8-Rb8
Br: [2]: Td1-Rd8

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLIII
Nº 1994X019 [N.R.]: 1. Da4! [Ameaça: 2. Dc2+, Rf3; 3. Cc5+], Rf3; 2. Dc2, Rg4; 3. Cc5. 1. Rd3; 2. Dd1+, R64; 3. Cd6+ 1. Rd5; 2. Dd7+R64; 3. Cg5+ 1. Rf5; 2. Dc6, Rg4; 3. Ch6+
Nº 1994X020 [R.L.]: 1. Tb1+, Ra7; 2. Rc7, Ra6; 3. Rc6, Ra5; 4. Rc5, Ra4; 5. Rc4, Ra; 6. Tb5+, Ra6; 7. Tf5, Rb7; 8. Tf6, é3; 9. Rd3, Rc7; 10. Th6, Cf7; 11. Th7 e ganha. Se: 5. Ra3; 6. Tb3+, Ra2; 7. Rc3, Cg6; 8. Tb2+, Ra1; 9. Rc2 e ganha.

DAMAS

CDLIII - 24 DE MARÇO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D019
Por: GEORGES POST
Trésor des Miniaturistes Français, 1979
Pr: [4]: 9-12-(20)-38
Br: [4]: 10-39-(41)-(44)

Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D020
GOLPE Nº 61
Por: TAILOR TOM GOLDSBORO
— G.B., séc. XX
1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 25-21; 3. 2-5, 22-19; 4. 12-16, 24-20; 5. 13-18, 21-14; 6. 11-18, 19-14; 7. 10-19, 23-14; 8. 16-23, 28-19; 9. 6-11, 27-23; 10. 11-15, 19-12; 11. 8-15, 32-28; 12. 15-19, 17-13; 13. 18-22, 13-10 DIAGRAMA:

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLIII
Nº 1994D019 [G.P.]: 1. 44-49 (38-42); 2. 39-33, (20x38); 3. 49x20; 4. 20-42, (48x5/46); 5. 41-46/10-5=D+ Se: 3. (42-47=D); 4. 10-4-D!!! e 5. 20-47/41-47+ Se: 1. (20-33); 2. 49x25, (33x50); 3. 25-39, (50x5/46); 4. 41-46/10 Se: 1. (20-25); 2. 49x20+ Se: 1. (20-14); 2. 49x4+ Se: 1. (20-15); 2. 49-14, (15x4); 3. 41-36 e 4. 36-47 e 5. 14-10 e 6. 39 N.º 1994D020 [T.T.G.]: 14. 7-11, 14-7; 15. 4-11, 23-7; 16. 3-12, 26-19; 17. 5-32=D+

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 24

CANAL 1

08.00 Bom Dia
08.05 Rua Sésamo
08.35 O Menino Doutor
11.45 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 Três a Abater
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Sarilhos Com Elas
16.30 Crime, Disse Ela
17.40 Caderno Diário
17.45 Cupido Electrónico
18.15 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Lotaria Nacional
19.10 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telegiornal
20.30 Mandala
21.30 Grande Prémio do Fado (Final)
24.00 24 Horas
00.40 Al Capone
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
13.00 Um Advogado em Berlim
13.40 A Caminho com Ulisses
14.10 Sem Legendas
15.00 A Austrália de Ben Cropp
15.50 Pé Grande e os Amigos
16.20 O Treinador
16.45 Infantil
17.45 Patinagem Artística
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Vozes da Frente
20.45 Sem Limites
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financial Times
22.05 Amazônia
22.50 Remate
23.00 Contactos Íntimos
23.50 Leve-me a Casa
00.50 Magazine «Ecologia/Ciência»

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Casos de Polícia
23.50 Tostões e Milhões
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.00 Os Monstros

QUATRO

12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Caixa de Perguntas
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 Resumo do Jogo de Futebol Brasil-Argentina
21.45 Artur Albarrran
23.45 Ponto Final
24.00 Atrás do Espelho
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 25

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Haydaze
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 Barricada
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Sarilhos com Elas
16.30 Crime, Disse Ela
17.50 Cupido Electrónico
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telegiornal
20.30 Mandala
21.35 Concurso «1, 2, 3»
23.10 Cavalcada para a Morte
(ver «Filmes na TV»)
01.00 24 Horas
01.40 Pára-queidistas da Noite
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Um Advogado em Berlim
13.40 Segredos do Mundo
14.15 Sem Legendas
15.00 A Austrália de Ben Cropp
15.50 Pé Grande e os Amigos
16.20 O Treinador
16.45 Infantil
17.45 Patinagem Artística
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Outras Margens
20.15 Quem Fala Assim
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Casa Comum
00.05 Fanny e Alexander
(ver «Filmes na TV»)

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Final Chuva de Estrelas
23.40 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
01.00 O Vagabundo da Estrada
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Animação
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.20 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 O Sonho do Oeste
21.45 Uma Equipa dos Diabos
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Ponto Final
23.45 Era Uma Vez Sarah e André
(telefilme)

Sábado, 26

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.30 Eternos Novatos
16.00 Veráz
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Emoções Fortes
18.15 Beverly Hills 90210
19.05 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Mandala
21.30 Parabéns
23.25 «Tango a Nus» e «Uma Australiana em Roma»
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
(ver «Filmes na TV»)
12.10 Tarzan e a Mulher-Diabo
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Musical: «Cliff Richard»
14.35 Um Cão na Família
14.55 Pólot
16.00 TV2 Desporto
22.15 De Lisboa, Com Amor
22.30 Irmãs
23.20 Sexualidades
23.55 Eles Morreram
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 Póncio Pilatos
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Desporto
16.45 Grandes Planos
17.15 P.S., Eu Amo-te
18.15 Encontros Imediatos
19.05 Nunca Digas Banzai
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Invenível
(ver «Filmes na TV»)
22.40 Sábado Mágico
00.45 Último Jornal
01.05 Água na Boca
02.05 Boxe

QUATRO

10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Telemotor
12.00 Contra-Ataque
13.35 Estrela
17.30 Banana Joe
(ver «Filmes na TV»)
19.25 Informação Quatro
20.05 O Justiciero
20.55 O Jogo do Ganso
24.00 Informação
00.15 Conta Comigo
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 27

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.40 Grandes Duplos
15.30 Missão Impossível
16.20 Corações Selvagens Não se Prendem
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Dinossauros
18.20 Allo, Allo
18.45 Made in Portugal
20.30 Simpsons
19.15 Joker
23.25 «Journal de Domingo»
20.30 Casa Cheia
21.10 Mandala
22.55 Prémias RTC
23.55 1000 Heróis
(ver «Filmes na TV»)
01.35 Tramas de Seda

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 Made in Barcelona
11.00 Missa
12.00 70 x 7
12.30 Forum Musical
13.30 Regiões
14.25 Lisboa 94
15.00 TV2 Desporto
22.50 Artes e Letras: «Ingrid Bergman»
23.55 Demência 13
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 A Revista de Charlot
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Santo
17.05 Escândalos de Hollywood
17.35 Tudo pelas Notícias
18.35 Obras em Casa
19.00 Uma Mulher dos Diabos
20.00 Jornal da Noite
20.40 Império do Néon
21.30 Adeus, Sabata
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Conversas Curtas
01.30 Último Jornal
01.55 Os Monstros

QUATRO

10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Jacques Cousteau
14.25 Animação
14.30 Fang
14.55 Vamos ao Circo
15.55 Já Tocou na Faculdade
16.15 Jovens Piratas do Ar
(ver «Filmes na TV»)
17.55 Estrelas Sobre Miami
18.55 Moda
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
21.40 Passados dos Carretos
22.15 Os Comancheros
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Caixa de Perguntas
00.25 Informação
00.40 Modelo e Detective

Segunda, 28

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 O Menino Doutor
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.35 Casbah, Bairro Proibido
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Sarilhos com Elas
16.35 Crime, Disse Ela
17.50 Cupido Electrónico
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telegiornal
20.30 Mandala
21.35 A Filha da Cornéia
23.10 As Tejas da Lei
00.05 Quando Toca a Vez
00.35 24 Horas
01.15 Rota Mortal
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
13.00 Um Advogado em Berlim
13.40 O Mar e a Terra
14.30 Ténis - Estoril Open
16.00 A Austrália de Ben Cropp
16.50 O Treinador
17.15 Infantil
17.50 A Sombra da Dúvida
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Mercado de Noivas em Ilmilchil
20.35 Desaparecidos
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.25 Teatro: «Filomena Marturano»
01.15 Magazine «Cinema»

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.00 Mata-me Outra Vez
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Os Monstros

QUATRO

10.00 Animação
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Olá, Cristina!
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Quatro Ventos
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 O Costa do Castelo
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Ponto Final
00.30 Desporto
01.00 Modelo e Detective
01.50 Forum

Terça, 29

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 O Menino Doutor
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.45 Idade da Inocência
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Sarilhos com Elas
16.35 Crime, Disse Ela
17.55 Cupido Electrónico
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telegiornal
20.30 Mandala
21.35 Os Inocentes
22.10 Nico d'Obra
22.40 Debate sobre o 25 de Abril
00.10 Guarda do Palácio
01.05 24 Horas
01.45 O Caso Strange
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Um Advogado em Berlim
13.45 O Mar e a Terra
14.30 Ténis - Estoril Open
16.00 A Austrália de Ben Cropp
16.50 O Treinador
17.15 Infantil
17.50 A Sombra da Dúvida
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Rotações
20.35 Magazine «Viver com Saúde»
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.25 Ideias com História
00.15 A Culpa dos Inocentes
(ver «Filmes na TV»)

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você está na SIC
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Terça à Noite
23.20 Balada de Nova Iorque
00.15 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.45 Os Donos da Bola
00.55 Internacional Sic
01.25 Os Monstros

QUATRO

12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Quatro Ventos
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Pedidos e Achados
22.15 Os Centuriões
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Ponto Final
00.45 Malgret

Quarta, 30

CANAL 1

08.00 Bom Dia
08.10 Rua Sésamo
08.35 O Menino Doutor
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.35 Dois na Guilhotina
(ver «Filmes na TV»)
16.25 Sarilhos Com Elas
16.45 Crime, Disse Ela
17.40 Caderno Diário
17.50 Cupido Electrónico
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telegiornal
20.30 Mandala
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.50 Sozinhos em Casa
22.30 Henrique V
(ver «Filmes na TV»)
00.45 24 Horas
01.25 Crime e Sedução
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

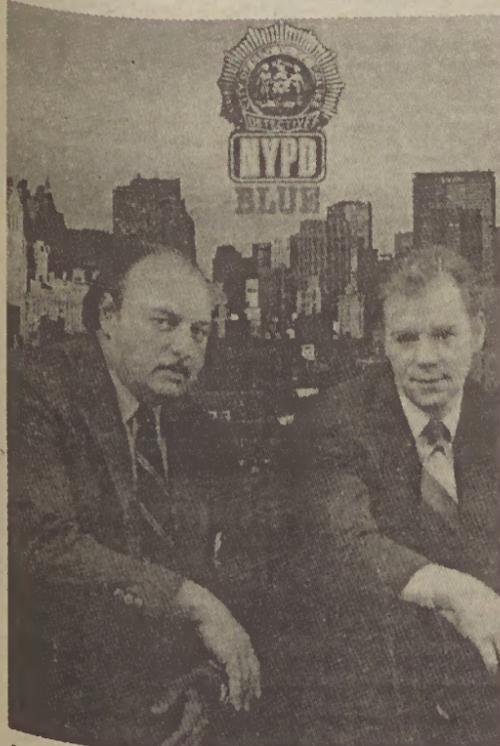
12.00 Infantil
12.55 Um Advogado em Berlim
13.50 O Mar e a Terra
14.10 Sem Legendas
14.30 Ténis - Estoril Open
16.00 Maestro
16.55 Infantil
17.45 A Sombra da Dúvida
18.35 Realce
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Actividades Económicas
20.00 Futebol: Bremen-Porto
22.40 TV2 Jornal
23.10 RTP/Financial Times
23.20 Amazônia
00.05 Remate
01.05 Heimatt II
02.10 Magazine «Ver Artes»

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.45 Você Está na SIC
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 Na Cama Com...
23.30 Sessions
00.10 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Os Monstros

QUATRO

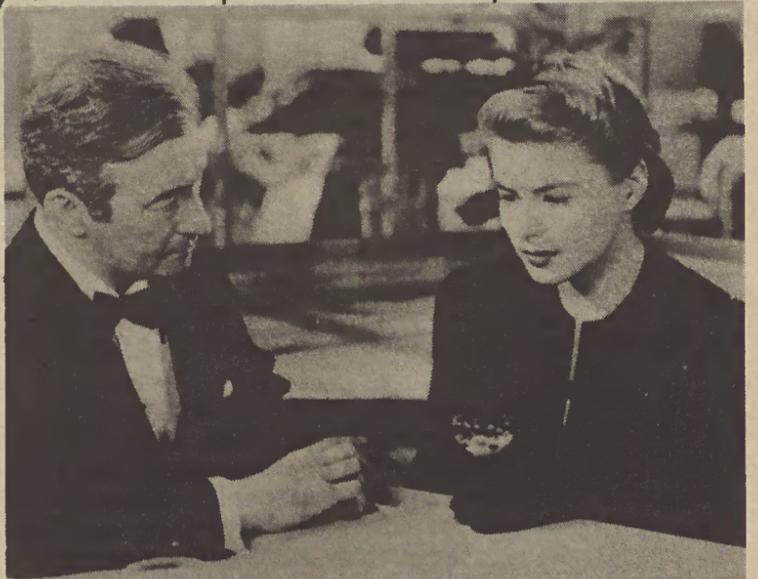
12.00 Animação
12.10 Esquadrão Classe A
12.50 Olá, Cristina!
13.00 A Amiga Olga
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.30 Quatro Ventos
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Futebol
22.45 Queridos Inimigos
00.15 Ponto Final



A Balada de Nova Iorque, uma nova série de Steven Bochco, autor de «A Balada de Hill Street». Na SIC à 3ª feira



Estreia Novais é a principal intérprete de «Filomena Marturano», a peça de teatro da próxima 2ª feira, na TV2



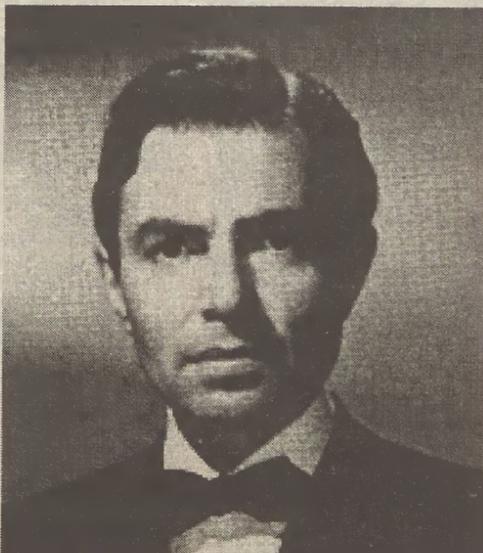
Ingrid Bergman (na foto com Claude Rains, em «Difamação») no «Artes e Letras» desta semana. Domingo na TV2

Por isto e por aquilo...

Atrás do Espelho

(Quinta, 00.00, Quatro)

Bastante mal recebido pela crítica americana, aquando da sua estreia, *Atrás do Espelho* acabou por ser salvo do esquecimento pela defesa que dele fizeram os então críticos dos *Cahiers du Cinéma* François Truffaut ou Erich Rohmer. Resistindo bem ao tempo, este filme de Nicholas Ray é um profundo e cruel retrato psicológico de um modesto professor de economia que, para aumentar os seus rendimentos, desempenha em horas extraordinárias a profissão de motorista de táxi - o que o conduz a uma situação de completo esgotamento, só ilusoriamente compensado pelo tratamento de cortisona cujas doses ele próprio tende a aumentar incontroladamente, com efeitos secundários gravíssimos na agressividade e perigosidade crescentes do seu comportamento face aos seus próprios familiares. Entendido como um aviso contra o abuso da ingestão de medicamentos, o filme é ainda contemplado com uma das melhores e mais inquietantes interpretações de James Mason.

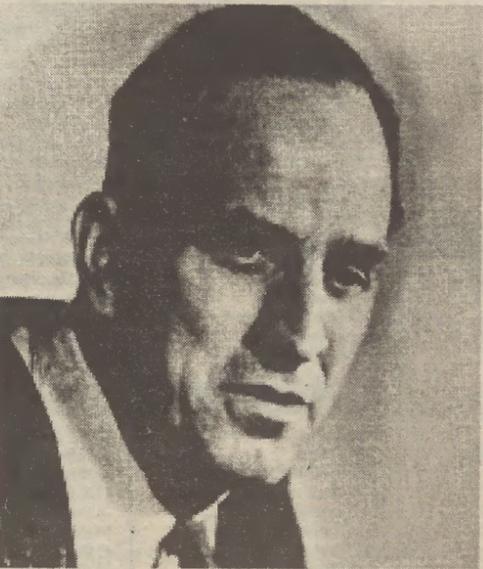


James Mason, intérprete principal de «Atrás do Espelho», de Nicholas Ray

Al Capone

(Quinta, 00.40, Canal 1)

De todas as composições, no cinema, da figura de Al Capone, esta de Rod Steiger ficou certamente a marcar uma quase insuperável interpretação da personalidade do célebre gangster. Mas esta é a única e principal curiosidade que ainda encontramos neste (apenas mediano) filme de 1959, que procura fazer reviver o período do grande filme negro dos anos 30.



Ingmar Bergman, realizador de «Fanny e Alexander»

Uma Equipa dos Diabos

(Sexta, 21.45, Quatro)

A excelente comediante que é Goldie Hawn contribui certamente para tornar uma comédia corriqueira num filme que acaba por entreter e divertir: uma jovem divorciada, desde sempre apaixonada pelo futebol americano, vê finalmente chegar a sua oportunidade de pôr em prática todos os conhecimentos que o seu pai lhe transmitira - e decide candidatar-se ao lugar de treinadora de uma equipa universitária absolutamente intratável. As consequências são de prever...

(o que é particularmente patente em relação, por exemplo, a James Coburn); finalmente, porque ornamenta a história com algumas sequências gratuitas e meramente destinadas à «gula» do espectador, de que a mais evidente é a absurda cena com Jenny Wright armada em *Lady Godiva*... Enfim, ainda não é desta que *Billy The Kid* nos surge, de corpo inteiro, no grande écran, quanto mais no pequeno...



B. Getty, A. Ruck, E. Estevez, K. Sutherland, L. D. Phillips, C. Slater, a quadrilha de Billy The Kid em «Cavalgada para a Morte», de Geoff Murphy

Fanny e Alexander

(Sexta, 00.05, TV 2)

Penúltimo filme de Ingmar Bergman, *Fanny e Alexander* encerra o excelente ciclo que a TV 2 nestes últimos meses lhe dedicou. À primeira vista afastando-se da temática e das profundas questões metafísicas que marcaram grande parte da sua obra excepcional, este filme privilegia as memórias da infância e dá a ver o multifacetado e complexo

mundo dos adultos através dos olhos de duas crianças - *Fanny e Alexander* -, tudo começando num Natal do começo do século, no seio dos membros de uma família feliz e numerosa em democrática e festiva celebração com os seus criados. Não deixando de estar presentes as grandes interrogações do autor sobre a experiência humana, Bergman opta neste filme pela rejeição das longas e palavrosas dissertações, abandonando a tentação de tudo interrogar e explicar, ele próprio, para se centrar numa pequena parte do todo e deixar ao espectador a formulação das conclusões. Sendo um dos filmes da sua obra em que Bergman mais se preocupa com o detalhe e com o rigor, ele é, ao mesmo tempo, o mais universal e, talvez, o mais impressionantemente belo de toda a sua filmografia. Com cinco nomea-

aqui, em *Conta Comigo*, uma espécie de «thriller» cómico, que tem como argumento um romance autobiográfico de Stephen King (*The Body*), que nos conta as aventuras de quatro rapazes em busca do corpo de uma adolescente desaparecida - uma arriscada jornada em que, perante os vários perigos, os valores da amizade vêm a primeiro plano.

Corações Selvagens não se Prendem

(Domingo, 16.20, Canal 1)

Adequadamente programado para uma *matinée* de Domingo, este filme de Steve Miner parte da história real de uma célebre amazona que fez furor nos anos 30, na América, através de um número espectacular de acrobacia com cavalos, mesmo depois de ter perdido a visão num acidente. Melodrama ao jeito dos estúdios Disney, o filme traduz ainda, com alguma subtilidade e espírito de observação, um das mais negras épocas de crise social nos Estados Unidos - os terríveis anos da Depressão.

Os Comancheros

(Domingo, 22.15, Quatro)

Um pouco na linha das obras de Gordon Douglas, este último filme de Michael Curtiz conta-nos a história de um jogador profissional que, após ter morto em duelo um rival, foge para o Texas onde se envolve com uma aventureira, mas acaba por ser preso

por um oficial dos *Texas Rangers*. Uma captura que dura pouco tempo, já que os dois homens têm de haver-se com o ataque em forma dos *Comanches*. Mais um *western* para entreter, embora realizado com excelente ritmo e com interpretações a carácter de John Wayne ou Lee Marvin.

Demência 13

(Domingo, 23.55, TV 2)

Não poderia aqui faltar o destaque para um filme, muito pouco visto, de Francis Ford Coppola, embora a curiosidade seja puramente «cinéfila», já que se trata de um produto obscuro e menor do grande realizador - aliás, o seu filme de estreia, realizado com um orçamento reduzidíssimo para a produtora de Roger Corman. A história é de meter medo e contempla todo os clichés dos filmes de horror: trata-se de uma tenebrosa vingança no quadro de uma família aristocrata, na Irlanda. Sangue e calafrios a rodos...

Os Centuriões

(Terça, 22.15, Quatro)

A lista de intérpretes é de «encher o olho». O realizador, Mark Robson, é um dos mais hábeis roteiros do cinema americano. Mas a história tem, certamente, que se lhe diga: o tenente de um batalhão de pára-quedistas franceses, acabado de regressar à pátria após a humilhante derrota na Indochina, é destacado para a Argélia onde explodia a guerra de libertação contra a ocupação colonialista e o nosso homem tem de haver-se com a guerrilha árabe, de que um dos líderes fora seu antigo oficial subordinado. Neste tempo de «revisões da História», é de estar atento...

Henrique V

(Quarta, 22.30, Canal 1)

A recensão desta semana termina com algumas notas sobre um dos filmes de maior êxito comercial dos finais dos anos 80 - *Henrique V* - realizado e interpretado, no seu papel principal, pelo jovem actor britânico Kenneth Branagh. Já 45 anos antes, um seu compatriota, que dava pelo nome de Lawrence Olivier, fizera uma primeira adaptação ao cinema da obra de Shakespeare. Tinha ele, na altura, trinta e sete anos e dizia que *Henrique V* era o tipo de papel impossível de representar quando se é muito novo: «Quando se é jovem, é-se demasiado tímido para representar um herói; acaba-se por desiludir.» Agora, Branagh, com vinte e oito anos, resolveu arriscar e acabou por não arrecadar completamente, pelo menos enquanto realizador. O resultado final do filme, pretendendo, ao contrário do de

Olivier, afastar-se da fórmula do «teatro filmado», não consegue escapar à contradição de não conseguir chegar a ser sempre grande cinema, com a inclusão de cenas em que é patente um esforço, que acaba por ser inglório, para a exarcebada movimentação da câmara, lá onde a palavra e a quietude do «ponto de vista» era o essencial. Mas, independentemente desta particular observação, sem dúvida que Branagh soube rodear-se dos dispositivos técnicos que lhe permitiram transmitir grande realismo a certas sequências, como é notório nas cenas de batalha, particularmente violentas. Grande texto teatral, particularmente ao gosto dos britânicos em época de grave crise nacional - o filme de Olivier data de 1944, do período dos dias negros da II Grande Guerra -, *Henrique V* encontrou aqui, apesar de tudo, o tom certo de representação, através desse jovem mas já grande actor *shakespeareano* que é Kenneth Branagh, dos tais que é capaz de dizer, como se fossem novas, as grandes tiradas tantas vezes ouvidas - o que não é o menor dos elogios.



Chaplin nas trincheiras, em «Shoulder Arms»

Cavalgada para a Morte

(Sexta, 23.10, Canal 1)

Este filme do realizador neozelandês Geoff Murphy retoma o filão da história de *Billy The Kid*, numa sequência do primeiro filme subordinado ao mesmo título original (*Young Guns*) que Christopher Cain realizara dois anos antes e que o mesmo Canal 1 já transmitiu em Janeiro de 93. Mas, tal como o primeiro, também esta nova incursão pela história do emblemático *fora-da-lei* do Oeste deixa muito a desejar: em primeiro lugar pelos flagrantes desajustes em relação à autenticidade do *sujeito* da história, preocupando-se muito mais o desajeitado argumento de John Fusco em criar inúmeras e constantes situações de tiroteio e morticínio, em detrimento e diversão do aprofundamento, potencialmente muito mais interessante, da personalidade do «herói» e dos seus companheiros e da justificação social dos seus actos; depois, porque desperdiça o talento de um naipe de actores

ções para os Óscares do ano da sua estreia (entre os quais o da Melhor Realização e o do Melhor Argumento), *Fanny e Alexander* acabou por conquistar os galardões para o Melhor Filme Estrangeiro, a Melhor Cenografia e o Melhor Guarda-Roupa. E é, está bem de ver, o melhor filme da semana, a não perder.

Conta Comigo

(Sábado, 00.15, Quatro)

Tendo começado a sua carreira como actor - de que ficou memorável a sua participação na série televisiva *Uma Família às Direitas*, no papel do genro liberal de Archie Bunker - Rob Reiner exerceu também a sua actividade no cinema como argumentista e transformou-se a pouco e pouco num dos mais consistentes e hábeis representantes do cinema comercial de Hollywood. Especializado, sobretudo, na comédia, Rob Reiner ensaia



Emma Thompson e Kenneth Branagh, na adaptação que este último realizou de «Henrique V», de W. Shakespeare

Anuncia-se o termo da rubrica «Terça à Noite», e não serei eu quem vá despedir-se dela com saudosos adeuses a um imaginário cais. É certo que ali se confrontavam e discutiam opiniões, mérito que não é irrelevante num quadro televisivo cuja maior tradição é a de promover amorosamente o deserto de ideias. Mas «Terça à Noite» foi um terreno intensamente armadilhado.

As duas CAPAS do DIABO

■ Correia da Fonseca

A pluralidade de opiniões em que supostamente deveria assentar, sempre se limitou quase exclusivamente ao já habitual binómio PSD/PS, ali ostensivamente representado pelos dois convidados «residentes», e chegou a ser chocante a marginalização de intervenientes mais à esquerda e a pontual hostilidade com que foram tratados. A condução dos debates por parte de Miguel Sousa Tavares, cujas funções de anfitrião e moderador apelavam naturalmente para a neutralidade que se espera de quem de algum modo exerce o papel de árbitro, foi quase sempre caracterizada pela transparente opção por uma das teses em confronto, desse modo ferindo a credibilidade do programa. A própria escolha dos temas, e mais ainda das questões postas em «plebiscito telefónico», revelou por vezes intenções de duvidoso asseio, com relevo para a emissão em que, poucos dias antes das eleições autárquicas, se punha em dúvida o direito de os comunistas terem tantos direitos políticos como

epílogo de quem desperdiçou oportunidades e desapontou expectativas. Entretanto, anuncia-se que Miguel Sousa Tavares vai durante algumas semanas comandar emissões que evocarão o 25 de Abril, e é caso para preocupar: é sabido que Sousa Tavares alimenta preconceitos e animosidades contra os comunistas portugueses, sem os quais Abril não teria sido possível. Mas a ameaça virtual que ele representa adensa-se: na TVI, uma série dedicada ao mesmo tema vai ser gerida por José Freire Antunes, cuja navegação desde o MRPP até ao PSD é só por si sintoma de capacidades não necessariamente compatíveis com o rigor e a fidelidade a princípios. Perante isto, as comemorações de Abril na(s) TV(s) prometem vir confirmar advertências recentes de Álvaro Cunhal quanto à falsificação da nossa História recente, manobra sinistra e grave a que é preciso estar atento.

Entretanto, enquanto «Terça à Noite» entra em fase de fazer a mala e partir, afirma-se na TVI o espaço de debate que a «4» confiou a Artur Albarran e que tem por título, sem prudidos de eventual modéstia, o nome do próprio responsável. É sabido que Albarran não é uma criatura de irresistível simpatia e grande carisma, bem antes pelo contrário, e que as suas prestações ao longo de uma carreira já longa não se caracterizaram nem pela qualidade, nem pelo bom gosto, nem pelo rigor, nem pela utilidade. Aconteceu mesmo que a sua muito badalada transferência para a TVI deixou perplexa a generalidade das gentes atentas, pois não se presentiu por que ins-

quaisquer outros cidadãos. A notória incapacidade de Sousa Tavares para impor ordem e respeito mútuo nos debates (apesar de alguma brutalidade verbal que desde sempre o caracterizou, ou talvez devido a isso mesmo) permitiu que em «Terça à Noite» quase sempre houvesse algazarra onde devia haver discussão, zaragata em vez de troca de argumentos, num óbvio desrespeito pelos telespectadores em quem convém preservar, pelo menos, o direito de ouvir.

Entre Miguel e Artur

Apesar de tudo isto e de mais alguma coisa, «Terça à Noite» alcançou algum relativo prestígio ao abrigo da regra que consagra reinados em terra de cegos. Mas fica longe de terminar em beleza, pelo contrário: é sempre feio o

piração divina a emissora de inspiração cristã quisera reforçar com material humano de tão duvidoso mérito a sua equipa no sector da Informação. Contudo, decorridas já muitas semanas, sinto-me obrigado a reconhecer que, no género e sendo as coisas o que são (fórmula este de conveniente imprecisão mas que se assume como apontando para o reconhecido abandalhamento geral a que chegou a Televisão), «Artur Albarran» ainda é do que de menos mau se arranja. E apetece-me acrescentar o que talvez não devesse escrever: ainda que isso me custe.

Verdades que se destapam

Hesito ao tentar apontar qual o primeiro mérito da rubrica, não decerto porque as suas virtudes sejam muitas e enormes mas pela dificuldade em levar em conta a relativização que sempre se impõe quando se trata de avaliar a TV portuguesa. Acabo por me fixar no que me é mais grato: «Artur Albarran» não faz cruzada antiprogressista na escolha dos temas, nas presenças em estúdio, na interpelação dos convidados. Não a faz, pelo menos, de modo escandaloso, o que (quase ia a repetir: «sendo as coisas o que são») não me parece irrelevante. Para lá disto, acontece que a escolha dos assuntos a abordar tem vindo a ser feita, mais que nas rubricas suas congéneres ou concorrentes, segundo critérios jornalísticos que se entendem e aceitam, que não mascaram intenções inconfessáveis ou fretes a quem, não sendo o povo, mais ordena. Acresce que Albarran, sem utilizar a rudeza como estilo, na linha de Tavares, ou a prepotência como método, segundo Eduardo Moniz no «De Caras», consegue orquestrar razoável e eficazmente o punhadão de convocados para o seu programa, onde só muito raras vezes ameaça instalar-se o clima de incontrolada berraria que em «Terça à Noite» é uma espécie de ex-libris sonoro.

Não quero dizer com isto que «Artur Albarran» seja, muito remotamente sequer, a rubrica de debate de que o País precisa e a que os portugueses têm evidentemente direito. Quero dizer, isso sim, que apesar da sua extensão, não suscita vômitos nem provoca aturdimentos. Até que tem utilidades pontuais e veicula informações interessantes. Quando, na noite em que o Festival RTP da Canção decorria na RTP 1, «Artur Albarran» falou da música portuguesa e dos seus problemas, foi lembrado que continua formalmente em vigor e quotidianamente violada, aliás como no seu primeiro dia, a chamada Lei Niza, que fixa a obrigatoriedade da TV e da Rádio transmitirem determinadas percentagens de música nossa como contensão dos caudais de música anglo-saxónica que nos entulham os ouvidos. Quando, na passada semana, o tema da emissão foi a negligência médica, a conclusão que mais documentadamente ali ficou apontada foi a de que os médicos dos estabelecimentos hospitalares do Estado estão quase condenados ao erro, e seguramente à ineficácia, em consequência das extremas penúrias de material a condições que lhes são impostas pela gestão economicista, e de facto assassina, decretada pelo Governo.

A questão é que as palavras são um pouco como o diabo que, segundo o rifão, tem duas capas, «uma com que tapa e outra com que destapa». Apesar de tudo, em «Artur Albarran» as palavras de alguns, porventura contra as palavras de outros, podem destapar algumas verdades que muitos procuram manter escondidas. Por isso, telejornais à parte, e continuo a preferir que a TV me dê palavras proferidas por gente de verdade a que me conte histórias com gente de faz-de-conta. Porque estas últimas são, as mais das vezes, como se me dessem música. Toda composta com notas falsas.



de FOICE

O entrevistado

Entendeu o "Jornal de Letras" assinalar os 50 anos de Eduardo Prado Coelho (EPC) com uma entrevista de sete páginas, anunciada a todo o tamanho da primeira por uma sorridente fotografia do entrevistado.

Necessariamente, foi tido em conta o tamanho do aniversariante e do próprio aniversário.

Confessando que "a multiplicidade de interesses foi sempre a minha força e a minha fraqueza", EPC encontrou - talvez por acaso, o que só lhe acrescentará mérito - a linha mestra das explicações que deu sobre si próprio.

À acusação de ser um "vira-casacas político", que já foi PC, PS, pintasilguista e, agora, conselheiro cavaquista na embaixada de Paris, EPC respondeu que se limitara a "seguir o percurso contemporâneo da esquerda", cumprindo um "itinerário de crise que vai do PC ou da extrema esquerda até ao PS, ao soarismo, ao pintasilguismo", considerando que "nessa crise da esquerda, hoje evidente e incontornável, ensaiei todas as dúvidas e todas as tentativas de solução num espírito intrinsecamente ensaístico".

Precavendo-se contra os que encontrem adjectivações mais rudes que "ensaístico" para tal espírito, EPC decretou entretanto e à cautela que "nestas coisas da coerência, o mundo dá muitas voltas", apontando o dedo aos que passam "do PSD para o PS ou do PCP para o PSD" mantendo "a coerência da mentalidade estalinista".

Donde se infere que é a sua mentalidade "antiestalinista" que distingue EPC da generalidade dos vira-casacas. Ficam entretanto de fora, e sem definição para o ensaísta, todos os que atravessam a vida sem dobrar a espinha nem leiloar princípios, essa gente bizarra que há-de eternamente cumprir o papel de transformar o mundo que os "ensaíadores de dúvidas" tão bem sabem aproveitar.

Após decretar que "a política passa hoje mais pela relação de confiança em relação às pessoas do que pelos programas ideológicos" (ideia que o acometeu graças a ter-se tornado "muito mais céptico, tolerante e problematizante"), EPC reage mais adiante com surpreendente ferocidade à hipótese de, como conselheiro cultural da embaixada portuguesa em Paris, só promover quem quer e fazer da política cultural "um arranjinho de amigos". Explode EPC: "Esse ponto é rigorosamente falso, e faço questão em dizê-lo de um modo muito claro. Pedirei mesmo impiedosas contas a quem pretender avançar por esse caminho. Cuidado..."

Tomando os devidos cuidados com a impiedade de EPC nesta matéria, conclui-se que a política como "relação de confiança em relação às pessoas" sofre alguma contradição no exercício de política cultural por ele praticado na embaixada de Paris. Ali, os critérios de EPC são capazes de ser mais em "programa ideológico", o que é capaz de ser uma coisa céptica, tolerante e problematizante à brava.

Quanto aos que lançam suspeições sobre os seus critérios de "política cultural" na embaixada de Paris, EPC é definitivo: "O medíocre tende a pensar que tudo foi feito a pensar em excluí-lo, apenas porque não suporta a ideia de que ninguém tenha pensado nele".

Este "ninguém" majestático é EPC, ele próprio. O que faz dos medíocres que "tendem a pensar" toda a gente em geral e, talvez, os stalinistas em particular. Quem não tem de pensar que estão a excluí-lo é EPC, perante oito páginas de entrevista a promover-lhe, logo na primeira página, o lançamento do 2º volume do seu diário "Tudo que não escrevi", com que o autor laboriosamente exorciza a mágoa de não ser escritor. É por isso que EPC não é medíocre.

■ HC

A luta vergou patrões da cordoaria Quintas

Depois de uma greve de 24 horas, Ona passada sexta-feira, e de uma hora diária, no início da semana, a que aderiram 95 por cento dos mil trabalhadores da cordoaria Quintas e Quintas, os patrões desistiram de alterar o esquema horário em vigor, que queriam alargar para o sábado sem qualquer contrapartida nos salários.

Terça-feira de manhã, ficou acordado que ao sábado só funcionará o 3º turno, e apenas em regime de voluntariado, com pagamento de um prémio mensal de 5 contos e do subsídio de alimentação, e com a garantia de transportes.

Esta foi, em 20 anos, a primeira vez que foram para a greve os trabalhadores da maior cordoaria do País. A Quintas e Quintas, da Póvoa de Varzim, é

a empresa-mãe de um dos grupos económicos mais conhecidos, que tem à cabeça Nelson Quintas, controla duas empresas de cabos eléctricos (Cabelte e Solidal), está associado à japonesa Sumitomo na Cabelauto (em Famalicão), tem interesses no sector imobiliário, na Gás de Portugal e na Companhia Nacional de Petroquímica (em Sines), está ligado aos finlandeses da Neste Oy, tem participações nos bancos de Comércio e Indústria, Comercial Português e Português do Atlântico, bem como nos seguros Global, e é o maior accionista da Sopete (concessionária do Casino da Póvoa).

Além do alargamento do horário para o sábado, a administração da Quintas e Quintas propôs aos trabalhadores um aumento de

cinco escudos do valor do subsídio de alimentação.

A luta deve agora prosseguir em torno da revisão salarial.

Mulheres acusam em Tribunal de Opinião

A CGTP-IN promove amanhã, a partir das 10 horas, na sala Veneza do Hotel Roma, em Lisboa, um Tribunal de Opinião Pública, que se destina a denunciar o comportamento do patronato e do Governo no que respeita à discriminação sobre as mulheres designadamente no acesso ao emprego, no desenvolvimento das carreiras, na discriminação salarial, nos enquadramentos da contratação colectiva e, em especial, em todas as situações que decorrem do facto de ser mulher,

ou seja, a gravidez, a amamentação e a assistência à família.

Este tribunal é presidido por uma juíza de carreira, dra. Filipa Macedo, e ainda pela dra. Isabel Garcia, da Associação das Mulheres Juristas, e pela dra. Maria do Carmo Romão, jurista e antiga secretária-geral da Assembleia da República.

Foram convidadas personalidades e instituições de todos os quadrantes que se têm relacionado e interessado com o tema dos direitos das mulheres.

Direitos Humanos por cumprir para os deficientes portugueses

O não cumprimento dos Direitos Humanos dos deficientes portugueses foi o tema de discussão num colóquio organizado pela União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOD) em Lisboa e foi motivo para diversas comunicações aproveitarem para tecerem duras críticas ao futuro Serviço Nacional de Saúde, caso ele venha a ser implementado da forma peretendida pelo Governo: os deficientes ficarão mais limitados, sobretudo os muitos que vivem de pensões sociais que não vão permitir pagar as tabelas e os aumentos das despesas com a saúde que se pretendem impor.

Mas outros problemas vivem os deficientes, a discriminação na obtenção de emprego e as barreiras crónicas dos dois factos que se arrastam ao longo dos anos sem que aparentemente se veja iniciativa estatal para dar resolução ao problema.

O colóquio iniciou-se com uma sessão presidida pela Dr.ª Maria Barroso, e na mesa estiveram Orlando Alves, presidente da UCNOD, José Narciso Rodrigues, da Procuradoria-Geral da República, António Charana, do Secretariado Nacional de Reabilitação, Luís de Sande Freire, da Ordem dos Advogados, João Lopes Serrado, da Comissão Nacional da UNESCO, e Rachel Hurst, presidente da Disabled People's International.

Este colóquio precede a realização, a 9 e 10 de Abril, de um encontro nacional de deficientes, em Beja, e foi o início de algu-

mas iniciativas que, num quadro de cooperação com organizações congéneres da União Europeia, a UCNOD pretende levar a efeito para aumentar o nível de sensibilização das autoridades e da população em geral para os problemas dos deficientes.

Questões como a sobrevivência financeira das associações de deficientes, o direito de participação nas reuniões onde se elabora legislação que lhes dizem respeito, a luta pela eliminação das barreiras arquitectónicas, o direito ao emprego e à educação, o direito a ter casa económica e acessível, o direito a ter segurança económica, pensões de deficiência, ajudas técnicas e serviços de apoio social são algumas das reivindicações dos deficientes, cuja não satisfação arrastada no tempo os leva a falar de incumprimento dos direitos humanos, já que estes direitos estão internacionalmente consagrados.

O direito à assistência médica, a serviços de reabilitação, o direito a dirigirem os organismos da sua área de jurisdição, o direito a uma vida independente, o direito das organizações de deficientes serem consideradas como parceiro social, são igualmente direitos consagrados, por exemplo, na Declaração de Harare ratificada na reunião do Conselho Mundial da Disabled Peoples International e que a UCNOD lembra que aparecem constantemente nos instrumentos internacionais da Organização das Nações Unidas em trabalhos ligados à temática da deficiência.



Encontros sobre a situação da agricultura

Uma delegação do PCP chefiada por Carlos Carvalhas esteve na terça-feira na sede, em Lisboa, da CNA-Confederação Nacional da Agricultura, onde foi recebida a seu pedido. Luís Sá, Agostinho Lopes e Lino Carvalho acompanharam o secretário-geral do Partido nesta visita, destinada a ouvir as posições da CNA sobre a actual situação dos agricultores portugueses. A reunião de trabalho com a CNA precedeu uma visita feita pela delegação do PCP à Adegas Cooperativas da Merceana e outra à exploração vinícola de José Sérgio, no Lugar de Figueiredo, em São Pedro, Torres Vedras.

Tratou-se de um conjunto de visitas de trabalho destinadas a um levantamento da actual situação da agricultura portuguesa.



Reunião de quadros

Cerca de duas centenas de quadros do PCP estiveram terça-feira numa reunião, que a foto documenta, realizada na Soeiro Pereira Gomes e em que participou Álvaro Cunhal, para troca de opiniões e informações sobre o 25 de Abril e o contributo para as intervenções do Partido nas comemorações do 20º aniversário da Revolução.

5 603 199 0004 45

08394